

**RUTE SOUSA MATOS**

**RECUPERAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS EM  
PORTUGAL  
ALGUMAS REFLEXÕES**

**UNIVERSIDADE DE ÉVORA**

**1999**

**RUTE SOUSA MATOS**

**ÉVORA – 1999**

**RECUPERAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS  
EM PORTUGAL  
ALGUMAS REFLEXÕES**

95-971

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM RECUPERAÇÃO DO PATRIMÓNIO  
ARQUITECTÓNICO E PAISAGÍSTICO**

# ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	3
-----------------	---

## I PARTE

### A CONTEXTUALIZAÇÃO INTERNACIONAL

1. A SALVAGUARDA DE JARDINS HISTÓRICOS.....	11
---	----

1.1. DIRECTRIZES INTERNACIONAIS.....	15
--------------------------------------	----

1.2. INSTRUMENTOS DE PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO.....	22
---	----

1.2.1. Legislação e Inventariação.....	26
--	----

Inglaterra.....	26
-----------------	----

França.....	30
-------------	----

Espanha.....	33
--------------	----

Itália.....	38
-------------	----

Portugal.....	45
---------------	----

1.2.2. Formação e Divulgação.....	73
-----------------------------------	----

Inglaterra.....	73
-----------------	----

França.....	76
-------------	----

Espanha.....	77
--------------	----

Itália.....	78
-------------	----

Alemanha.....	80
Holanda.....	82
Portugal.....	82
1.3.CONCEITOS E TERMINOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO EM JARDINS HISTÓRICOS.....	90
1.4. METODOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS.....	99
Inglaterra.....	100
Espanha.....	104
Itália.....	112

## II PARTE

### O CASO PORTUGUÊS

<b>1. O JARDIM NA CULTURA PORTUGUESA.....</b>	<b>134</b>
<b>2. PLANOS ORIENTADORES, PLANOS DE GESTÃO, PROJECTOS E INTERVENÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS EM PORTUGAL.....</b>	<b>143</b>
. Parque de Monserrate.....	143

. Quinta dos Marquesses de Fronteira.....	145
. Quinta do Paço de Valverde.....	146
. Cerca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.....	148
. Jardins do Paço Ducal de Vila-Viçosa.....	149
. Jardins do Palácio de Estói.....	150
. Jardim das Damas.....	152
. Jardim Botânico da Ajuda.....	153
. Mata dos Sete Montes.....	157
. Jardim de Olivã.....	158
. Quinta da Ribafria.....	159
. Cerca do Mosteiro de Tibães.....	162
. Jardim da Casa de Biscainhos.....	163

<b>3. CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE RECUPERAÇÃO EM JARDINS HISTÓRICOS PORTUGUESES.....</b>	<b>173</b>
---	------------

<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>199</b>
-----------------------	------------

<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>210</b>
--------------------------	------------

<b>ANEXOS.....</b>	<b>224</b>
--------------------	------------

A todos os que de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, quer pela sabedoria, transmissão de conhecimentos, disponibilidade, apoio na investigação, quer pelas palavras de incentivo, vai a minha imensa gratidão.

Aos colegas e amigos, Claudia Taborda, Isabel Teixeira Dinis e João Mateus, e aos colegas Maria João Costa, Mário Fortes, Rita Gonçalves e Ana Luísa Soares, pela disponibilidade e esclarecimentos prestados, acerca dos trabalhos em que estiveram envolvidos.

Ao Hugo, pela digitalização e inserção das imagens no texto.

Quero expressar um agradecimento especial à Professora Aurora Carapinha, orientadora e amiga, pela orientação, disponibilidade e apoio demonstrados face a dúvidas, questões e desânimos.

Uma enorme gratidão vai também para a minha família, cuja disponibilidade, apoio e carinho foi indispensável para a execução deste trabalho.

## **INTRODUÇÃO**

A defesa do património, é um problema com que os técnicos e o público, em geral, se deparam actualmente. Mas que protecção, salvaguarda e valores se devem defender, quando princípios neste âmbito são ignorados pelas entidades responsáveis e competentes?

No que se refere ao património paisagístico, nomeadamente os jardins históricos portugueses, o problema agrava-se, uma vez que muito pouco está classificado, sobre protecção legal e divulgado, passando assim despercebido o seu valor cultural adquirido e transmitido ao longo do tempo. Assim sendo, é natural que a sensibilidade para este tipo de património e problema, se situe muito aquém do que deveria, relativamente ao património construído.

No presente trabalho, procura-se contribuir para a definição de uma metodologia de recuperação dos jardins históricos portugueses, uma vez que aquele tem sido tema complexo e pertinente.

A aplicação de técnicas de recuperação a jardins, de um modo geral, é relativamente recente, razão pela qual esta teoria não detém ainda a robustez e a riqueza da experiência que tem, por exemplo, o restauro de obras arquitectónicas, ou da pintura, quando assim não deveria acontecer uma vez que ele é, também, um bem cultural.

Em síntese pode-se questionar se as intervenções de requalificação, conservação ou renovação de um jardim histórico português, se podem incluir num plano de recuperação. Poder-se-á integrar dentro da teoria geral de recuperação de um bem cultural?

Estas interrogações prendem-se, talvez, por ainda não se ter encontrado a resposta às seguintes questões:

- Que significado assume, de facto, no caso dos jardins, os conceitos de conservação, manutenção, restauro ou recuperação?
- Que valor dar a um jardim, segundo o conceito de originalidade, autenticidade, de cópia ou de falso, de patina ou de lacuna?
- A que período da história do jardim deverá ser dada prioridade, num plano de recuperação?

- Como deverá ser a recuperação conduzida, de forma a minimizar as alterações visuais e funcionais?
- Que concessões devem ser feitas tendo presentes os actuais interesses?
- Que tipo de abordagem deve ser feita? A cultural, a funcional, a financeira, ou todas em simultâneo?
- Quais então as actuações necessárias para enfrentar estes problemas?
- Continuarão a constituir interesse as acções pontuais de conservação, a que se tem dado o nome de planos de recuperação, ou importará preservar a essência, o espírito do jardim? se sim, através de quê? da sua função, dos seus elementos constituintes?

A definição de uma metodologia, é um contributo indispensável no início de qualquer trabalho de recuperação. Consiste na experimentação de uma técnica, que exige rigor, e no estabelecimento de critérios, que não se baseiam na intuição ou na aproximação vaga de certos parâmetros que não respeitam a essência do jardim. O conhecimento e compreensão de um jardim, asseguram uma base de trabalho que constitui, sem dúvida alguma, o melhor apoio qualquer que seja a acção ou o projecto a desenvolver. Na recuperação de jardins, a definição de uma metodologia é pois a segurança que harmoniza todo o processo

Parece-nos, então, lícito dizer que a procura da definição de uma metodologia de recuperação para os jardins históricos portugueses constitui-se, actualmente numa série de orientações que se vão progressivamente confrontando e actualizando com as experiências que derivam de intervenções em curso.

Assim, realizar-se-ão um conjunto de reflexões relativamente a algumas das metodologias internacionalmente utilizadas e a alguns estudos, projectos, planos e intervenções, realizados sobre o tema da recuperação de jardins históricos em Portugal, confrontando as várias metodologias utilizadas, de forma a responder às seguintes questões:

- Constituirão as medidas até agora adoptadas, no jardim português, o meio mais correcto de conservar o seu encanto e poética? Quais os valores a salvaguardar? E porquê, onde, e como?

Este estudo surgiu, assim, a partir de uma reflexão sobre esta especificidade, inerente ao jardim português, e de uma investigação acerca das metodologias de recuperação definidas na Europa e sobre o que tem sido feito nas acções de recuperação que têm decorrido em Portugal, assim como nas propostas que têm sido apresentadas em projectos de recuperação, para estes jardins.

Pretendemos, não instituir regras para coordenar ou desenvolver planos de recuperação de jardins históricos, uma vez que cada jardim é uma entidade distinta e que por isso vale por si, mas sim dar a conhecer diferentes perspectivas de os encarar, bem como as possíveis acções e actuações a deliberar. Pretendemos também que fiquem explícitas as diferentes interpretações da terminologia utilizada em estudos de recuperação de jardins.

Não são muitos os exemplos de acções de recuperação em jardins históricos portugueses, pelo que não se torna fácil o estabelecimento de uma base

prática de sustentação à base teórica que constitui esta tese. No entanto, pensamos que seria pertinente abordar este tema, uma vez que os jardins históricos em Portugal não podem continuar a ser considerados apenas como mais um elemento da paisagem, mas sim como parte integrante e dinâmica do Património Português, que testemunha um tempo da história que se torna urgente salvaguardar.

Os Jardins Históricos não podem continuar a ser considerados uma simples peça na paisagem ou parte desta, mas sim como uma criação espiritual e espacial possuidora de uma dinâmica própria e peculiar, que testemunha um tempo da história.

O presente trabalho organiza-se em duas partes. Na primeira parte, após uma breve abordagem ao conceito de Jardim Histórico, objecto primordial deste estudo, consideraremos a temática da sua recuperação. A qual se define como um processo interdisciplinar, através do qual é possível proteger e gerir aquele património paisagístico.

Os seus objectivos principais são a protecção/sustenção da degradação, cujos instrumentos fundamentais são a legislação e os inventários, e a valorização obtida por meio de acções de formação e de divulgação, essenciais para a permanência destes jardins nas sociedades, como bem cultural. Neste âmbito, o início desta década, caracteriza-se pela ampliação e maior definição desta problemática a nível europeu onde esta questão atinge uma nova dimensão. Alguns países, têm vindo a demonstrar grande interesse por esta nova disciplina, pela sua protecção e pela tutela deste tipo de património. Serão então feitas

considerações acerca das políticas de protecção, das acções de formação e de divulgação em curso quer em Portugal, quer em alguns países da Europa, assim como das directrizes internacionais que regem esta problemática, para que se estabeleça uma analogia da situação decorrente no país e no estrangeiro, e se alerte para a importância que esta componente do património cultural nacional detém, chamando a atenção para algumas medidas que se podem tomar, à luz do que se passa em alguns países da Europa. Abordar-se-ão, ainda, e com base em trabalhos desenvolvidos na Universidade de York, as diferentes filosofias que apoiam a protecção deste tipo de património e que são de extrema importância em termos de terminologia a utilizar na recuperação de Jardins Históricos.

Na segunda parte deste estudo faremos uma breve abordagem à especificidade do Jardim Português e de como ele se inclui e identifica, na sua essência, com o Jardim do Mediterrânico, para em seguida fazermos uma análise das metodologias definidas pelo Institute of Advanced Architectural Studies (IAAS) – Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens (CCHPG), da Universidade de York, em Inglaterra, por Carmen Añon Feliú, em Espanha e por Mariachiara Pozzana, em Itália. Pretendemos com a análise destas metodologias e com a análise de trabalhos, efectuados em Portugal, que se concretizam em linhas orientadoras de planos de recuperação, projectos de recuperação propriamente ditos, planos de gestão e intervenções pontuais de sustentação da degradação, com o objectivo de aproximar-mo-nos de um princípio metodológico passível de utilizar no jardim português.

Poderá parecer ambicioso da nossa parte tentar estabelecer uma metodologia de recuperação de jardins históricos, para o caso específico do jardim português. Contudo, é exactamente pelo imenso respeito que nos provoca o trabalho de recuperação e o jardim só por si, que nos leva a abordar com seriedade esta tarefa, convencidos que será o estudo meticuloso e profundo e a relação estreita, estudada e calculada dos diversos aspectos do jardim que nos dará uma base e será o nosso melhor apoio para qualquer acção e projecto que se leva a cabo. Estamos certos que nada de novo será dito, mas apenas orientado especificamente para um objectivo – a recuperação do jardim português.

Em suma, a finalidade deste estudo será tentar estabelecer, de certo modo, algumas considerações que entendemos como fundamentais e inquestionável ter em atenção, na recuperação do Jardim Português, para que não se perca a sua essência e mais uma vez o paraíso, primavera eterna, ao longo dos séculos tão desejada pela Humanidade. Estamos conscientes que, felizmente, não há dois jardins iguais, nem no tempo, nem no espaço, nem nas características que apresentam, o que não faz mais do que contribuir para enriquecer esta experiência. Pegamos neste trabalho com a humildade dos conhecimentos transmitidos através das experiências de outros profissionais, pioneiros desta matéria e de colegas de cujos trabalhos temos obtido resultados proveitosos, dos seus êxitos e fracassos. Seguramente, os que nesta matéria trabalham, têm sempre presente que na apaixonante tarefa que é sempre a recuperação de um Jardim Histórico, a metodologia e o rigor são o suporte da sensibilidade que deve harmonizar todo o processo.

**I PARTE**  
**A CONTEXTUALIZAÇÃO INTERNACIONAL**

## 1. A SALVAGUARDA DE JARDINS HISTÓRICOS

Segundo o Comité Internacional de Jardins e Sítios Históricos (ICOMOS-IFLA), *Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e vegetal que é de interesse público do ponto de vista artístico e histórico e como tal é considerado um monumento* (artigo 1º da Carta de Florença, 1981).

Podem-se considerar os jardins como criações espaciais, poéticas e pictóricas, obra das sociedades, construídas através de uma composição de elementos arquitectónicos e vegetais, dispostos segundo uma determinada forma. Por serem referentes a um ou vários momentos da evolução de uma cultura constituem um documento histórico de grande valor e interesse científico, testemunho cultural e contínuo do passar dos tempos, da vontade das sociedades e dos seus estados de alma.

Um jardim é a tentativa de modelação da dinâmica da Natureza pelo Homem, do estabelecimento, nesta, de uma ordem estética. Representa um ideal humano de Natureza, a materialização dos seus sonhos, num determinado período. É a imitação da Natureza com o auxílio desta; imita-se criando uma nova estrutura, uma nova Natureza. Surge assim como um artifício, pleno de simbolismos e de arte, com uma identidade própria, representando uma cultura, a aspiração do Homem, a tradição de uma sociedade, sendo através dos tempos, um

dos indicadores das mudanças de atitude da Humanidade em relação ao espaço envolvente, enquanto paisagem.

Enquanto artefacto material os Jardins são obras de arte. No entanto, a presença de elementos vivos como um dos elementos de composição, faz com que sejam obras de arte efêmeras, determinadas pelo nascimento, crescimento e morte dos seus elementos construtivos e compositivos.

Apresentam-se por isso às sociedades de hoje como monumentos vivos, que não se finalizam, sujeitos a constantes vicissitudes, mas que oferecem à vida poética, contemplação, inspiração e romantismo.

São lugares de sonho e de fantasia, são enganos íntimos e de evasão, fora dos quais fica a realidade e a engrenagem do quotidiano. Estar num jardim, tal como meditar, ler, conversar, amar, escutar música, assistir a uma representação teatral é essencial à nossa quietude e sobrevivência.

A recuperação de jardins é um processo através do qual se protege e gere este património; procuraremos fazer neste capítulo uma breve abordagem aos instrumentos de protecção utilizáveis, nomeadamente às directrizes internacionais estabelecidas e que, de algum modo são aplicáveis a este tipo específico de património, à legislação em vigor, aos inventários, e aos métodos de valorização utilizados, tanto na área da formação, com na área da divulgação, também essenciais para a sua salvaguarda e permanência.

Estas abordagens serão feitas, não só relativamente ao nosso país, mas também a outros países da Europa onde nos inserimos, para que possamos estabelecer um paralelismo entre o que existe, neste âmbito, e o modo como é utilizado, de forma a termos algumas referências e pontos de partida que nos permitam ajustar, sugerir, adaptar, ou adoptar algumas estratégias que nos pareçam pertinentes e correctas, dentro da recuperação deste bem cultural que são os jardins históricos.

É necessário que se tomem medidas para que os jardins históricos sejam objecto da protecção necessária e apropriada ao seu carácter. Torna-se fundamental que se alerte para o seu valor documental e histórico, para as suas qualidades artísticas e ambientais e potencialidades culturais e didácticas, para os riscos da sua degradação e possível extinção e para a necessidade de proteger e salvaguardar esta herança cultural.

Pensamos que o primeiro passo para a promoção dos jardins históricos e da sua conservação, está a ser dado com a inventariação deste património, levada a cabo pela Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, com a colaboração da Universidade de Évora e que vai permitir a identificação da maioria dos jardins históricos existentes em Portugal<sup>1</sup>.

Esta inventariação, que deverá ser aprovada e reconhecida pelo ICOMOS-IFLA, incluirá tanto os jardins que se encontram em bom estado de conservação, como os que se consideram ser componentes importantes no património paisagístico e cultural do país, seja qual for o seu estado de degradação.

---

<sup>1</sup> Vidé infra pag. 62

Será assim revelada a qualidade e o universo deste tipo de património e especificadas as obrigações necessárias à sua protecção, que conduzam a um compromisso de todas as entidades envolvidas no processo.

Pela importância fundamental da terminologia a utilizar nas diferentes filosofias, possíveis de adoptar, num processo de recuperação, abordaremos também neste estudo, as filosofias e técnicas utilizadas na Escola de York e nos Estados Unidos, uma vez que são fundamentalmente as mesmas, aplicáveis aos bens culturais de um modo geral, e, particularmente, ao património paisagístico.

## 1.1. DIRECTRIZES INTERNACIONAIS

Os jardins históricos, pela sua dimensão polissémica, são um importante contributo que permitem ao Homem estudar a história da sua própria evolução e, conseqüentemente, entender mais facilmente a sua existência, enquanto parte da história na sua relação com a paisagem.

A protecção da obra que referencia o Homem ao tempo e ao espaço, apresenta-se necessária e tem sido sobretudo reconhecida, e focada internacionalmente, pela *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura* (UNESCO) e das suas associações não governamentais, como é o caso do *Conselho Internacional de Monumentos e Sítios* (ICOMOS) e o ICOMOS-IFLA, do que propriamente pelas políticas culturais de alguns países.

No domínio da cultura, como nos diversos outros domínios da sua competência, a UNESCO tem sido responsável pela criação, promoção e divulgação de importantes instrumentos normativos. De entre estes instrumentos, destacam-se as convenções, as recomendações e as resoluções. As resoluções, essas sim vinculam o conjunto dos Estados-membros e visam geralmente medidas mais concretas e pontuais; não têm um âmbito tão alargado como as convenções.

Relativamente aos jardins históricos só, ultimamente, é que preocupações desta ordem lhe foram dirigidas, apesar de em certas regiões da Europa, a protecção de jardins históricos ser um processo tão antigo quanto a salvaguarda dos monumentos históricos e de arte, como é o caso de Inglaterra. Até 1980, as directrizes daqueles organismos para a protecção do património, não faziam

qualquer referência específica a jardins. Contudo algumas daquelas orientações podem ser aplicadas a este tipo de património. Senão vejamos:

- Na Carta de Atenas, em 1931, no artigo 3º, é feita uma referência específica à necessidade de proteger os jardins que fazem parte dos monumentos: *...confere-se também um lugar ao estudo das plantações e dos ornamentos vegetais convenientes a certos monumentos ou conjuntos de monumentos, para que seja conservado o seu carácter antigo.*<sup>2</sup>

Algumas das considerações expressas nesta carta poderiam ter sido aplicadas à conservação de jardins históricos, nomeadamente a referência ao melhor método para reduzir as necessidades de recuperação ( a) do art. 1º). Contudo, a sua filosofia estava predominantemente afecta aos imóveis arquitectónicos.

*Da Recomendação para a Protecção da Beleza e do Carácter das Paisagens e Sítios*, UNESCO, 1962, Conferência Geral da UNESCO 12ª sessão, em Paris, resultaram orientações para a salvaguarda, protecção e recuperação da beleza e do carácter das paisagens naturais, rurais e urbanas com intervenção do Homem, ou não, mas que contivessem interesse estético, cultural, ou que constituíssem envolvências naturais características.

---

<sup>2</sup> Carta de Veneza, art.º 1º, (tradução livre)

Ao abrigo dos Princípios Gerais (n.º 5 do art.11º), encontra-se uma referência ao conceito de jardins e paisagens com intervenção do Homem. No entanto, geralmente esta recomendação remete para a grande paisagem.

Na *Carta de Veneza*, ICOMOS, 1964, documento de valor indiscutível, que constituiu um modelo de filosofia para a conservação do património cultural, não obstante as alterações e revisões a que tem sido sujeita, não foi feita qualquer referência aos jardins históricos. Os monumentos contemplados são imóveis arquitectónicos. Para que fosse possível a sua aplicação aos jardins históricos era necessário introduzir modificações, uma vez que as paisagens históricas aí consideradas eram definidas segundo o conceito de monumentos históricos, nomeadamente obras de arquitectura no espaço rural ou urbano, onde se encontravam evidências de uma cultura particular, de um desenvolvimento especial, ou de um acontecimento histórico.

Ainda em 1964, a *Federação Internacional de Arquitectura Paisagista* (IFLA) criou um departamento exclusivo de jardins históricos. Os seus objectivos principais foram a elaboração de uma lista destes jardins existentes no mundo e consequentemente a investigação dos melhores métodos para a sua protecção, conservação e recuperação; a análise e definição das regras de composição arquitectónica e vegetal e a identificação dos locais e ambientes onde se integravam, para que fosse possível a intervenção atempada e enérgica, evitando assim a sua destruição.

Em *Fontainebleau*, 1971, a IFLA em conjunto com o ICOMOS organizaram um simpósio sobre jardins históricos. Daqui resultou um conselho para a protecção destes jardins, cujo objectivo era investigar e inventariar os jardins de maior interesse e conseqüentemente protegê-los, recuperá-los e conservá-los, estabelecendo princípios orientadores para o estudo dos vários componentes afectos ao jardim e ao seu uso, nomeadamente a arquitectura, a vegetação e os factores ambientais.

Definem ainda jardim histórico como *uma composição arquitectónica e vegetal de interesse público sob os pontos de vista histórico e artístico*.

Contudo em 1972, na 15ª Sessão da *Convenção para a Protecção do Património Mundial e Cultural*, UNESCO, 1972, fizeram-se recomendações onde não existem quaisquer alusões a jardins históricos, mas, na 16ª Sessão, ainda que voltem a não ser especificados, consideram-se dentro do espírito da definição do art. 1º.

Dos 112 sítios inscritos na lista do Património Mundial ao abrigo desta convenção, apenas cinco se podem considerar como incluindo um jardim de interesse, nomeadamente, Casa e Jardins de Wurzburg, na Alemanha, Palácio e Parque de Fontainebleau, Castelo e Propriedade de Chambord, o Palácio e o Parque de Versalhes, em França, e os Jardins de Shalimar no Paquistão<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Pensamos, que nesta lista deveriam constar outros jardins, considerados, também de inestimável valor e significado, nomeadamente entre outros, alguns Jardins Portugueses

Na *Recomendação para a Protecção e para a Divulgação da Importância Contemporânea das Áreas Históricas*, UNESCO, 1976, a definição de Património Mundial foi alargada de modo a serem incluídos os elementos naturais que constituíssem formações físicas ou biológicas, ou grupos de formações que apresentassem valor reconhecido do ponto de vista científico, conservacionista e de beleza natural.

Os conceitos na a) do art. 1º incluem o de jardim histórico.

Na b) do n.º 17 do art. 3º, é referida a multidisciplinaridade das equipas que deverão levar a cabo os estudos de conservação e recuperação do património, encontrando-se nelas os arquitectos paisagistas.

No n.º 41 do art. 4º, é indicada a concessão de subsídios para as propriedades privadas, com a condição de serem autorizadas visitas do público a estes jardins.

Pensamos que esta poderá constituir uma boa medida para a conservação dos jardins históricos, em cada país.

Em 1978, o ICOMOS define que *Um jardim histórico deverá ser considerado como um monumento*.

A revisão da *Carta de Veneza*, ICOMOS, 1981, apesar de não alterar os seus princípios fundamentais, aplica-se também aos jardins históricos. No art. 12º desta carta, são referidos especificamente estes jardins e alguns dos princípios para a sua recuperação.

Em 1981, o ICOMOS e a IFLA apresentam uma proposta de carta internacional para a protecção de jardins históricos - Carta de Florença.

O art.1º refere que *Um jardim histórico (jardins pertencentes a casas, palácios, solares, quintas, parques, jardins botânicos, jardins dos centros das cidades históricas, sítios arqueológicos etc.) é uma combinação de vários elementos desenhados pelo Homem, construídos com materiais vivos, existentes em áreas ocupadas pelo Homem, situações naturais,... um recurso natural e arquitectónico,... único, restrito, efémero, irrepetível, tendo uma história própria (nascimento, crescimento, mudança, degradação e reflectindo a sociedade e a cultura que o criou, construiu e usou...)*<sup>4</sup>.

Nesta proposta o conceito de recurso paisagístico e arquitectónico aplicava-se directamente aos jardins históricos.

Esta carta é o modelo mais actual, transparente e efectivo neste campo, e que vem completar a Carta de Veneza<sup>5</sup>.

Portugal aderiu a directivas e recomendações internacionais publicadas por organizações não governamentais, como é o caso da Carta de Florença, instituída pelo ICOMOS, cujo objectivo é assegurar a permanência dos jardins históricos.

Apesar da adesão a este documento, que já conta com 15 anos, não tem havido no país, qualquer esforço ou tentativa da sua divulgação, nem de estabelecimento de qualquer estratégia de salvaguarda no que diz respeito a este

---

<sup>4</sup> Carta de Florença, art.º 1º.

<sup>5</sup> A *Carta de Burra*, ICOMOS, Austrália, 1986, surgiu apenas da necessidade de se desenvolver uma versão da Carta de Veneza, adaptada às condições da Austrália.

património, cuja fragilidade aumenta não só pela sua efemeridade, mas também pelo desconhecimento geral do tema determinada pela ausência de reconhecimento de que constitui um componente fundamental do património nacional.

Pensamos que, estas recomendações são de extrema importância, principalmente quando assistimos, no nosso país, a uma quase total ausência de legislação específica, nesta matéria, o que torna estas directivas um instrumento de salvaguarda e de alerta, no que refere aos Jardins Históricos. Podem também constituir um incentivo à formação de uma organização não governamental, à sua imagem, cujo objectivo seja a salvaguarda e protecção deste património.

## **1.2. INSTRUMENTOS DE PROTECÇÃO E VALORIZAÇÃO**

O âmbito das políticas de recuperação de jardins históricos, no início desta década, caracteriza-se pela ampliação e maior definição desta problemática a nível europeu, onde esta questão atinge uma nova dimensão.

Das políticas de recuperação em curso consideramos que são fundamentais as relativas à protecção/sustenção da degradação de Jardins Históricos e à sua valorização, uma vez que delas depende a sua permanência no espaço e no tempo, o que constitui um objectivo da recuperação.

Fundamentais são, também, os instrumentos através dos quais estas políticas se traduzem, a legislação e a inventariação e as acções de formação e de divulgação, respectivamente.

Por se ter vindo a constatar grande interesse por esta nova disciplina e pela problemática da conservação e tutela deste tipo de património, iremos abordar os instrumentos (protecção e valorização) utilizados por alguns países europeus. Nesta análise optámos por países com os quais Portugal se identifica mais do ponto de vista cultural, e que, simultaneamente, no espaço europeu, estão entre aqueles que possuem um património cultural mais rico e, conseqüentemente, maiores preocupações apresentam com a sua protecção legal e com a sua valorização.

No que se refere à legislação pode falar-se de um direito da preservação e defesa do património existente como resultado de manifestações culturais nas

múltiplas vertentes em que ocorre, como consequência da estabilização de valores e princípios que se generalizam e que têm conteúdo jurídico. Uma vez, com origem na legislação, actuando o legislador como pioneiro, na lógica da informação das actuais sociedades, de apresentar trabalho na área cultural, mostra mediática da actividade política. Outras vezes, na maior parte dos casos, com origem nas comunidades profissionais e científicas que se interessam pelo património, ignorados pelo legislador, por desconhecimento, sobrançeria, falta de sensibilidade, restrições ornamentais, falta de oportunidade política.

O inventário de jardins é um instrumento essencial e primordial numa qualquer política de salvaguarda de património, e sobretudo, um contributo fundamental para a sua tutela e recuperação.

Como para outros bens culturais, o seu conhecimento é a base fundamental para a sua protecção. É o primeiro passo do conhecimento, que finaliza na sua tutela e conservação. É uma prática determinante para a protecção, na medida em que assegura o desenvolvimento e a continuidade do seu estudo.

Não é fácil a catalogação de jardins históricos, pois trata-se, em grande parte, de património privado, fechado ao público e muito do qual se encontra em estado de abandono, destruído ou transformado. Devem ser catalogados tanto os jardins existentes como os já desaparecidos. Os instrumentos cartográficos e bibliográficos que se usam na inventariação, podem reduzir o problema técnico da sua individualização, mas só um reconhecimento integral, *in situ*, pode garantir uma certeza cognitiva.

O problema metodológico envolve sobretudo questões de filosofia de intervenção, que implicam problemas de carácter cultural que estão, por sua vez, estreitamente ligados aos objectivos da catalogação.

O inventário não pode ser considerado ou estruturado como um documento fechado e estático, pelo contrário, para que no futuro outros jardins possam nele ser integrados e, por isso, protegidos. Uma vez que os inventários referem a forma através da qual os jardins podem ser protegidos, o seu valor e a sua importância na paisagem, uma das principais vantagens da sua divulgação é a de conferir a este tipo de património um estatuto oficial, que permita criar e desenvolver políticas para a sua protecção, apoiadas em bases oficialmente reconhecidas. A publicação dos inventários, geralmente feita na forma de relatório ou de monografia, em número limitado e de distribuição restrita, deve ser entendida não como a origem pelo interesse na salvaguarda dos jardins históricos, mas representa o início de uma importante e nova dimensão no âmbito do estudo da arte dos jardins. Compõem-se de uma parte escrita (informação e relatório propriamente dito) e de uma parte desenhada (planos, desenhos, fotografias e ilustrações), que contenha a estrutura do jardim e a localização e a identificação de todos os seus componentes principais.

As informações fornecidas pelos inventários de jardins históricos devem ser sintéticas e correctas, para facilitar a sua apreensão e utilização pelos proprietários, pelos organismos oficiais e por outras entidades que possam, de algum modo, ter influência neste tipo de património.

Nas acções de formação e divulgação, as organizações educacionais, de um modo geral, têm um importante papel a desempenhar e acabam por estar envolvidas em maior ou menor grau com parte do público interessado e que necessita educação e orientação. Este público pode e deve incluir proprietários, gestores deste tipo de património, jardineiros, empreiteiros, pessoal dos corpos do poder central e local, consultores, estudantes universitários, do ensino secundário, básico e da população em geral.

Estas instituições deveriam proporcionar orientações para departamentos governamentais e legisladores, de modo a proporcionar directivas oficiais e políticas, que dizem respeito aos jardins históricos, em termos de planeamento e de conservação das propriedades a seu cuidado. Deveriam ainda orientar as autoridades locais, relativamente ao planeamento, e os proprietários no que diz respeito aos planos de recuperação, assim como produzir algumas publicações destas orientações, como programas educacionais limitados a este património, nomeadamente como cada proprietário pode contribuir através da apresentação e exposição da propriedade ao público.

As organizações não governamentais, como é o caso do National Trust, em Inglaterra e da Fundação Benetton, em Itália, têm geralmente um esquema interno de orientação para os jardins a elas afectos. Também podem facultar acções de formação para o seu próprio pessoal, incluindo jardineiros, podendo ainda chegar ao público, em geral, através das suas próprias propriedades, dos seus guias, exposições e publicações na sua globalidade. Podem ainda orientar proprietários, gestores e quem, de um modo geral, se debruce sobre esta matéria

específica da história e recuperação dos jardins, providenciar acções de formação para os seus membros e chamar a atenção do público através de um jornal, de conferências ocasionais e de debates organizados sobre temas específicos.

### **1.2.1. Legislação e Inventariação**

#### **Inglaterra**

O conceito de jardim histórico foi introduzido na legislação inglesa em 1974, na *Town and County Amenities Act*, abrangendo, então, a protecção apenas de grandes obras e não de intervenções que englobassem alterações. Para que se chegasse ao que é hoje consenso nacional, foi necessário proceder à sua inventariação e definição de Jardim Histórico. Com os critérios estabelecidos estiveram de acordo o ICOMOS, o *Garden History Society* e o *Historic Buildings Council*, os quais foram os seguintes:

- A sua importância.
- O seu carácter ou a sua essência.
- Não terem sofrido alterações.
- Ter sido obra de um projectista famoso.
- Ser representativo de um estilo.
- Incluir um espaço que fez parte integral de um edifício histórico.
- Estar associado a pessoas ou a acontecimentos dignos de registo.

Esta lista foi incorporada no *Register of Parks and Gardens of Special Historic Interest*, estabelecida pelo *English Heritage*, tendo sido solicitado à Comissão a emissão de cópias dos seus estatutos a todos os proprietários, autoridades responsáveis pelo planeamento local e para o Secretário de Estado do Ambiente, simultaneamente foi nomeado um inspector para os jardins. Apesar de não se ter reflectido num maior controlo, o registo, é utilizado para alertar os órgãos de planeamento para a necessidade da protecção dos jardins históricos.

No campo da inventariação, este país constitui um exemplo do qual não nos podemos alhear. A partir da segunda metade da década de 80, são elaborados dois instrumentos paralelos - um registo e um inventário - *Register of Parks and Gardens of Special Historic Interest*, organizado pelo *Historic Buildings and Monuments Commission for England*, com o objectivo de elaborar uma lista de lugares de interesse histórico, a nível nacional. Estes instrumentos são distintos entre si na forma e no conteúdo, mas completam-se para que se alcance o objectivo comum; o de salvaguardar o singular património paisagístico de parques e os jardins históricos.

Em 1995 procedeu-se à revisão do referido Registo, completando-o com a inserção de novos jardins. No Registo são inseridos jardins históricos, desde 1939, individualizados topograficamente e diferenciados por um número romano, que indica o seu grau de interesse: I, II e III, correspondente a interesse excepcional, grande qualidade e interesse especial. As fichas contêm indicações relativas ao tipo de sítio, dimensão da área, dados sobre os elementos relativos ao sítio,

elementos tipológicos presentes no jardim e outros aspectos de interesse bibliográfico. Toda esta informação encontra-se concentrada apenas em uma ou duas páginas dactilografadas.

O Registo compõe-se de vários fascículos relativos a cada região. As fichas são enumeradas e remetidas para uma cartografia geral de referência.

As fichas de registo são enviadas, segundo o seu estatuto, a proprietários, ocupantes, entidades locais e autoridades de vários níveis, com um fim principalmente informativo.

O inventário *Inventory of Parks and Gardens of Historic Interest* conduzido pelo *Centre for the Conservation of the Historic Parks and Gardens* da Universidade de York é um instrumento complementar do Registo, com um objectivo sobretudo de individualizar e descrever os jardins de especial interesse, de precisar os motivos de tal interesse e de recolher informações para o inventário do Centro.

As intenções são neste caso voltadas para o conhecimento, seja histórico seja actual, do jardim e para o problema da tutela e conservação.

A nota introdutória relativa à *Survey and Inventory*, realça um ponto fundamental para o trabalho - o carácter do jardim de interesse histórico. O jardim é considerado de interesse quando satisfaz, pelo menos, um dos seguintes requisitos:

- Tem particularidades que ilustram algum aspecto particular da história da arte dos parques e jardins.
- Tem associações com o país, de interesse histórico.

- Forma grupos de valor com edifícios ou paisagens, isto é, quando está presente um valor de conjunto, por associação a imóveis ou a outros espaços, sendo o conjunto considerado de interesse histórico.

O interesse histórico é evidenciado, mas não deve ser descurado o interesse estético, o botânico, nem tão pouco o valor do jardim relativamente ao público.

Um jardim pode apresentar vários graus de interesse: interesse excepcional, grande interesse e especial interesse. O local onde se situa o jardim deve ser também analisado relativamente ao seu interesse segundo quatro parâmetros:

- A natureza do interesse do sítio.
- O tipo ao qual pertence o sítio.
- As condições do sítio.
- O contexto geográfico.

Para os tipos de sítio distinguem-se três grupos principais:

- Locais - Parques e Jardins - associados a um uso habitacional ( palácios, quintas, solares, herdades, casas nobres, urbanizações planificadas, que não estejam associados a imóveis ou urbanizações particulares.)
- Locais - Parques e Jardins - associados a instituições ou entidades, à arquitectura civil, militar e religiosa, jardins botânicos e cemitérios.
- Locais - Parques e Jardins - associados ao uso público (parques, jardins e passeios públicos.)

As condições do lugar incidem na valoração, em particular:

- O estado de manutenção do sítio.
- A complexidade do sítio.
- A degradação de partes do sítio.

Como podemos deduzir desta síntese, a elaboração teórica e metodológica inglesa desenvolveu um sistema de individualização de interesse de jardins históricos de modo a operar com o máximo de clareza e síntese.

## **França**

No que diz respeito à legislação, a política do património em França é, cada vez mais, uma política global. É uma política que tanto diz respeito à protecção dos monumentos históricos e dos objectos culturais - que não são unicamente objectos de arte -, como à arquitectura, ao urbanismo e ao meio ambiente, pois o ambiente entende-se simultaneamente como um ambiente cultural construído e ambiente natural. Segundo André-Hubert Mesnard<sup>6</sup> em França, tem grande peso a ideia que o património é algo global. A noção de património no direito público e em matéria de política pública, é uma noção recente. Primeiramente falava-se de património no âmbito do direito privado e do direito civil. Mais tarde, introduziu-se uma noção cada vez mais lata, a qual se reflecte na legislação e nas designações das administrações e dos conselhos desde a década de 70. Foi nos anos 70/80 que os legisladores e as Administrações

---

<sup>6</sup> MESNARD, André-Hubert, *Política e direito do património cultural em França: situação actual e perspectivas*, Texto elaborado a partir do registo magnético da conferência proferida no âmbito do Curso de Direito do Património Cultural, Lisboa, 1995 (policopiado).

recorreram de forma sistemática ao termo *património* nas áreas da cultura e da natureza. O património nacional é constituído pelo património regional, que por sua vez, integra o património dos departamentos, que reúne o património das comunas, o qual inclui o património dos particulares.

Esta noção de património é, pois, um conceito recente. Inclui não só a cultura como a etnologia, a tecnologia, os objectos científicos, os objectos industriais, as máquinas. Trata-se de uma concepção muito geral e que compreende também o solo e a paisagem.

O património cultural imóvel tradicional abrange, a saber, os monumentos históricos, os sítios e as estações arqueológicas. É este conjunto que há muito constitui, em França, o património cultural imobiliário e que é objecto de legislação específica: a Lei de 1913, sobre os monumentos históricos, a Lei de 1930, sobre a protecção dos sítios e a Lei de 1941, sobre a protecção da arqueologia.

Existe uma lei mais recente, de 1983, sobre as Zonas de Protecção do Património Arquitectónico e Urbano - as Z.P.P.A.U, à qual se acrescentou um P, Zonas de Protecção do Património Arquitectónico, Urbano e das Paisagens. A Lei de 1983 acrescenta portanto, a protecção das paisagens à protecção do património arquitectónico e urbano, por forma a globalizar a protecção, não deixando o edificado de um lado, o rural e a paisagem natural, do outro.

Entre os meios de protecção, existe também a protecção penal.

Em França, a partir da última metade dos anos 80, fez-se um pré-inventário que envolve todas as regiões e departamentos estatais; a operação de inventariação com um objectivo sobretudo cognitivo com o fim da tutela e conservação, é conduzida pelo ministério da cultura - *Direction du Patrimoine* e do *Ministere de l'Equipement* e da *Direction de l'Architecture et de l'Urbanisme* - segundo a norma contida no fascículo *Elements de methode pour la conduite d'un pre-inventaire des jardins remarquables*, de Michel Conan e Sylvie Brossard (1985 e 1988), onde se defende que a definição de jardim de interesse histórico e artístico deve ser bem clara. As fichas, são preenchidas a partir de quatro elementos fundamentais:

- O jardim conserva traços de um modo de vida cujo interesse pela história cultural é um facto no tempo.
- O jardim é um *jardin de plaisir* cujo interesse deriva duma intervenção estética.
- O jardim constitui um elemento característico da paisagem.
- A pesquisa dos jardins é organizada de região em região e trabalha-se a três níveis:

- . Pesquisa em arquivos e bibliotecas.
- . Pesquisa em bases de informação privadas para obter o nome do proprietário.
- . Pesquisa em associações cívicas como *amigos dos jardins* que podem indicar outros proprietários.

Individualizado e catalogado o jardim, feita uma visita ao local, compila-se uma primeira ficha de visita, muito expedita, à qual se seguirá a ficha do pré inventário.

Em algumas regiões, alguns responsáveis coordenaram a pesquisa que foi elaborada por jovens estudantes ou amadores, também voluntários.

Em 1993 foi publicado um fascículo, com o título *Parcs et Jardins Remarquables*, que corresponde a dez anos de pré-inventário que fazem o ponto da situação no que se refere a cada região, aos jardins inventariados que foram alvo de protecção, de intervenções de recuperação e de todas as iniciativas culturais ligadas ao pré-inventário.

Desde 1995 que está em curso a redacção, o léxico e o uso das fichas, baseado na leitura da tratadística em língua francesa e de fontes documentais.

Em França o sucesso do pré-inventário de jardins históricos foi tal, que podemos dizer que este tipo de património foi verdadeiramente descoberto, e sobre esta base - que é a pesquisa inicial - foram iniciados numerosos trabalhos de recuperação.

## **Espanha**

No país vizinho, no que se refere ao património paisagístico, considera-se a legislação existente aplicável aos bens culturais de um modo geral, que, até à entrada em vigor, em 25 de Junho de 1985, da Lei do Património Histórico

Espanhol, não respondeu a uma lógica interna que permitisse falar da existência de uma construção técnico-jurídica deste património.

Segundo María del Rosario Alonso Ibáñez<sup>7</sup>, a situação de deterioração em que se encontrava o património histórico em Espanha quando da entrada em vigor da Constituição de 1978 era reveladora da ineficácia absoluta das diferentes leis de tutela que tinham vindo a surgir sucessivamente.

Por um lado, pela razão da extrema penúria de meios financeiros com os quais se pretendia dar resposta, a partir dos poderes públicos, a um empreendimento de tal envergadura. A Administração em termos gerais, nunca esteve disposta a gastar dinheiro nem sequer com os bens da sua responsabilidade, pelo que lhe faltou a autoridade moral para exigir a outros o que ela própria não estava disposta a fazer. Desta forma verificou-se um incumprimento sistemático das disposições, continuamente denunciado pela doutrina, e que o próprio legislador não tem dúvida em confessar em qualquer momento.

Por outro lado, em virtude das deficiências de uma organização administrativa baseada em órgãos honorários e que carece de um aparelho burocrático minimamente profissionalizado. Por sua vez, e à semelhança do que acontece em Portugal, a autora refere que a gestão adequada do património histórico exige inelutavelmente, em primeiro lugar, uma infra-estrutura administrativa muito profissionalizada que nunca existiu. Porém a gestão adequada do património exige também, em segundo lugar, um conhecimento

---

<sup>7</sup> IBÁÑEZ, María del Rosario, *Direito do património cultural em Espanha: situação actual e perspectivas*, Texto correspondente à conferência proferida no âmbito do Curso de Direito do Património Cultural, Lisboa, 1995, (policopiado).

suficiente dos bens que devem ser protegidos. Por outro lado ainda, devido às insuficiências da própria legislação.

No que se refere aos bens que integram o património histórico espanhol, a Lei em vigor (1985) estabelece que são integrados no Património Histórico Espanhol os bens imóveis e móveis de interesse artístico, histórico, paleontológico, arqueológico, etnográfico, científico ou técnico. Também fazem parte do mesmo o património documental e bibliográfico, as zonas e campos arqueológicos, bem como os sítios culturais, jardins e parques que tenham valor artístico, histórico ou antropológico.

A lei distingue assim perfeitamente entre a utilidade imaterial identificadora da finalidade da acção de tutela: o valor cultural e o critério que a Lei estabelece para identificar os objectos susceptíveis de constituir suporte físico de uma utilidade cultural, critério este que corresponde ao interesse histórico, artístico, arqueológico, etnográfico, documental, bibliográfico, paisagístico. Este tipo de interesse é uma realidade independente, externa, que os bens podem ou não possuir, mas se a têm, são considerados como objecto de protecção especial antes de mais por não apresentarem esse interesse, mas por a ele estar ligado um valor cultural.

Um dos princípios que caracterizam esta Lei é o facto de estabelecer um nível de protecção mínimo que abrange todos os bens identificados como parte integrante do património histórico. Não estão tutelados pela Lei apenas os que são objecto de uma declaração formal de monumentalidade, como anteriormente sucedia, mas todos os identificados com fazendo parte do património histórico.

No entanto, o novo sistema de tutela do Património Histórico que a Lei introduz caracteriza-se por compreender diversos níveis de protecção, o que dá lugar a diferentes categorias legais de bens. Estabelece-se o nível máximo de protecção para a dos Bens de Interesse Cultural e para a dos Bens Móveis Inventariados, categorias a que acedem os bens integrados no património histórico que sejam mais relevantes - isto é, aqueles cujo interesse específico seja maior.

María del Rosario defende que a existência destes diferentes níveis de protecção requer, para efeitos de eficácia de aplicação, uma individualização prévia dos bens. Ou seja, é necessário individualizar os objectos para lhes aplicar o seu correspondente nível de protecção, qualquer que ele seja, necessite ou não de uma determinada protecção mais ou menos intensa.

Individualizar um objecto não é o mesmo que identificá-lo. Identificar um objecto significa determinar se ele forma parte integrante ou não do conceito jurídico de Património Histórico. Individualizar um objecto significa especificá-lo, concretizá-lo para protegê-lo efectivamente. A individualização implica a concretização do critério de identificação num objecto, determinar se de facto possui ou não esse interesse específico.

Assinalar que a identificação e a individualização de um objecto são dois fenómenos distintos não é obstáculo para fazer notar também que, por vezes, a individualização se encontra implícita na própria identificação.

O sistema de tutela do património histórico que a Lei introduz caracteriza-se por compreender diversos níveis de protecção, o que dá lugar a diferentes categorias legais de bens, que são:

Categoria legal de Bem de Interesse Cultural, onde se incluem os bens mais relevantes que integram o Património Histórico, individualizados por meio de uma declaração formal como Bens de Interesse cultural. Em particular, estes bens imóveis terão de ser declarados em referência a alguma das seguintes subcategorias: Monumentos, Jardins Históricos, Sítios Históricos, Conjuntos Históricos, Zonas Arqueológicas.

Tanto no que se refere aos bens móveis como aos imóveis, a Lei impõe aos proprietários e, quando é o caso, aos titulares de direitos reais sobre tais bens ou a quem os possua a qualquer título, a obrigação de permitir e facilitar a sua inspecção por parte dos organismos competentes, o estudo pelos investigadores, assim como a visita pública, nas condições de gratuidade que estão regularmente determinadas, pelo menos quatro dias por mês.

Quando os proprietários não derem execução às formas de actuação exigidas para cumprimento do dever de conservação que se lhes impõe, a Administração poderá ordenar a sua execução subsidiária. De igual modo, poderá conceder uma ajuda com carácter de adiantamento reembolsável. A Administração poderá também realizar directamente as obras necessárias, se assim o requerer a conservação mais eficaz dos bens.

No tocante aos bens imóveis, o aspecto mais saliente do seu regime jurídico consiste na obrigação de delimitar o enquadramento do bem desde que se dá início ao processo de declaração, assim como a possibilidade de suspensão cautelar de obras, ou a suspensão automática de todas as licenças urbanísticas até que seja objecto de declaração definitiva. Entretanto, qualquer tipo de obras

necessitará da autorização da Administração Cultural. É proibida toda a deslocação do bem, mas autorizada a sua ruína e demolição, ainda que submetida a formas rígidas de controlo. Uma vez declarado um imóvel como sendo de Interesse Cultural, se a declaração é como Monumento ou como Jardim, as obras necessitarão sempre de autorização prévia da Administração cultural.

O inventário e catalogação dos bens que integram o património histórico constitui uma tarefa ainda a decorrer. No entanto, com base no inventário que está a ser elaborado, muitos jardins foram já declarados como imóveis de interesse histórico e conseqüentemente protegidos.

### **Itália**

A legislação sobre esta matéria, é a norma que se aplica à natureza dos bens culturais em geral e está regulada na lei de 1939, relativa à *Tutela das coisas de interesse artístico e histórico*. Trata-se de um texto normativo composto por 75 artigos que contêm uma regulamentação orgânica de todas as formas sob as quais se exprime a política de protecção do património cultural e nacional. No art.1º desta lei é referido,... *Incluem-se ainda as cidades, parques e jardins que tenham interesse artístico ou histórico. Segundo o direito italiano, o interesse artístico e o interesse histórico, são os atributos essenciais e indefectíveis do bem cultural.* Considera-se que no sistema da lei de tutela cultural o elemento artístico deve

estar de qualquer modo presente. O interesse histórico puro e simples não é suficiente para constituir a base legal da tutela cultural dos bens móveis

A lei relativa à tutela dos bens culturais estabelece um regime de protecção de bens que apresentam interesse histórico/artístico, o qual se traduz necessariamente na imposição de obrigações, encargos, subordinação a poderes públicos sob a orientação de sujeitos que tenham uma determinada relação com o bem protegido.

Segundo Pier Giorgio Ferri<sup>8</sup>, a relação do sujeito com os bens que a lei vai tomando em consideração é a mais variada: não importa, apenas, que ele tenha um direito sobre o bem, como a propriedade ou outro direito real, mas também a simples disponibilidade material do próprio bem. Por meio da qualificação de possuidor ou de detentor designam-se aqueles que assumem uma posição que comporta o controlo físico do bem, independentemente da titularidade do direito de propriedade sobre ele.

A finalidade da conservação tende a garantir a manutenção ou a recuperação da integridade do bem, quer do ponto de vista estritamente material quer pelos vários aspectos atinentes a circunstâncias que têm incidência na entidade cultural do bem considerado em si mesmo e na relação com o ambiente exterior. Conservar o bem cultural significa impedir a sua destruição ou deterioramento por qualquer que seja, o seu extravio e a subtracção furtiva; significa fazer com que não seja destinado a usos não compatíveis com a sua dignidade ou com que o seu valor não seja diminuído por factores ambientais.

---

<sup>8</sup> FERRI, Pier, *Os bens culturais no direito italiano*, texto correspondente à conferência proferida no âmbito do Curso de Direito do Património Cultural, Lisboa, 1995, (policopiado).

A conservação é a tarefa-base da tutela, quer por ser inapelavelmente imposta pela lei a todos os bens a que é reconhecida a qualidade de bem cultural, quer por não se poder prescindir dela para proceder às intervenções ulteriores que remetem para o conceito de valorização dos bens culturais.

Contudo a função da conservação não esgota a intervenção pública de tutela do bem cultural. Tal intervenção também é dirigida para resultados ulteriores de interesse geral que podem ser reconduzidos ao conceito de valorização.

Para Ferri, a valorização de um bem cultural não pode evidentemente consistir numa intervenção orientada para o aumento dos méritos artísticos e históricos que qualificam o próprio bem; estes são por definição uma realidade independente da acção de tutela, de que constituem a necessária premissa, e são concebíveis apenas enquanto objecto de conservação tal como foram criados e formados.

A função de valorização é, pelo contrário, construída em torno de um traço distintivo essencial do bem cultural, que concorre de modo determinante para a sua razão de ser um bem de interesse público: o de estar institucionalmente destinado à fruição por parte da colectividade. A valorização tende por isso a aprontar os meios para propiciar, alargar ou melhorar a possibilidade de acesso ao conhecimento dos bens culturais, de modo a facilitar a percepção e a apreensão dos valores a eles inerentes.

A função de valorização do bem cultural não pode deixar de se socorrer de mais instrumentos, distintos dos dirigidos aos resultados exclusivamente de conservação.

Segundo o autor, as intervenções de valorização têm um amplo espectro de acção e também por isso se distinguem das de conservação, que apresentam pelo contrário, um carácter muito típico e pré-determinado.

A importância, no plano jurídico, da distinção entre conservação e valorização relaciona-se com o tema das garantias da propriedade privada relativamente à acção de tutela. A função de valorização só é plena e incondicionalmente explicável relativamente a bens de propriedade pública integralmente destinados a uma finalidade cultural.

Para garantir a conservação dos bens culturais, a lei prevê antes de mais instrumentos destinados a impedir que o exercício das faculdades inerentes ao direito de propriedade se traduza em formas de gestão e utilização não compatíveis com as garantias de integridade e segurança dos próprios bens, pelo menos nos traços que exprimem o valor protegido.

Este resultado é atingido com uma série de proibições que impõem ao proprietário que se abstenha de actos susceptíveis de incidir negativamente na conservação do bem.

As actividades proibidas pela lei, salvo autorização, são enquadradas nas tipologias da demolição, da modificação, do restauro e da remoção. Por restauro entende-se toda a intervenção motivada por uma condição de deterioramento ou

de degradação do bem protegido e que fixa como objectivo o seu restabelecimento mediante a recuperação do seu estado original.

Ferri refere como outro aspecto relevante para fins de tutela de conservação, o da situação espacial do bem cultural, que é colocado sob controlo, estabelecendo-se uma proibição de remoção de partes do bem sem a autorização da administração.

O proprietário deve abster-se de usos do bem cultural que coloquem em perigo a integridade material do bem, ou que não estejam em consonância com a dignidade intrínseca do seu valor artístico ou histórico e, assim, diminuam e o danifiquem na sua identidade cultural.

A lei autoriza a administração a interferir na gestão dos bens culturais que são propriedade privada e estão sujeitos a tutela, através de intervenções coactivas de sinal positivo - ou seja, que impõem ao proprietário uma obrigação de fazer ou de aceitar uma acção sobre o bem - quando tal se revele necessário para garantir a conservação do bem protegido. Uma das formas mais importantes de intervenção respeita à recuperação. A lei autoriza a administração a decidir a execução das obras necessárias para assegurar a conservação ou impedir o deterioramento dos bens de interesse artístico ou histórico.

Do ponto de vista do interesse público, a intervenção integralmente realizada pela administração surge objectivamente como preferível quando se trata de operações delicadas de recuperação que requerem competências técnicas especiais mesmo na fase de execução dos trabalhos.

A fim de evitar que a comparticipação pública na recuperação se traduza numa injustificada vantagem económica para o proprietário, é imposta a este uma contrapartida que consiste numa maior subordinação do bem que é propriedade privada ao interesse da colectividade: a lei, determina assim, que os bens recuperados total ou parcialmente pelo Estado devem permanecer acessíveis ao público.

A acção de conservação dos bens culturais tem ainda que se confrontar com outras funções públicas, entre as quais assumem particular relevo as que promovem obras de utilidade pública. A lei sobre a tutela da paisagem (1985) subordina a execução de obras públicas de qualquer tipo nas zonas protegidas pelo seu particular interesse ambiental a uma autorização prévia da Região ou do Ministério dos Bens Culturais.

Em Itália as operações de catalogação de jardins históricos são feitas pelo *Istituto Centrale per il Catalogo e la Documentazione*<sup>9</sup>.

A catalogação é feita desde os fins dos anos 70, com o objectivo de obter um conhecimento exaustivo de todos os bens existentes num âmbito territorial definitivo, focalizando os bens segundo uma escala diversa através de fichas que põem em evidência as informações existentes para cada bem.

Foi elaborada a ficha TP (Topónimo para o sector extraurbano que examina porções de terreno no meio envolvente. Sucessivamente foi introduzida a

---

<sup>9</sup> CAZZATO, Vincenzo, *Ville, Parchi e Giardini, per un atlante del patrimonio vincolato*, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali-Ufficio Studi, Comitato Nazionale per lo Studio e la Conservazione dei Giardini Storici, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1992.

ficha experimental TF - território, flora e fauna) para análise do estado actual da situação vegetal e faunística do território.

A ficha TP liga-se à temática da paisagem e dos seus valores históricos e artísticos.

A ficha PG (Parques e Jardins) nasce da exigência de conhecer de um modo específico os espaços abertos de valor histórico existentes. Esta metodologia resulta do conhecimento de que não se pode analisar um jardim sem inseri-lo no ambiente circundante e sem o conceber como um elemento articulado e sem solução de continuidade, mesmo no espaço urbano.

Prevê ainda a criação de uma equipa, desde o historiador de arte ao arquitecto, ao botânico ou ao silvicultor, a quem se pede um conhecimento, não só botânico, mas também ao nível da climatologia e pedologia.

A ficha é composta por uma capa, na qual devem estar os dados individuais do jardim, província e comunidade, objecto, referências topográficas, dados cadastrais, cronologia, autores, origem, uso actual, proprietário, tutela, vínculo, área do jardim, planimetria, fisionomia, estruturas arquitectónicas e objectos de interesse histórico-artístico presentes.

Na contracapa da ficha encontra-se a descrição do jardim, referência cadastral, fotografias, referências documentais, etc.

O interior da ficha comporta notícias históricas, críticas, relatório ambiental e/ou paisagístico, trabalhos de recuperação, bibliografia, estado de conservação, exemplares botânicos de especial relevo. Compreende ainda o inventário da vegetação, uma tabela de *Composição florística*, articulada em oito

colunas, que inclui a subdivisão fisionómica-estrutural do jardim (as partes no qual pode ser subdividido), os códigos internacionais, família, género, espécie, porte de cada planta, proveniência, símbolo com o qual se individualiza a planta, quantidade e nome vulgar.

Este elenco deve ser feito paralelamente à restante análise detalhada, do jardim, sem a qual a tabela é dificilmente compreensível e inútil.

### **Portugal**

Em Portugal, no que diz respeito à legislação, das normas constitucionais actuais com implicações directas no património cultural, temos para além do art. 9º da e) - que incide nas tarefas fundamentais do Estado - o art.66º, n.º 2, c), incumbindo o Estado, por meio de organismos próprios e por apelo e apoio a iniciativas populares, de criar e desenvolver reservas e parques naturais de recreio, bem como classificar e proteger paisagens e sítios, de modo a garantir a conservação da natureza e a preservação de valores culturais de interesse histórico ou artístico. É de salientar uma vez mais, a ligação feita por quase todas essas normas entre protecção do património cultural e protecção do ambiente, justificando-se porque, o património cultural faz parte do ambiente em sentido lato, porque um ambiente degradado afecta o património cultural que aí se situe e porque em última análise, proteger, preservar, valorizar o ambiente e o património cultural pressupõem a mesma atitude de espírito, redundam sempre no mesmo tipo de actividade sociocultural, requerem sempre a mesma vontade política e

também porque as normas constitucionais possuem idêntica estrutura e suscitam idênticos problemas de efectividade.

O património paisagístico histórico, e refira-se que este conceito engloba os jardins, mas também as quintas de recreio, as cercas conventuais, lugares de peregrinação e tapadas, não têm sido eficazmente reconhecidos e protegidos na conjuntura do património cultural português, se os compararmos com os outros tipos deste património. É conveniente não esquecer que a arte dos jardins, tal como a pintura, a arquitectura, a literatura, é um componente importante do património cultural nacional, que merece o justo reconhecimento, protecção e conservação.

Esta lacuna, em Portugal, atribui-se com frequência tanto à ausência de trabalhos acerca do jardim português, como à indeterminação de uma política de protecção e de conservação vaga. Apesar de, desde 1930, ser publicada legislação neste sentido, os jardins históricos nunca são particularmente referidos.

Procuraremos em seguida fazer uma breve referência a esta legislação de protecção e conservação do património em Portugal, que ainda que não seja específica do património paisagístico, pode ter alguma aplicação:

No artigo 9º da Constituição da República Portuguesa (C.P.R.) (1982), são descritas as Tarefas Fundamentais do Estado. Segundo a sua e), *Proteger e valorizar o património cultural do povo português, defender a natureza,*

*preservar os recursos naturais e assegurar um correcto ordenamento do território, é Tarefa Fundamental do Estado.*

No decreto-lei de 16 de Junho de 1910 são classificados como Monumentos Nacionais, o *Paço Episcopal*, em Castelo Branco, o *Palácio Nacional de Queluz*, em Sintra, o *Mosteiro de S. Bento*, em Santo Tirso e o *Palácio da Bacalhoa*, em Setúbal. Em todos estes Monumentos são classificados os Jardins e a Cerca, no caso do Mosteiro.

O D.L. n.º 20985/32 de 7 de Março tem como fim a *Classificação dos elementos ou conjuntos como "Monumentos Nacionais" ou "Imóveis de Interesse Público" bem como as áreas adjacentes que condicionam o ambiente em que se situem*. É referida também a necessidade de se proceder ao *inventário de imóveis de valor artístico, histórico, arqueológico ou numismático*, e introduz as Comissões Municipais de Arte e Arqueologia na Administração Municipal.

A Constituição de 1933 reflectia, na norma do seu art.º 52º, uma concepção autoritária e proteccionista do Estado face aos elementos, imóveis ou objectos, que tinham interesse artístico, histórico e natural.

A disciplina jurídico-constitucional, nesta matéria, integra várias dimensões do fenómeno cultural: o histórico; o artístico; o natural. A noção de monumento natural, protegido de forma igual à prevista para os monumentos históricos e artísticos, mostra por parte da Constituição de 1933, um alargamento

do conceito de cultura e conseqüentemente dos objectos e sítios ou imóveis a reconhecer com valor nas áreas apontadas, para ficarem sobre protecção do Estado. Desde então é possível teorizar, de uma forma unitária, em torno de princípios e valores comuns a manifestações e testemunhos de natureza histórica, artística e ambiental, presentes quando o legislador é chamado a intervir.

No D.L. n.º 23967 de 5 de Junho de 1934 é classificado, como Monumento Nacional, o *Jardim da Manga*, em Coimbra.

No D.L. n.º 27396 de 26 de Dezembro de 1936 é classificada, como Imóvel de Interesse Público, a *Quinta da Pimenta*, em Lisboa.

No D.L. n.º 2853 de 22 de Março de 1938 são classificados, como Imóveis de Interesse Público, o *Palácio do Barão de Quintela e Conde de Farrobo*, em Lisboa, o *Lago, Fontes e Escadaria que restam da Quinta da Prelada*, no Porto, o *Mosteiro de Grijó*, em Gaia e a *Cerca do Convento de Cristo*, em Tomar. Em qualquer destes Imóveis são também classificados os seus Jardins, ou Cercas.

No D.L. n.º 30762 de 26 de Setembro de 1940 é classificado, como Monumento Nacional, o *Palácio dos Marqueses de Pombal*, em Oeiras. Os Jardins estão incluídos nesta classificação.

No D.L. n.º 32973 de 18 de Agosto de 1943 são classificados, como Imóveis de Interesse Público, a *Quinta do Marquês* e a *Quinta dos Ribafrias*, em Sintra.

No D.L. n.º 33587 de 27 de Março de 1944 é classificado, como Imóvel de Interesse Público, o *Mosteiro de Tibães*, em Braga. Esta classificação inclui a Cerca.

No D.L. n.º 36383 de 28 de Junho é classificado, como Imóvel de Interesse Público, o *Palácio de Seteais*, em Sintra. Esta classificação inclui os Jardins.

No D.L. n.º 37366 de 5 de Abril de 1949 é classificada, como Imóvel de Interesse Público, a *Casa dos Biscainhos*, em Braga. Os Jardins são também incluídos nesta classificação.

A lei n.º 2032/49, de 11 de Junho cria os chamados *Valores Concelhios* e confere às Câmaras Municipais competência para a salvaguarda do seu património artístico, atribuindo-lhes o dever de promover a classificação como "*Monumentos Nacionais*" ou "*Imóveis de Interesse Público*" de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico existente nos seus concelhos.

O D.L. n.º 21875/32 de 19 de Novembro, o D.L. n.º 34993/45 de 11 de Outubro e o D.L. n.º 40388/55 de 17 de Abril, estabelecem *Zonas de Protecção*

*para Edifícios Públicos não classificados como Monumentos Nacionais e para os Edifícios de Interesse público cuja natureza especial reclame o condicionamento da utilização dos terrenos circundantes.*

No D.L. n.º 39175 de 17 de Abril de 1953 são classificados, como Imóvel de Interesse Público e Monumento Nacional, respectivamente, o *Paço Real de Caxias*, em Oeiras e a *Quinta da Penha Verde*, em Sintra. Os Jardins do Paço são incluídos na classificação.

No D.L. n.º 33587 de 29 de Outubro de 1959 é classificada, como Imóvel de Interesse Público, a *Zona Circundante do Palácio Nacional da Ajuda (Jardim das Damas, Salão de Física, Torre Sineira, Paço Velho e Jardim Botânico)*, em Lisboa.

No D.L. n.º 44452 de 5 de Julho de 1962 é classificada, como Imóvel de Interesse Público, a *Quinta Alegre*, em Lisboa.

No D.L. n.º 44675 de 9 de Outubro, do mesmo ano, é classificada, como Imóvel de Interesse Público, a *Quinta dos Azulejos*, em Lisboa.

No D.L. n.º 47508 de 24 de Janeiro de 1967 é classificado, como Imóvel de Interesse Público, o *Edifício que foi residência de Guilherme e João Diogo Stephens*, na Marinha Grande. Esta classificação inclui os Jardins.

No D.L. n.º 251/70 de 3 de Junho é classificado, como Imóvel de Interesse Público, o *Santuário de Bom Jesus do Monte*, em Braga.

No D.L. 516/71 de 22 de Novembro, são classificadas, como Imóveis de Interesse Público, a *Quinta do Engenho Novo*, em Santa Maria da Feira e a *Quinta da Trindade*, no Seixal.

No D.L. n.º 735/74 de 21 de Dezembro são classificados como, Imóveis de Interesse Público, o *Palácio dos Condes de Farrobo*, em Lisboa, a *Casa de Simões*, em Felgueiras e o *Solar dos Castros*, em Vila Nova de Cerveira. Os Jardins destes Imóveis estão incluídos na classificação.

Na Constituição de 1976, o legislador constituinte não foi sensível à problemática da defesa do património cultural. Não o elegendo como princípio político fundamental, não determinou nenhuma tarefa ou obrigação concreta do Estado nesse sentido. Só mais tarde, na primeira revisão constitucional, em 1982, considerou ser uma das tarefas fundamentais do Estado, *proteger e valorizar o património cultural do povo português...*( art. 9º, acima referido).

No D.L. n.º 129/77 de 29 de Setembro são classificados, como Imóveis de Interesse Público, a *Casa de Santo António de Vessadas*, em Barcelos, a *Casa da Boavista*, em Celorico de Basto, a *Casa de Caneiros*, em Guimarães, a *Casa do Vinhal*, em Vila Nova de Famalicão, a *Quinta das Lágrimas*, em Coimbra, o

*Palácio de Estói*, em Faro, a *Quinta de Fafiães*, em Matosinhos, a *Casa da Prehada*, no Porto, o *Conjunto ou espaço urbano designado por Passeio Alegre*, na Póvoa do Varzim, o *Paço do Campo Belo*, em Gaia e o *Solar dos Bertandos*, em Ponte de Lima. Os Jardins destes Imóveis estão incluídos na classificação.

No D.L. n.º 95/78 de 12 de Setembro, são classificados, como Imóveis de Interesse Público, o *Palácio de Monserrate*, em Sintra, a *Casa do Álamo*, em Alter do Chão, a *Casa de Almeidinha*, em Mangualde e a *Casa de S.Miguel*, em Viseu. Os Jardins estão incluídos nesta classificação.

O Decreto-Regulamentar n.º 34/80, de 2 de Agosto vem substituir a Junta Nacional de Educação (J.N.E.), criada ao abrigo do D.L. n.º 2611/36, de 19 de Maio, cuja competência era a *classificação dos valores culturais*, pelo Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Este Instituto tinha como objectivo *promover a inventariação e classificação de móveis ou imóveis pelo seu valor artístico, histórico, arqueológico bibliográfico e documental, etnográfico ou paisagístico que constituam elementos do património cultural do país*.

Talvez só neste momento, não por vontade própria, mas por acção exterior, em 2 de Outubro de 1980, Portugal ratificou a Convenção para a protecção do património mundial, cultural e natural, da UNESCO, estabelecida em Paris, em 16 de Novembro de 1972. Esta convenção conta com 142 países membros e não pretende substituir-se a estes, mas antes completar/complementar

a sua acção no domínio da protecção patrimonial, apresenta duas originalidades diferentes: reúne num mesmo instrumento as noções de cultura e natureza, que muitas vezes se encontram desligadas, e introduz o conceito inovador de Património Mundial<sup>10</sup>.

Incluídas na Lista do Património Mundial estão inscritos dois tipos fundamentais de bens: os bens culturais e os bens naturais.

As categorias de classificação de bens culturais são, monumentos (obras de arquitectura, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico); Conjuntos (grupos de construções) e Sítios (obras do ser humano ou obras conjugadas deste e da natureza, bem como zonas, por exemplo sítios arqueológicos).

Os jardins históricos, apesar de não serem referenciados especificamente, poderão ser incluídos nos *Sítios* uma vez que são uma obra conjugada do Homem com a Natureza, um artifício natural, desejado e concretizado pelo Homem.

Dos tipos de bens culturais que apresentam interesse especial são de referir os conjuntos urbanos e as paisagens culturais, pelo facto de constituírem obras combinadas do ser humano e da natureza. Dentro das paisagens culturais, podemos distinguir três subgrupos, entre os quais a *paisagem claramente definida que é aquela que é concebida intencionalmente pelo homem e que muitas vezes se*

---

<sup>10</sup> Considera-se que o património mundial é constituído por bens de interesse excepcional, de valor universal, por vezes testemunhos únicos, respeitando critérios de autenticidade e de integridade, e que devem ser considerados pertença não apenas do Estado em que se encontram, mas de toda a humanidade, pretendendo-se que toda a humanidade se envolva na sua defesa e salvaguarda de modo a assegurar a sua transmissão às gerações futuras.

*traduz na feitura de jardins, de parques de grande valor estético associados (mas não necessariamente) a construções ou conjuntos religiosos*<sup>11</sup>.

No D.L. n.º 28/82 de 26 de Fevereiro, são classificados, como Monumento Nacional, o *Palácio dos Marqueses de Fronteira*, em Lisboa; como Imóveis de Interesse Público, a *Casa do Alto*, em Guimarães, a *Casa Ventura Terra*, o *Palácio Burnay* e o *Solar da Quinta dos Lagares d'El Rei*, em Lisboa, o *Edifício na Avenida da Boavista*, no Porto, a *Casa e Jardins da Família Barbot*, em Gaia e a *Quinta de S.Lourenço*, em Almada; como Valor Concelhio, o *Conjunto formado por habitação e logradouro arborizado*, no Porto. Os Jardins destes Imóveis estão incluídos na classificação.

No D.L. n.º 8/83 de 24 de Janeiro são classificados, com Imóvel de Interesse Público, o *Conjunto do Palácio das Necessidades*, em Lisboa; como Valores Concelhios, a *Casa do Proposto*, em Guimarães, o *Conjunto na Zona do Campo Alegre* e o *Edifício incluindo o logradouro e mata anexa*, no Porto e a *Quinta da Nossa Senhora da Conceição*, em Almada. Os Jardins estão incluídos na classificação.

No D.L. n.º 29/84 de 25 de Junho são classificados, como Imóveis de Interesse Público, a *Quinta e Palácio de Nossa Senhora da Piedade*, em Vila Franca de Xira, o *Santuário de Nossa Senhora dos Remédios*, em Lamego e a

---

<sup>11</sup> *Direito do Património Cultural*, INA – Instituto Nacional de Administração, 1996, pag. 102.

*Casa da Ínsua ou Solar dos Albuquerque*, em Penalva do Castelo. A classificação inclui os Jardins.

A Lei n.º 13/85 estatui que a protecção legal do património cultural terá como instrumento o levantamento, o registo e a classificação de bens culturais, sendo omissa neste instrumento legal o estabelecimento de regras específicas relativas ao levantamento, ao registo e à classificação. O estudo da lei demonstra que só a classificação mereceu a atenção do legislador, que consagra três instrumentos de protecção legal no art.4º, para logo no art. 7º afirmar que *a protecção legal dos bens materiais que integram o património cultural assenta na classificação dos imóveis e dos móveis.*

No D.L. n.º 1/86 de 3 de Janeiro são classificados, como Imóveis de Interesse Público, o *Edifício e Jardim do Antigo Paço Episcopal*, em Bragança e a *Casa e Quinta de Dinis de Cima*, em Santo Tirso; como Valor Concelhio, o *Palácio da Fiação*, em Fafe. Os Jardins deste Palácio estão incluídos na classificação.

A lei n.º 11/87, de 7 de Abril, Lei de Bases do Ambiente, a qual ainda se encontra, actualmente, em fase de regulamentação. Na a) do artigo 19º, que define um dos instrumentos da política de gestão das paisagens, refere-se que: *A protecção e valorização das paisagens que, caracterizadas pelas actividades seculares do homem, pela sua diversidade, concentração e harmonia e pelo*

*sistema sociocultural que criaram, se revelam importantes para a manutenção da pluralidade paisagística e cultural.*

No n.º 1 do artigo 20º, também desta lei, lê-se ainda: *O património natural e construído do país, bem como o histórico e cultural, serão objecto de medidas especiais de defesa, salvaguarda e valorização, através, entre outros, de uma adequada gestão de recursos existentes e planificação das acções a empreender numa perspectiva de animação e utilização criativa.* O n.º 2 do mesmo artigo, determina que *legislação especial definirá as políticas de recuperação de centros históricos de áreas urbanas e rurais, de paisagens primitivas e naturais notáveis e de edifícios e conjuntos monumentais e de inventariação e classificação do património histórico, cultural, natural, e construído, em cooperação com as autarquias e com as associações locais de defesa do ambiente, e estabelecerá a orgânica e modo de funcionamento dos organismos existentes ou a criar, responsáveis pela sua execução.*

O D.L. n.º 106-A/92, de 1 de Junho extingue os serviços na área da cultura. No art. 1º, é referida a extinção de vários serviços da Presidência do Conselho de Ministros. Na d) deste mesmo artigo é referida a extinção do Instituto Português do Património Cultural.

O D.L. n.º 106-F/92 de 1 de Junho vai criar o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR).

O artigo 2º deste D.L. define as atribuições do IPPAR. O n.º 1 deste artigo, refere que...*são atribuições do IPPAR a salvaguarda e valorização de bens que,*

*pelo seu interesse histórico, artístico ou paisagístico, integrem o património cultural arquitectónico e arqueológico do país. Na a), são definidas como competências do IPPAR, o inventário, a classificação e a desclassificação de bens culturais imóveis, bem como a definição ou a redefinição de zonas especiais de protecção dos mesmos.*

Na c) do n.º 2 do mesmo artigo determina-se ainda como competência do IPPAR, *a salvaguarda e a valorização de bens imóveis classificados e a salvaguarda das respectivas zonas de protecção.*

Tentando esquematizar de uma forma simples as grandes linhas de preocupação do IPPAR, podemos dizer que elas se centram em três actividades basilares:

- A análise, o estudo e a metodologia da salvaguarda e da recuperação do património arquitectónico e paisagístico;
- A análise, o estudo e metodologia da salvaguarda do património arqueológico.
- A divulgação patrimonial no seu sentido lato.

No D.L. n.º 26-A/92 de 1 de Junho é classificado, como Valor Concelhio, *a Mata da Forca*, em Tabuaço.

O D.L. n.º 19/93 de 23 de Janeiro estabelece normas relativas à Rede Nacional de áreas Protegidas. No n.º 1 do art. 1º, é definido nos princípios gerais: *A conservação da natureza, a protecção dos espaços naturais e das paisagens...*

*contra todas as formas de degradação constituem objectivos de interesse público, a prosseguir mediante a implementação e regulamentação de um sistema nacional de áreas protegidas.*

O n.º 2 deste artigo, refere que, *devem ser classificadas como áreas protegidas as áreas terrestres...em que a fauna, a flora, a paisagem..., apresentem, pela sua raridade, valor ecológico ou paisagístico, importância científica, cultural e social, uma relevância especial que exija medidas específicas de conservação e gestão, em ordem a promover,... a valorização do património natural e construído, regulamentando as intervenções artificiais susceptíveis de as degradar.*

No n.º 3 do mesmo artigo diz que *A classificação de áreas protegidas pode abranger o domínio público e o domínio privado do Estado,...e, em geral, quaisquer bens imóveis.*

No n.º 2 do artigo 2º é definido que *as áreas protegidas são de interesse nacional, regional ou local, consoante os interesses que procuram salvaguardar.*

No artigo 3º, quando são referidos os objectivos, diz que: *A protecção e valorização das paisagens que, pela sua diversidade e harmonia, apresentem interesses cénicos e estéticos (o sublinhado é nosso) dignos de protecção.*

A i) do mesmo artigo dispõe: *A promoção do desenvolvimento sustentado da região, valorizando a interacção entre as componentes ambientais naturais e humanas e promovendo a qualidade de vida das populações.*

No n.º 1 do artigo 9º define-se que: *por paisagem protegida uma área com paisagens naturais, seminaturais e humanizadas, de interesse regional ou local,*

resultantes da interacção do homem e da natureza que evidenciem grande valor estético ou natural. (o sublinhado é nosso).

No D.L. nº45/93 de 30 de Novembro são classificados, como Monumento Nacional, o *Palacete Pombal*, também denominado, *Palacete dos Condes Almeida Araújo*, em Sintra; como Imóveis de Interesse Público, o *Paço Real da Vila*, também denominado, *Paço dos Henriques*, nas Alcáçovas, a *Quinta de Montezelo*, em Gondomar, a *Casa e Quinta de Dinis de Baixo*, em Santo Tirso, a *Casa dos Calistos*, também denominada *Casa das Pachecas*, em Ponte de Lima, a *Casa do Arco*, também denominada, *Solar dos Morgados*, *Casa dos Pinto Leite*, *Casa dos Magalhães Pinto* ou *Solar do Terreiro*, em Valpaços e a *Casa do Soito e Paço dos Cunhas*, em Nelas. Os Jardins destes Imóveis estão incluídos na classificação.

Só em 1996, no n.º 1 do artigo 2º, do Decreto Lei 2/96 de 6 de Março, o *Palácio da Bacalhoa*, monumento nacional, passa a ter a seguinte redacção: *Palácio e Quinta da Bacalhoa*, assim como só no n.º 2 do mesmo artigo, o *Convento de Santa Cruz do Buçaco* passa a ter a redacção de *Palacete Hotel do Buçaco e mata envolvente...*

Neste D.L. são classificados Imóveis de Interesse Público, o *Mosteiro de Landim e todo o terreno abrangido pela Cerca*, em de Vila Nova de Famalicão, o *Jardim Botânico da Universidade de Coimbra incluindo a respectiva Cerca*, em Coimbra, o *Convento de Santo António incluindo a respectiva Cerca*, em Penela,

o *Palacete dos Viscondes e Condes de Olivais e Penha-Longa*, também denominado *Palacete da Lapa*, incluindo o seu logradouro e espécies arbóreas nele existentes; a *Quinta das Águias*, também denominada *Quinta do Visconde da Junqueira*, *Quinta de Diogo de Mendonça*, *Quinta do Prof. Lopo de Carvalho*, ou *Quinta dos Côrte-Real*, em Lisboa; a *Quinta das Campainhas*, também denominada *Quinta do Beau-Séjour*, incluindo a casa, jardins fronteiros e parte da *Quinta até à curva de nível dos 80 m* também em Lisboa; a, *Quinta da Abelheira* incluindo o palácio, jardins, e envolvente florestada, em Loures; *Palácio e Quinta do Ramalhão*, também denominado *Paço Real do Ramalhão*, em Sintra; o *Casal de Santa Maria*, também denominado *Parque de Serralves* ou *Quinta do Riba de Ave*, que se compõe de habitação principal, jardins anexos, zona rural e casas agrícolas, no Porto; parte da *Quinta do Bom Sucesso*, também denominada *Quinta da Família Almeida* ou *Quinta da Família Almeida/Barberino*, em Abrantes; o *Palácio da Quinta das Torres*, incluindo o tanque adjacente e a *Casa de Fresco em forma de tempietto*, em Setúbal.

Como se pode verificar, pela *leitura* da legislação da salvaguarda do património artístico português, e à semelhança do que acontece nos países da Europa aqui referidos, com excepção de Inglaterra, onde o conceito de Jardim Histórico surge na legislação em 1974, pela primeira vez, nunca são referidos especificamente os jardins históricos. No entanto, a falta de legislação não deve ser encarada como responsável pela displicência e conseqüente degradação deste tipo de património, pelas suas características de efemeridade e de conjunto *vivo* .

Pode e deve, na falta de legislação mais específica e até que esta seja publicada ou que se proceda à revisão da actual, ser utilizada a legislação específica da salvaguarda da paisagem, dos valores arquitectónicos, e dos bens culturais de um modo geral, tal como acontece nos restantes países Europeus, uma vez que os jardins históricos estão, muitas vezes, ligados a imóveis classificados e são parte integrante da própria paisagem.

Em Portugal, está a decorrer a inventariação dos parques e jardins históricos, levada a cabo pelo Centro de História da Arte da Universidade de Évora e pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos, num trabalho conjunto, estabelecido por um protocolo. Segundo Aurora Carapinha, a responsável por esta inventariação, é um trabalho que se está a elaborar gradualmente e que avança com alguma pesquisa histórica e com alguns levantamentos, *in situ*. O seu principal objectivo, é a recolha e a sistematização de informação que vá apoiar estudos de recuperação de jardins históricos, a nível nacional e a divulgação deste património, ainda em grande parte desconhecido, para que a sua salvaguarda seja encarada como uma preocupação real e objectiva.

Tem como base, a metodologia desenvolvida pelo Institute of Advanced Studies - Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens, da Universidade de York, para a elaboração do National Inventory, e a metodologia utilizada pela Direcção Geral de Edifícios e Monumentos, na inventariação de

monumentos arquitectónicos<sup>12</sup>. Surge, então, uma ficha de inventariação que não é totalmente específica da arquitectura paisagista, uma vez que nunca surgiu essa vontade por parte dos órgãos responsáveis pela tutela dos bens culturais, mas sim uma adaptação mútua, quer dos jardins históricos aos monumentos arquitectónicos, quer destes ao património paisagístico.

O protocolo previu inicialmente a elaboração de 300 fichas referentes a jardins históricos. Numa primeira fase foram elaboradas 100 fichas relativas a 100 Quintas de Recreio, situadas maioritariamente em Lisboa e no Porto, e algumas em Faro e Bragança. O critério para esta selecção, que podemos chamar geográfica, foi a existência de um grande número de quintas num estado de degradação muito avançado, nas áreas de Lisboa e do Porto, e que, por razões de ordem variada, nomeadamente a especulação imobiliária, faz com que corram um risco imediato de desaparecer, pelo que é necessária uma maior celeridade de intervenção. As quintas pertencentes a Faro e a Bragança, justificam-se pela sua singularidade, isto é, por ser pontual o aparecimento deste tipo de património nestas duas zonas, procurando preservar o pouco que existe, como se de um testemunho se tratasse.

Numa segunda fase tentou-se incluir exemplares de quintas de todos os distritos do país; iniciaram-se os 18 distritos, tendo-se conseguido completar 9, isto é, nove distritos do país têm as quintas de recreio inventariadas na sua

---

<sup>12</sup> Pode causar uma certa surpresa uma inventariação de jardins históricos ter como base a metodologia utilizada para o património edificado, no entanto, visto ser um trabalho conjunto e já existir uma base de trabalho, ainda que sujeita a ajustes, o que facilita de certo modo o andamento dos trabalhos, sendo esta a razão pela qual se optou pela constituição de uma ficha de inventariação adaptada às fichas utilizadas pela DGEMN.

totalidade. As 300 fichas previstas no protocolo inicial estão preenchidas, há, no entanto, o desejo, a vontade e a necessidade de continuar<sup>13</sup>.

Para além da informação resultante da pesquisa histórica e bibliográfica, levantamentos e visitas aos locais, e da identificação do estado de degradação, este inventário aponta já algumas das possíveis actuações para a recuperação e para a conservação dos jardins, facilitando o posterior desenvolvimento de estudos mais pormenorizados e aprofundados e a definição de áreas de protecção.

A ficha elaborada para os jardins históricos - IPAP (Inventário do Património Arquitectónico e Paisagístico), integra-se num dos quatro tipos de fichas específicas do IPA (Inventário do Património Arquitectónico), para monumentos, conjuntos, sítios e paisagem, com 46 campos iguais, que diferem na informação a prestar a cada tipo de objecto a inventariar. A informação deve ser clara e acessível a um vasto universo de utentes.

A ficha que se analisa em seguida refere-se, apenas, ao tipo paisagem. O número de inventário é formado por quatro séries de algarismos. As três primeiras séries de dois algarismos indicam, respectivamente o distrito, o concelho e a freguesia onde se integra o objecto inventariado. A série final de três algarismos dá o número de ordem de classificação segundo a ordem cronológica de inventariação por concelho. O símbolo #, introduzido entre a série de dígitos da

---

<sup>13</sup> É de referir que se seleccionaram em primeiro lugar a tipologia referente às Quintas de Recreio, pela existência de mais informação relativamente a este tipo específico de património.

freguesia e a do número de ordem do monumento, assinala a numeração provisória, quando o processo de classificação ainda não está concluído<sup>14</sup>.

Foram estabelecidos quatro códigos tipológicos: Jardim - DA, Cercas Conventuais - DB, Quintas de Recreio - DC, Parques - DD, Tapadas - DE, Paisagem Natural - DF e a Paisagem Cultural - DG.

Dentro da tipologia Jardim, foram definidos, os Educativos - DAA, e dentro destes, os Botânicos - DAAA, os Zoológicos - DAAB e os que detêm elementos notáveis - DAAC; os Produtivos - DAB, e dentro destes, as Hortas - DABA, os Hortos - DABB, os Pomares - DABC, e os que detêm elementos notáveis - DABD; os Religiosos - DACA, e dentro destes, os Claustros - DACA e os elementos notáveis - DACB.

Na tipologia Cercas Conventuais - DB, são distinguidas as que contêm Elementos Notáveis - DBA.

Relativamente às Quintas de Recreio - DC, são também distinguidas as que contêm elementos notáveis - DCA.

No que diz respeito aos Parques - DD, são distinguidos os que estão sob protecção - DDA, e dentro destes, os Naturais - DDAA, os Nacionais - DDAB, os Botânicos - DDAC, os Zoológicos - DDAD, os Ecológicos - DDAE e ainda os que contêm elementos notáveis - DDEF; e os considerados lúdicos, dentro destes encontram-se os Botânicos - DDBA, os Zoológicos - DDBB, os Ecológicos - DDBC e, mais uma vez, os que contêm elementos notáveis - DDBD.

---

<sup>14</sup> Vidé ficha em anexo.

Na tipologia de Tapadas - DE, são apenas incluídas as que contêm elementos notáveis - DEA.

Na tipologia de Paisagem Natural - DE, são incluídas as Reservas Parciais - DFA, as Reservas Integrais - DFB, as Reservas Naturais - DFC, outras que constituindo um todo homogéneo não se encontrem nas situações acima referidas - DFD e as que incluem elementos notáveis - DFE.

Finalmente na tipologia de Paisagem Cultural - DG, são incluídas as Paisagens Protegidas - DGA, as Paisagens Agrícolas - DGB, as Paisagens Fluviais - DGC, as Paisagens Marítimas - DGD, as Paisagens Serranas - DGE, as Paisagens Simbólicas - DGF, as Paisagens que constituem um todo homogéneo e não se encontrem nas situações acima referidas - DGG e as que contêm elementos notáveis - DGH.

Cada uma destas fichas contém a seguinte informação:

- A referência à designação legal, caso exista, seguida de outras designações correntes, caso existam também.
- A localização, relativamente ao distrito, concelho e a freguesia onde o objecto a inventariar se situa.
- Os acessos; caso se situe num centro urbano, vem referido o nome da povoação, da rua, praça, largo... e número de polícia; caso se situe no meio

rural, vem referido o nome do lugar, o número da estrada e o quilómetro. Caso não sejam possíveis estas indicações, vem referida o número da folha da carta militar e as coordenadas geográficas.

- Os elementos com protecção legal e a sua categoria.
  
- O grau de valoração atribuído ao elemento a inventariar, que corresponde a indicadores de tipo e a prioridades de salvaguarda. São estabelecidos cinco tipos de grau:
  - .Grau 0, correspondente a realizações paisagísticas com valor de património mundial.
  - . Grau 1, correspondente a realizações paisagísticas com valor de protecção integral, a aplicar a bens excepcionais que deverão preservar-se com todas as suas características.
  - . Grau 2, correspondente a realizações paisagísticas com valor tipológico, estilístico ou histórico ou que se singularizem na sua envolvimento e no contexto geográfico, em que deverão ser preservados os elementos estruturais, bem como as características de qualidade (arquitectónica, paisagística, ou histórica).
  - . Grau 3, correspondente a realizações paisagísticas que sem terem características especiais de qualidade ou significado, colaboram na qualidade do espaço envolvente, na ligação do tempo com o lugar

e/ou apresentam elementos notáveis (do sistema hídrico e hidráulico, do sistema vegetal, tecnológicos e outros)

. Grau 4, correspondente a realizações paisagísticas desaparecidas.

- Uma descrição sucinta do seu enquadramento, nomeadamente do espaço envolvente (urbano, rural, peri-urbano), da integração no meio físico (orla marítima ou ribeirinha, planície, encosta, vale, terço inferior, terço médio, terço superior, festo), do aglomerado (isolado, adossado), dos elementos discordantes, de outros imóveis de interesse na proximidade.

- Uma descrição sumária das características do objecto inventariado, relativamente aos elementos actualmente existentes. Uma descrição da macro-estrutura (tipo de planta), dos sistemas estruturantes (topografia, água, vegetação e percursos), da relação entre as partes, dos elementos de composição tanto naturais como artificiais, da relação do espaço construído com o espaço edificado e com a envolvente e dos elementos decorativos.

- Uma descrição complementar que complete ou desenvolva os dados que excedam a descrição sucinta.

- A função inicial do elemento inventariado, a preencher segundo a lista do código tipológico. As utilizações posteriores são separadas por vírgulas e ordenadas cronologicamente.
  
- A utilização actual do elemento inventariado com os vocábulos da lista do código tipológico ou com a palavra abandonado.
  
- A utilização possível a atribuir ao elemento inventariado, de acordo com os vocábulos do código tipológico; o preenchimento deste *item* só fará sentido se a utilização actual for imprópria ou se estiver abandonado.
  
- A definição do estatuto de propriedade actual. Se é pública (estatal, regional, municipal, fundo e serviço autónomo, associação; ou se é privada (pessoa singular, igreja católica ou outra, fundação).
  
- A indicação do nome do proprietário ou entidade, morada e telefone.
  
- A sua afectação, considerando-se, afectação, a cedência mediante diploma legal. Nos casos de não existir, considera-se mera utilização,
  
- A indicação do nome ou entidade que constitui o utente.

- A indicação da época de construção, relativamente aos séculos de construção ou de remodelação significativa. Quando a datação for conjectural, é feita esta referência. Na impossibilidade de datação é indicada a época em que pode ser balizada a construção.
  
- A indicação dos nomes dos projectistas, construtores e decoradores. Se a atribuição for conjectural é feita essa referência.
  
- A descrição sintética dos acontecimentos significativos para a história e evolução do elemento inventariado, ao longo do tempo, indicando a datação mais aproximada (ano completo ou século e fracção) seguida do respectivo acontecimento. As eventuais referências bibliográficas são indicadas entre parêntesis.
  
- A tipologia funcional da construção, estrutura ou estilo do elemento inventariado. Caracterização estilística: Romana, Hispano-Muçulmana, Manuelina, Mudéjar, Renascentista, Maneirista, Barroco, Neo-Clássico, Romântico, Eclético, Revivalista, Modernista.
  
- As características que determinam a inclusão do elemento inventariado no grupo. O interesse sociocultural do jardim inventariado (histórico, estético, botânico).

- As características particulares, enumerando os elementos estruturais e decorativos do elemento inventariado e os aspectos particulares que o singularizam na sua tipologia, como as ambiências (luz, cor, aroma, temperatura, brisas), ou o levam a atribuir a determinado autor, ou lhe conferem especial valor patrimonial.
  
- As informações relativas a dados técnicos, nomeadamente materiais que são enumerados de acordo com a expressão *materiais dominantes*, seguida da enumeração dos principais materiais de construção.
  
- O estado de conservação do jardim, definido pela qualidade da conservação, do seu carácter e da sua integridade histórica - técnicas de manutenção, perfeição ou grau de alteração de partes importantes. A conservação da cobertura exterior, a conservação da estrutura (bom, razoável, mau), a conservação dos elementos secundários, a conservação da cobertura interna, a conservação dos pavimentos, a conservação da decoração, a conservação da vegetação (de acordo com o extracto arbóreo, arbustivo, e herbáceo, e com os critérios de bom, razoável, medíocre e mau).
  
- A indicação das descaracterizações realizadas no elemento inventariado.

- A indicação de perigos potenciais, mencionando ameaças previsíveis devido a factores arquitectónicos, urbanísticos, ambientais ou de manutenção: descaracterização, ocupação imprópria, ruína ou perda de função e alteração da envolvente.
  
- Referência às obras principais no estudo do elemento inventariado, por ordenação cronológica, de acordo com critérios estabelecidos.
  
- Referência às siglas dos arquivos e dos núcleos documentais onde existem referências ao elemento inventariado. Quando inexistente nos arquivos da DGEMN, junta-se à ficha uma cópia da carta militar à esc. 1:2000, ou, caso não exista, à esc. 1:25000, com a localização do imóvel devidamente assinalada, e uma planta esquemática do elemento inventariado, em papel vegetal, com escala, e orientação geográfica.
  
- Referência às siglas dos arquivos onde existem fotografias sobre o imóvel. O levantamento fotográfico do imóvel compreende obrigatoriamente uma fotografia do elemento inventariado.
  
- Referência às siglas dos arquivos ou núcleos documentais onde existe documentação sobre o elemento inventariado.

- Referência à área bruta (área total), área útil (área de cada um dos sub-espacos que constituem o todo, caso existam), e à área envolvente.
  
- Referência à sigla da instituição responsável pelas intervenções realizadas e ao tipo de obra.
  
- Referência às intervenções necessárias, indicando medidas de salvaguarda e as obras de recuperação que o imóvel carece.
  
- Indicação de outros dados importantes para o elemento inventariado, que não tenham tido cabimento antes.
  
- Indicação do revisor da ficha e respectiva datação e actualização do nome do técnico responsável pela actualização dos dados da ficha e o ano.

Este inventário reúne a informação resultante dos trabalhos de campo e da análise histórica.

Podemos pensar na possibilidade da utilização destes inventários, como modelo para trabalhos idênticos. Deve, no entanto, recordar-se que não existem regras rígidas para estruturar estas fichas. A sua estrutura estará sempre dependente das realidades de estudo e, por isso, outros modelos podem ser utilizados.

Como podemos verificar, à excepção de Espanha, cujo trabalho de inventário de Jardins Históricos é também bastante recente, Portugal está com quase 30 anos de atraso relativamente ao trabalho em Itália e quase com 20 anos de atraso relativamente aos trabalhos levados a cabo em Inglaterra e em França, o que implica necessariamente um maior descuido e uma maior falta de experiência relativamente a este património, que se traduz, conseqüentemente, no estado de incipiência do desenvolvimento de uma metodologia de recuperação de Jardins Históricos e na sua conseqüente degradação. Pensamos que com este trabalho está a ser dado o primeiro passo, no que se refere à divulgação deste património valiosíssimo e inevitavelmente à sua protecção, pelo que consideramos necessária a sua publicitação, é de referir desde já o seu acesso via Internet, com um carácter informativo, nomeadamente aos proprietários, utilizadores, entidades e poder local.

### **1.2.2. Formação e Divulgação**

#### **Inglaterra**

A tradição anglosaxónica de conservação do património tem as suas raízes no passado, particularmente a partir dos finais do oitocento. Neste período de história, densíssima, de arte de jardins encontram-se algumas das razões que levaram à formação da grande cultura da jardinagem e da botânica contemporânea, que fazem de Inglaterra uma referência fundamental no panorama europeu.

O *background* inglês na cultura do jardim e da paisagem, pode ser a razão motora da conservação dos jardins históricos que caracteriza a política cultural de Inglaterra, actualmente, o que determina neste campo uma antecipação notável sobre o resto da Europa.

O *National Trust* é a entidade à qual se deve uma parte das iniciativas neste sector do património. É uma instituição de carácter privado fundado em 1895 para conservar lugares de interesse histórico e natural, de onde lhe vem o nome de *National Trust for Places of Historic Interest and Natural Beauty*. O objectivo inicial desta entidade foi a protecção da paisagem de zonas costeiras e áreas de risco, sujeitas à pressão da crescente industrialização e da especulação urbanística. Mas só em 1948, em consequência dos danos causados nos jardins pela 2ª Guerra Mundial, o *Trust* decidiu com o acordo da *Royal Horticultural Society* intervir na conservação dos jardins históricos, tendo, em 1968, sido constituída uma comissão - *Gardens Committee*.

Uma outra particularidade na estrutura operativa do *National Trust* é a função de *Gardens Advisers* - conselheiros no âmbito da recuperação de jardins históricos, que não dão instruções taxativas, mas sim conselhos e orientações, às quais os técnicos responsáveis pelos jardins poderão atender.

O *National Trust* é célebre em todo o mundo, pelos seus jardins, pela sua recuperação e pela gestão que resulta de um modo brilhante. O sistema articulado de visitas, orientações, responde a um modelo de organização tipicamente inglês que garante o grande nível de manutenção dos seus jardins.

As intervenções de recuperação que foram inicialmente conduzidas corajosamente e com um espírito pioneiro, têm vindo a ser progressivamente especializadas na última década. São hoje mundialmente famosas algumas grandes intervenções de recuperação, tais como o anfiteatro dos jardins de Claremont, objecto de recuperação, os jardins de Hamhouse, reconstruído a partir do plano original e dos jardins de Erddig e Little Moreton Hall.

A atitude pragmática da solução encontrada em Inglaterra para a salvaguarda de jardins históricos, é evidente, inclusivamente no trabalho de outras instituições empenhadas neste sector, como o *Garden History Society* e o *English Heritage* (Comissão para os Edifícios e Monumentos Históricos em Inglaterra), uma entidade estatal que se ocupa dos jardins e parques públicos e privados. Esta comissão publicou o catálogo oficial dos parques e jardins de interesse histórico em Inglaterra (a primeira edição é publicada entre 1984 e 1988 e contém descrições de cerca de 1100 sítios). Actualmente a política do *English Heritage* é de encorajar os proprietários e responsáveis pela tutela, para a conservação de jardins catalogados, através da concessão de financiamento de sítios danificados, oferecendo apoio e orientações no caso da existência de projecto de intervenção de recuperação.

Recentemente um documento interno do *English Heritage* revelou a importância de reconhecer o valor histórico de um sítio e sublinhou o interesse do jardim enquanto documento, não só artístico, mas sob múltiplos aspectos, nomeadamente cultural, científico e estético.

Em 1990 é constituída, no *English Heritage*, uma comissão para a paisagem histórica, com funções consultivas, para alargar o âmbito a outros jardins e parques históricos e até a paisagens. Aliás, esta atitude encontra lugar ao nível universitário, sendo de referir a actividade do *Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens*, na Universidade de York, que tem vindo a desenvolver um excelente trabalho, direccionado especialmente, para o conhecimento e estudo de jardins históricos.

Muitas outras escolas, universidades e associações profissionais, entre outros organismos e instituições, promovem cursos que incidem sobre a temática da conservação. Isto confirma o interesse crescente que esta matéria tem vindo atingir e evidencia a particularidade da imposição anglo-saxónica no tratamento desta problemática da manutenção e da gestão muito concretamente e com um notável aprofundamento científico.

### **França**

O interesse de França pelos jardins históricos é mais recente, apesar de nos últimos anos se verificarem resultados notáveis, em particular, na realização do inventário de jardins levado a cabo em algumas regiões, e também em algumas intervenções de recuperação, das quais a mais significativa é a do parque de *Versailles*.

O Ministério da Cultura organiza todos os anos um mês de abertura de jardins privados, a manifestação denomina-se *Visitem um jardim em França*. Prova do grande sucesso desta iniciativa é o resultado obtido numa sondagem,

onde se pode ler que o público francês considera os jardins históricos a obra de arte mais interessante para visitar e conhecer.

Desde 1990 é organizado um curso sobre jardins históricos *Jardins et Paysages Historiques*, na *École Nationale Supérieure du Paysage*. É oportuno assinalar uma tendência actual em França, que confere cada vez maior importância a esta temática, que se traduz em alguns trabalhos financiados pelo Estado que são conduzidos segundo uma lógica de reconstrução, verdadeiramente cuidada. Exemplo disto é o Castelo de *Joinville*, na região de *Champagne*; outro exemplo é a intervenção em *Chamerolles*, vizinha de *Orleans*. Estas intervenções têm como base os princípios da arte dos jardins renascentistas, que vão sobrepor-se à forma dos jardins originais, ambos de traça renascentista, uma vez que destes não restava traço. Em volta destas acções esteve aberto um debate por parte de numerosos estudiosos franceses que trabalham para a constituição de uma metodologia de recuperação baseada num conhecimento histórico e material do jardim histórico.

A função de valorização do património consiste em colocá-lo à disposição do público, isto é, na sua exploração. Consiste, portanto, numa boa gestão que o valorize e que seja orientada para o exterior.

## **Espanha**

Em Espanha é importante referir a recuperação do jardim da alameda de Ossuna, em Madrid.

Nesta intervenção um dos aspectos mais inovadores é a organização de uma escola laboratório para a manutenção e recuperação criada em 1986; segundo Añon Feliu *a recuperação afigura-se deste modo como um processo educativo sobre dois aspectos: por um lado a formação dos jovens que trabalham na escola e que acabam por ser os melhores defensores do jardim, orgulhosos de contribuir para a sua recuperação... por outro lado uma imagem permanente no confronto com o público que faz com que este processo constitua o caminho melhor para preparar uma abertura e um uso adequado*<sup>15</sup>.

Relativamente a outras intervenções de recuperação, são escassas, inclusivamente nos jardins reconhecidos internacionalmente como é o caso dos jardins de Alhambra e de Alcazar, em Sevilha, que se encontram num estado deplorável de degradação. Uma das razões desta situação é a falta de profissionais competentes, nomeadamente a formação de paisagistas. Espanha não tem uma escola oficial com este tipo de formação. Existe apenas uma particular *Castillo de Batres*, de prestígio reconhecido e dois cursos de mestrado, um na Faculdade de Arquitectura em Barcelona e o outro na Universidade Politécnica de Madrid.

### **Itália**

Nos últimos anos a situação italiana caracteriza-se por um crescimento rapidíssimo de publicações, conferências, convénios, encontros de estudiosos sobre a temática do Jardim Histórico, o que revela o alargamento desta problemática e do seu reconhecimento por parte de numerosos interessados. Na

---

<sup>15</sup> *Jardins et Sites Historiques*, Journal Scientific, ICOMOS, 1993, pag. 314.

última década assinala-se o 1º Convénio *O Jardim como Labirinto da História*, em 1984, 1986 e 1988, organizado por Giovanni Pirrone, na escola de Paiermo.

Os sucessivos convénios do Centro de Estudo de Jardins Históricos e Contemporâneos de Pietrasanta, cuja abordagem foi a partir de um olhar temático e cronológico.

Em Roma são de referir algumas iniciativas recentes como o Convénio de 1990, *Giardini Storici nel Lazio* e o concurso para a recuperação da *Villa Grazioli em Frascati*, organizado com a ADSI (Associazione Dimore Storiche Italiana).

O *Ministero per Beni Culturali* nomeou uma comissão de especialistas, que tem uma função consultiva, a qual organizou entre o período de 1991 a 1994 quatro convénios, de 1991 a 1994, sobre o tema *Giardini Storici - Parchi Letterari*.

Na região de Veneto destaca-se a fundação Benetton que promove desde há alguns anos jornadas que abordam também a temática dos jardins históricos e do paisagismo<sup>16</sup>.

É impossível falar de todas as pequenas iniciativas sobre o conhecimento dos jardins históricos de interesse local, organizados nos últimos anos, assim como é difícil sintetizar a riquíssima bibliografia surgida neste período. São muitos os textos sobre a arquitectura do jardim do Ocidente publicados em Itália e em obras de carácter internacional.

A tão forte interesse não corresponde uma abertura, no ponto de vista didáctico institucional. O Politécnico de Milão organiza desde 1990, um

---

<sup>16</sup> Ainda em Veneto, já em 1986 se faziam convénios abordando a problemática específica dos jardins históricos como entidade pública e a dificuldade da sua gestão quando abertos ao público.

convénio internacional com o objectivo de dar a conhecer, em Itália a situação europeia, com especial atenção para os problemas teóricos e metodológicos, não sendo muitas mais as iniciativas de carácter didáctico.

Cursos de recuperação de jardins históricos não existem, ainda, de âmbito universitário, à excepção da escola de especialização de Génova, que abarca a cátedra *Recuperação de Jardins*.

De constituição recente é o Centro para a Conservação de Jardins Históricos, na Universidade Internacional de Arte de Florença, com o objectivo de promover cursos e seminários para o conhecimento deste património particular.

É também de evidenciar o progressivo, ainda que lento, crescimento generalizado de intervenções de recuperação em jardins históricos.

### **Alemanha**

Na Alemanha a situação é diferente, uma vez que estamos perante várias regiões, em torno das quais esta problemática tem soluções distintas, sobretudo de carácter administrativo. Convém sublinhar que o problema da conservação é tratado actualmente com grande cuidado e com a utilização de medidas de grande rigor científico, graças sobretudo ao *back-ground* cultural, onde também se encontram as raízes da grande escola de paisagismo (1700/1800), na estrutura base da teoria de Hirschfeld<sup>17</sup> e de um modo mais geral, na filosofia encontrada no paisagismo alemão.

---

<sup>17</sup> Professor em Estética, na Universidade de Kiel, mais conhecido pela sua obra intitulada *Theorie der Gartenkunst* (Teoria da Arte dos Jardins – Leipzig 1779-85).

Em 1963, por iniciativa de Gerda Gollwitzer e Christian Bauer, foi fundado no Múnaco, o grupo de trabalho para Jardins Históricos, *Deutsche Gesellschaft für Gartenkunst und Landschaftspflege* (DGGL - Sociedade Germânica para a Arte dos Jardins e para a Tutela da Paisagem).

Nos anos 70, deve-se a Dieter Hennebo e ao seu grupo da Universidade de Hannover a promoção da pesquisa sobre o tema conservação - *Gartendenkmalpflege*. Na base deste estudo foram já iniciados e levados a cabo com grande sucesso na Comuna de Berlim, trabalhos de recuperação em grandes parques de Berlim, como *Glienicke* e *Pfaueninsel*, inaugurados em 1989, por ocasião do bicentenário do nascimento de Peter Joseph Lenné<sup>18</sup>, o mestre do paisagismo germânico.

Em 1987 o governo bávaro instituiu uma cátedra universitária específica para a tutela dos jardins históricos, orientada por Michael Goecke.

Um dos aspectos mais característicos da situação alemã diz respeito à conservação do jardim monumento e à salvaguarda da Natureza, onde salta à vista o contraste entre a conservação e a evolução ecológica. Outros países de língua germânica seguem substancialmente a escola de Hannover, principalmente os princípios teóricos, uma vez que se verificam poucas referências a este assunto na legislação, como por exemplo na Áustria.

---

<sup>18</sup> Arquitecto Paisagista Alemão (1789-1866), de grande influência até ao século XX.

## **Holanda**

Na Holanda foi inaugurada, em 1984, a reconstrução total e por isso também discutível, do jardim barroco de Het Loo. É bastante válido o sistema administrativo e de gestão do património privado holandês, com uma solução única na Europa. Desde 1983 o Estado contribui economicamente para a manutenção dos jardins e parques privados. Uma lei recente estendeu este contributo às paisagens históricas.

*A Fundação para a Conservação dos Sítios Privados de Interesse Histórico e Paisagístico*, tem à sua disposição, desde 1984, o serviço de uma organização nacional de jardineiros que asseguram a preços acessíveis, uma manutenção regular dos jardins e parques históricos privados, desde que os proprietários sejam membros da fundação.

## **Portugal**

Segundo Aurora Carapinha<sup>19</sup>, ainda que seja na década de 90 que se assiste a um crescente interesse sobre a temática e recuperação de jardins históricos, uma incursão à história da recuperação do património paisagístico no contexto nacional possibilita-nos a compreensão da situação actual assim como nos pode abrir novos caminhos para a definição de uma política coerente de recuperação global.

Esse olhar retrospectivo informa-nos da existência de uma data charneira: os anos sessenta.

---

<sup>19</sup> CARAPINHA, Aurora, texto proferido no âmbito do 1º Congresso Nacional de Arquitectura Paisagista, Lisboa, 1998.

As intervenções levadas a cabo, e referimo-nos em especial aos jardins históricos, pautaram-se pelo não reconhecimento do valor patrimonial, cultural e estético inerentes ao próprio espaço de enquadramento do edifício e subjugando toda a intervenção à estética do imóvel.

Estes *princípios* de carácter amadorístico determinaram que as intervenções realizadas reflectissem, não os atributos inerentes ao jardim e ao seu carácter patrimonial e estético, mas sim modas e gostos pessoais.

Reflexo deste modo de pensar e de agir são, entre muitas outras, a intervenção realizada, entre as décadas de 30 e 40, pelos arquitectos Raul Lino e Jorge Reis na Quinta da Amoreira da Torre, Concelho de Montemor-o-Novo. Onde se propõe a introdução de um conjunto de elementos – pérgolas de glicínia, treliças, cortinas de ciprestes, e um jardim de buxo -, organizados a partir de uma composição muito ao gosto da época, que se oferecia como um cenário para ser desfrutado da torre solarenga que domina o espaço, mas completamente desajustada dos princípios compositivos e estéticos presentes nos espaços de recreio do séc.XV.

Estes mesmos princípios reflectem-se nas intervenções levadas a cabo nos Hortos de Recreio do Paço Ducal de Vila-Viçosa a partir de 1947 onde se demoliram os muros que definiam e interiorizavam respectivamente os Jardins das Damas e do Picadeiro – comprometendo desde então uma das características mais significativas do jardim português: a individualização dos diferentes espaços -, culminando em 1959 com a introdução de um roseiral, de um Jardim com a flora lírica de Camões e um Jardim das Plantas Medicinais. Todas estas propostas são

válidas, contudo não se encontra uma justificação histórica para a sua presença nos hortos brigantinos a não ser o gosto pessoal de quem administrava então a propriedade e a conjuntura cultural vigente à época.

Enquadram-se ainda neste contexto algumas reconstituições de hortos de recreio de quintas de vilegiatura, que haviam sido devastados pelo ciclone de 41.

Refira-se a título de exemplo:

- o Jardim de Neptuno da Quinta Real de Queluz que surge nessa altura com um desenho de recorte mais elaborado, adquirindo uma expressão completamente distinta daquele que hoje é possível ler numa planta, de toda a Quinta, datada do séc.XVIII,
- o desaparecimento do Jardim do Labirinto, na mesma Quinta Real, que foi substituído por um jardim de linguagem formalista italianizante onde se pode sentir a influência dos jardins projectados por Forestier (1986-1930), o Jardim de Buxo da Quinta do Paço de Valverde, em Évora. Contudo estas intervenções, porque mais limitadas no espaço, não desvirtuaram tão fortemente o jardim onde ocorreram, como aquelas anteriormente referidas. É paradigmático, deste facto, a qualidade ambiental do Jardim de Buxo da Quinta do Paço de Valverde e a que se frui por toda a Quinta.

A partir dos anos sessenta assiste-se a uma inflexão deste percurso; o jardim começa a ser entendido como um objecto de valoração estética e patrimonial próprias, o que determinou uma abordagem ao jardim histórico mais

rigorosa que até então. Para isso contribuíram, certamente, o texto de Caldeira Cabral intitulado *O Jardim Português*, a obra referencial de Ilídio Araújo *A Arte Paisagista e dos Jardins em Portugal* e um pré-inventário, elaborado na D.G.P.U e coordenado por António Viana Barreto. Coetâneos com estes estudos são as intervenções levadas a cabo por Ribeiro Telles, na Quinta do Marquês de Pombal, em Oeiras, e por Caldeira Cabral na Quinta das Vidigueiras, em Reguengos de Monsaraz.

Este cenário dinâmico, mas pontual, só encontra continuação nos meados da década de oitenta, quando todos estes trabalhos se constituíram como fontes para a elaboração de um Pré-Inventário da Arte Paisagista, desenvolvido por Aurora Carapinha, na Universidade de Évora, que se propunha sistematizar o conhecimento e divulgar o património paisagístico.

De facto, não pode ser negado, o papel que, desde a década de oitenta, a Universidade de Évora, através do Departamento de Planeamento Biofísico e Paisagístico, tem vindo a desempenhar sobre a temática do Jardim Histórico quer ao nível da formação de futuros arquitectos paisagistas, estimulando-os nesta temática, e na aferição de conceitos e metodologias de recuperação, quer ao nível da produção de estudos monográficos e no campo da definição da especificidade do jardim na cultura portuguesa<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> Na década de oitenta são de destacar os seguintes trabalhos: *Análise e Caracterização do Convento da Nossa Senhora da Consolação do Bosque*, (1983 – 1988), *da Quinta Real de Queluz*, (1985 – 1986), *da Quinta dos Olhos Bolidos*, (1986 – 1987), *da Quinta de Sancha a Cabeça* (1987 – 1988), *da Quinta do General* (1988 – 1989), *do Horto do Pátio de S. Miguel* (1989 – 1990). *Proposta de Reabilitação dos Jardins do Palácio de Estói* (1985), *Exposição sobre Jardins Históricos, Sintra* (1988)

No final dos anos oitenta (1988) o interesse pelo jardim histórico estende-se aos órgãos de decisão através de um protocolo assinado entre a Associação dos Arquitectos Paisagistas e o IPPAR, onde os intervenientes se propunham desenvolver acções de recuperação em jardins históricos (Jardim de Serralves, Claustro do Mosteiro dos Jerónimos, Parque de Monserrate e da Pena, Jardim da Casa de Biscainhos, Quinta de Ramalde, Cerca do Convento de Tibães) e implementar escolas de jardinagem.

Os anos noventa constituem-se como o momento da consolidação do interesse pela temática do património; nas duas escolas de Arquitectura Paisagista – Lisboa e Évora – assiste-se ao desenvolvimento de trabalhos (quer ao nível da licenciatura e de mestrado, quer ao nível de doutoramento sobre o Jardim em Portugal e sobre a problemática da recuperação), e de assinaturas de protocolos que visam o desenvolvimento de planos de recuperação de jardins históricos. Esta vaga de interesse é seguida por outras instituições universitárias, como a Faculdade de Letras, no Porto, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, assim como de instituições particulares que promovem encontros sobre esta temática.

A toda esta movimentação intelectual e de interesse não corresponde contudo uma efectiva política global de recuperação do património paisagístico.

No final deste século, é necessário reflectir sobre o trabalho efectuado nos últimos trinta anos, sistematizar conhecimento, aferir conceitos e metodologias, promover culturalmente este bem patrimonial e definir uma política global de conservação.

Em Portugal o curso de Licenciatura de Arquitectura Paisagista, decorre na Universidade de Évora, no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa, tendo sido iniciados, este ano, um curso na Universidade de Trás - os - Montes e na Universidade do Algarve. Na Universidade de Évora decorre também um Curso de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico.

No âmbito da formação são ainda de referir vários cursos de jardinagem, que tiveram lugar nos últimos anos (desde 1986), um pouco pelo país fora, promovidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, apoiados por programas comunitários.

Relativamente a acções de divulgação, para além do assunto ter sido já discutido em Encontros Nacionais de Arquitectos Paisagistas, chamamos a atenção para o Encontro Internacional de Jardins Históricos, que teve lugar no Mosteiro de Tibães, em Junho de 1995, donde foi definida a participação activa de Portugal no ICOMOS-IFLA. Neste Encontro, Aida da Mata, Directora do Museu do Mosteiro de S. Martinho de Tibães, defendeu a existência de um projecto pluridisciplinar que englobasse, entre outros, um Centro para o Estudo e Recuperação de Jardins e Sítios históricos, o que, na realidade não se verificou.

Como podemos depreender, no âmbito da formação, Portugal encontra-se bem provido de instituições (Universidades), que o fazem, ainda que, num âmbito restrito a um grupo bem específico, os alunos, que não englobam a totalidade de todos os que poderiam estar interessados neste tipo de formação, à semelhança do que acontece, por exemplo, em Inglaterra.

Relativamente a preocupações no campo da recuperação de Jardins Históricos, podemos também verificar que essa preocupação é uma realidade, pelo número crescente de Jardins, Cercas, Quintas, que têm vindo a ser objecto deste tipo de estudos. Pensamos, contudo, que a passagem destas preocupações, que se traduzem em vontades e em planos essencialmente teóricos de recuperação, à prática, é um processo muito moroso, o que faz com que este património, pelo seu carácter efémero e em constante evolução, corra o risco de se perder, mais do que qualquer outro.

A lacuna maior, quanto a nós, está na divulgação deste tipo de património, que é praticamente nula, dirigida apenas a um grupo muito restrito do público, e onde alguns dos principais interessados, nomeadamente os proprietários, os órgãos de poder local e os potenciais utilizadores, o público em geral, não são considerados como parte fundamental deste processo que é o da recuperação.

Deveria, à semelhança de outros países europeus, que aqui foram referidos, ser estabelecida uma organização não governamental que orientasse os proprietários para futuros projectos de recuperação e procedesse à recolha e publicação da informação disponível, e que orientasse os esforços num sentido de:

- promover um maior conhecimento da qualidade, do valor e do significado dos Jardins Históricos;
- assegurar a continuação da identificação de todos os Jardins históricos, incluindo o seu registo;
- promover a compreensão dos componentes que constituem um Jardim Histórico;

- promover educação e formação a todos os profissionais envolvidos na gestão e manutenção do Jardim;
- assegurar o conhecimento e as orientações aos gestores deste património;
- fomentar a coordenação entre os interesses dos corpos governamentais, sociedades voluntárias e outros grupos, a criar.
- assegurar a existência de fundos públicos para projectos de recuperação;
- promoção do uso deste património na educação básica e complementar;

O leque de pessoas que deve ser alcançado, as técnicas que podem ser utilizadas e os meios que para tal podem ser utilizados, são muito vastos. A competição entre diferentes instituições, seria , em princípio, um fenómeno saudável, mas no estado incipiente de desenvolvimento de um programa nacional de recuperação de Jardins Históricos em que nos encontramos, parece ser mais razoável a coordenação e a combinação de esforços, de modo a utilizar os recursos disponíveis, no sentido de maximizar resultados na orientação, educação e divulgação e no aumento da disponibilidade de meios acessíveis para alcançar os objectivos comuns.

### 1.3. CONCEITOS E TERMINOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO EM JARDINS HISTÓRICOS

A protecção e salvaguarda do património defendida pelos organismos internacionais referidos, apoiam-se em diferentes princípios e filosofias<sup>21</sup>, para que seja possível actuar de uma forma critica e orientadora. As filosofias aqui referidas foram definidas e são utilizadas na escola de York, e enunciadas por Mariachiara Pozzana, em Itália<sup>22</sup>, e por Claudia Taborda, em Portugal<sup>23</sup>. Nos Estados Unidos estão também definidas quatro destas filosofias, nomeadamente, a preservação, a reabilitação e a reconstrução, que são aplicadas aos bens culturais, estes princípios foram revistos em 1992 e adoptados por centenas de comissões de preservação<sup>24</sup>. Aquelas orientações, que definem uma política de intervenção no âmbito deste património, têm sido, ao longo dos anos, adaptadas às circunstâncias e aos lugares, pelo menos no seu contexto. Foram clarificadas e esclarecidas na sua forma e conteúdo, tendo sido aceites universalmente. Assim torna-se possível a sua critica, rejeição ou adopção onde quer que ocorram, ou se desejem implantar. Apesar disto, é bastante frequente, esta terminologia ser utilizada com imprecisão científica, ou confundida relativamente ao seu significado técnico exacto; confundem-se *restauro* com *conservação*, *reconstrução* com *renovação*,

---

<sup>21</sup>Reabilitação, preservação, restauro, reconstrução, recriação, conservação, manutenção e gestão.

<sup>22</sup>POZZANA, Mariachiara, *Giardini Storici, Principi e Tecniche della Conservazione*, Alinea Editrice, Firenze, 1996.

<sup>23</sup>TABORDA, Claudia, *Jardins, da História e Recuperação*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1993, policopiado, pag.101 e segs.

<sup>24</sup>BIRNBAUM, Charles A., *Resumo da Comunicação do Encontro Internacional de Braga*, 1995

e, assim sucessivamente, conferindo-lhes os mesmos objectivos e significado na salvaguarda do património, quando não é isso que se verifica, tornando-se, por isso, necessário defini-las e relacioná-las.

A *reabilitação* é uma das filosofias adoptadas na recuperação de jardins históricos e consiste na adaptação de áreas ou de elementos no jardim, como resposta às circunstâncias, de modo a satisfazer as necessidades o melhor possível<sup>25</sup>. Com esta filosofia torna-se possível recuperar partes de um jardim histórico que se encontrem sem uso, adaptando-as de modo a serem reutilizadas.

A sua implementação exige por vezes simplificações ou transformações do espaço sendo aconselhável, por isso, reter registos da estrutura do jardim, de um inventário da vegetação e dos seus meios de propagação. Devem ainda ser elaborados estudos de avaliação ou ponderação relativos às áreas a simplificar, para que os danos causados pela alteração sejam mínimos.

A reabilitação de um jardim, ou de parte dele, deve ser concretizada sem que se perca a história, a estética e a poética do ambiente original.

A *preservação*, enquanto filosofia, defende o princípio de manter o jardim no seu estado existente e salvaguardar, tanto quanto possível, a ocorrência de degradações e/ou transformações.

---

<sup>25</sup> TABORDA, Claudia, ob. cit. pag. 101.

É uma das filosofias de mais difícil opção na recuperação se utilizada exclusivamente uma vez que este conceito está, implicitamente, associado à ideia de inalterabilidade.

A preservação implica a permanência dos componentes do jardim no seu estado existente, impedindo-o de futuras alterações/deteriorações. Dada a dinâmica especial referente aos jardins, estas alterações irão sempre e inevitavelmente ocorrer, no tempo e no espaço, a diferentes níveis.

A aplicação exclusiva desta filosofia, só poderá ser justificável e aceite como necessária se aplicada unicamente aos elementos inertes que fazem parte do espaço do jardim. Poderá ser aplicada aos elementos vivos, desde que se considere a sua dinâmica.

A filosofia de *restauro*, implica a reposição de parte, ou da totalidade do jardim, que existiu em tempos e que actualmente está significativamente ou totalmente desaparecido. Devolve-se ao jardim um estado por acréscimo, por remoção ou por associação dos seus componentes, sem a adição de novos materiais. Este mesmo sentido está presente na definição de restauro para os imóveis edificados, estabelecido por Virgolino Ferreira Jorge<sup>26</sup>, se bem que, na

---

<sup>26</sup> Restaurar significa restabelecer, regressar à situação primitiva ideal. O vocábulo não deve ser utilizado para grandes intervenções de protecção monumental; trata-se de uma medida de terapêutica específica... o restauro preocupa-se com a integridade técnica da configuração geral de um monumento, como produto de significado histórico e de valor artístico (materiais, formas, figuras, cores, texturas, etc.). O restauro admite, assim o acrescento indispensável e harmonioso de partes novas que facilitem a leitura interpretativa do objecto original ideal (reconstituição da substância original), após a conservação e a consolidação da estrutura antiga, sem preocupação de o caracterizar no tempo histórico com o carimbo da época...Um restauro também pode pretender anular as deformações ocasionadas por acometimentos prévios, ocorridos no decurso do tempo...Por outro lado, um restauro pode tornar visível um templo antigo, completamente oculto por ampliações tardias, ou um fresco medieval, sob estratos de uma outra composição

segunda parte desta definição de restauro, esteja implícito o termo *novas adições*, sobre o qual nos debruçaremos mais adiante.

Fala-se correctamente de restauro de monumentos, edifícios, obras de arte, realizações nas quais o denominador comum é a matéria inerte, onde esta filosofia tem uma maior aplicação directa. No entanto, suscita algumas questões no que se refere ao património paisagístico. Poder-se-á falar do restauro de uma obra de matéria viva? Será possível o restauro de uma sociedade com hábitos, usos e comportamentos de dois ou três séculos?

Esta filosofia é virtualmente impossível e com uma aplicação limitada no património paisagístico uma vez que o componente primordial de um jardim é a vegetação, exigir-se-ia do seu restauro replantações feitas a partir das espécies coetâneas da construção do jardim, o que é na maioria dos casos impossível, pois muitas das variedades utilizadas já não existem.

A utilizar esta filosofia dever-se-á pensar que os jardins não são a expressão estética de um tempo ou memória, são sim um objecto permanente de inconstância.

Quando se adopta o restauro, pode-se correr o risco de contribuir para a desvalorização do espaço por remoção de alguns dos componentes que representam evidências físicas da sua história, de um tempo, ou de destruir o *encanto* da mesma, pelas alterações por acréscimo.

---

decorativa...O objectivo de um restauro não deve orientar-se para uma situação original (restauro histórico) se, com isso, se aniquilam outros estados originais (destruição histórica). Cf. Virgolino Ferreira JORGE, *Princípios de salvaguarda do Património Monumental*, *Correio da Natureza* n.º 17, Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, Lisboa, 1992, pag. 57.

A *reconstrução* é a redução, tanto quanto possível, do jardim à situação desejada sem a exclusão da utilização de novos materiais.

A *reconstrução conjectural* <sup>27</sup> remete a reconstrução do jardim para um estado que se pense já ter existido, quando este já não apresenta quaisquer componentes ou características correspondentes a esse espaço, ou quando as fontes são insuficientes para certificar a sua existência no tempo ou no espaço.

A sua utilização, mesmo quando apoiada por estudos desenvolvidos, pressupõe um adivinhar erudito da forma que se desejaria conhecer e restituir ao jardim, o que obriga a um conhecimento das qualidades específicas dos componentes.

Esta filosofia deveria ser aplicada, apenas, quando os estudos sobre a história do jardim não tivessem sucesso, uma vez que um jardim reconstruído será sempre o resultado de uma revisitação conjectural de uma imagem histórica que é uma interpretação de um objecto real.

Através da *recriação* surge um novo desenho, baseado em dados históricos, podendo, no entanto, ser utilizados novos elementos que possibilitem a recriação, o mais possível, da espiritualidade e das formas do jardim.

É uma adição, apoiada em conhecimentos históricos do jardim e do seu estado actual, cuja ideia provem de aspectos históricos gerais e de aspectos relevantes do jardim. Esta filosofia deve ser aplicada quando as formas originais estão perdidas, mas existem ainda vestígios das suas características originais.

---

<sup>27</sup> TABORDA, Claudia, ob. cit. pag. 104.

*Conservação* é o processo que possibilita a permanência e o uso de um jardim histórico. Pretende-se com a sua aplicação, a protecção e a manutenção da integridade histórica e da sensibilidade do local.

A sua utilização implica diferentes políticas e filosofias, não sendo por isso estética. O produto final pode englobar-se em diferentes conceitos, desde a preservação ao restauro, consoante o grau de degradação do local, a disponibilidade de registos da forma original do jardim e da existência de apoios financeiros. Virgolino Ferreira Jorge confere-lhe o mesmo sentido, na sua definição de conservação<sup>28</sup>.

A conservação pode integrar simultaneamente uma filosofia de actuação e o grau da sua intervenção, que só pode ser definida no contexto de cada jardim.

Por ser sustentada por valores estéticos, a conservação torna possível manter o equilíbrio entre um recurso de lazer - o jardim - e o interesse que este contém, resistindo a uma normalização e conseqüente perda de identidade, criando uma imagem inspiradora de um desenho moderno de melhor qualidade.

A *manutenção* consiste na aplicação diária de programas necessários à permanência dos atributos e integridade do jardim. A manutenção e a evolução de um jardim estão intrinsecamente aliadas.

---

<sup>28</sup> Conservar significa manter no mesmo estado, defender cuidadosamente. A conservação exprime a atitude fundamental da salvaguarda do património histórico; por isso deve ter primazia sobre todas as outras medidas de protecção...No âmbito da conservação monumental, incluem-se todas as acções preventivas que visem, prioritariamente, acautelar a sua genuinidade material (preservação da autenticidade), evitando qualquer intervenção e retardando a ruína... Na conservação devem aplicar-se materiais inócuos e técnicas tradicionais de salvaguarda, se possível a par das tecnologias modernas disponíveis. Cf. Virgolino Ferreira JORGE, ob. cit. pag.56.

Na ausência da manutenção corre-se o risco de se perder a poética e a estética conceptual.

A implementação de um plano de recuperação só é possível se existir conjuntamente uma manutenção que explicita a conciliação de interesses.

A gestão é o processo a partir do qual se torna possível o planeamento e a implementação das políticas de conservação e manutenção de um jardim, a longo prazo, de modo a assegurar os objectivos no plano de recuperação.

Num plano de gestão deve-se investigar e ponderar os interesses envolvidos, antes do estabelecimento da viabilidade e da política de manutenção. A gestão deverá ser antecipativa. Deve-se também definir os interesses prioritários e imediatos, e conseqüentemente os objectivos primários e secundários da manutenção. Deve-se ainda definir como e quando serão alcançados esses objectivos.

Deste conjunto de acções e da disponibilidade financeira, resultará um programa de trabalho, de onde se obterá a imagem futura do jardim.

Num plano de gestão há que ter em conta a utilização de novas técnicas sem que isso implique a destruição da integridade do jardim. Há que ter em conta também a anotação dos custos das horas de trabalho, pois dar-nos-á uma indicação dos excessos e das carências de pessoal, assim como o reconhecimento dos níveis de manutenção mais elevados, fazendo um levantamento dos trabalhos efectuados, o modo como são conduzidos no tempo assim como os instrumentos

utilizados. Há ainda a ter em conta a avaliação dos factores económicos que influenciam a manutenção do jardim.

É, também, fundamental, um levantamento dos objectivos a atingir, o seu prazo, a sua frequência e o período de tempo necessário, uma vez que possibilitam a identificação de prioridades, se é necessária a simplificação ou a modificação dos meios utilizados (técnicas, instrumentos...), e onde se adequam, e se estas modificações poderão implicar uma redução de tempo e dinheiro.

Uma política de gestão deve assegurar a continuidade dos jardins e não a exploração de um recurso, sem nunca esquecer, no entanto, os factores económicos.

Segundo Virgolino Ferreira Jorge<sup>29</sup>, *a renovação significa alterar, fazer ou dar aparência de novo. Este principio é genericamente divulgado com a conservação e o restauro como um terceiro método de defesa dos bens culturais. Todavia, não aparece citado ou implícito na Carta de Veneza.*

*A renovação apela, de modo especial, à totalidade estética do monumento ou do conjunto, no sentido de um refazer do seu aspecto exterior, como um valor novo, ao gosto expressivo da própria contemporaneidade ou na perspectiva estética e cultural do comitente.*

A aplicação desta filosofia num jardim histórico mostra-se incompatível, uma vez que, se implica um refazer no seu aspecto exterior, corre o risco de se aniquilar a substância histórica, as características e mesmo a essência do jardim.

---

<sup>29</sup> JORGE, Virgolino Ferreira, ob. cit. pag. 58.

Segundo Claudia Tabora<sup>30</sup>, é utilizada ainda na recuperação de jardins históricos uma terminologia que diz respeito a algumas técnicas das filosofias que temos vindo a referir, a saber: redesenhar, novas adições, valorização do carácter histórico, valorização do carácter estético, estabilização e consolidação, apresentação e interpretação.

Consideramos que estes princípios da recuperação são fundamentais em termos de terminologia a utilizar. Assistimos hoje à denominação geral de *recuperação* a todas as acções e intervenções que tenham lugar num jardim, desde operações de limpeza a uma acção de restauro pontual, num elemento inerte. É importante, então, definir o que é a recuperação, por um lado, e por outro estabelecer o que nela pode ser incluído, em termos de acções; talvez cheguemos à conclusão que, do que temos vindo a chamar *recuperação*, muito pouco, ou nada, o é, são sim trabalhos que se incluem nestes princípios referidos (reabilitação, restauro, manutenção...), e que no seu conjunto poderão englobar um plano de recuperação.

---

<sup>30</sup> TABORDA, Claudia, ob. cit. pag.108.

Utiliza-se o termo *redesenhar*, quando se desenham partes de um jardim, alterando a sua imagem, que se adapta a novos usos. Este desenho, no entanto, não deverá perder a sua totalidade, o carácter histórico e da integridade do jardim.

O termo *novas adições* surge com a introdução de novos componentes, que vão fazer com que algumas particularidades do jardim, esquecidas ou perdidas, ressurgam. Tal como em *redesenhar* o jardim não deverá com as *novas adições* perder o seu carácter histórico e integridade.

A *valorização do carácter histórico* utiliza-se para evidenciar, tal como o nome indica, esta característica, através das filosofias de recuperação.

A *valorização do carácter estético* pretende tornar a imagem do jardim esteticamente mais atractiva de acordo com a sensibilidade actual. Esta valorização é também feita tendo em conta o carácter histórico do local.

A *estabilização e consolidação* permitem colocar estruturalmente os componentes do jardim em segurança com o mínimo possível de alterações da sua aparência e integridade histórica.

A *apresentação e interpretação* utilizam-se na conservação de jardins históricos como meio de sensibilização para a importância e necessidade de protecção destes espaços.

#### **1.4. METODOLOGIAS DE RECUPERAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS**

As decisões e os princípios básicos, que regem uma intervenção num jardim histórico, são facilitados se existir uma política geral consistente de recuperação. A adopção dessa política debate-se com algumas questões inerentes ao tema, nomeadamente o tipo de abordagem a realizar, a condução do próprio plano de recuperação, ou o período da história que deverá ser considerado. Também o rigor e a metodologia se devem entender como o suporte de todo o processo.

A definição desta considera-se indispensável, no início de qualquer estudo, uma vez que constitui uma linha orientadora do mesmo. À utilização de uma metodologia deverá estar sempre associada uma técnica rigorosa e uma definição de critérios de intervenção que não se baseiem apenas em factores intuitivos.

As metodologias que se apresentam, em seguida, se por um lado as consideramos como as mais correctas a utilizar num processo de recuperação de jardins históricos, por outro lado tem vindo a ser aplicada em jardins mediterrânicos, o que as aproxima do nosso objecto de estudo – estão neste caso a metodologia da autoria de Carmen Añon Feliú e de Marichiara Pozzana, que adiante se apresentam e analisam – e podem-se considerar filiadas na metodologia definida pelo Institute of Advanced

Architectural Studies (IAAS) Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens (CCHPG), da Universidade de York, apresentando somente algumas modificações que advêm das diversas tonalidades que jardins distintos cultural e geograficamente apresentam.

Antes de analisarmos cada uma das referidas metodologias, é importante salientar que em todas elas se defende que o conhecimento e entendimento profundo do jardim fornece uma base que é o melhor de todos os apoios quaisquer que sejam as acções a desenvolver, e que o plano de recuperação deverá vir explicitado em peças escritas e desenhadas. Também comum, é a definição de um conjunto de trabalhos em fases que podem ser programadas. Consideram as referidas metodologias, no entanto, que este faseamento nunca deverá ser alterado com o pretexto de se acelerar ou economizar o processo.

### **Inglaterra**

A metodologia adoptada no IoAAS – CCHPG<sup>31</sup>, define algumas etapas que orientam os trabalhos, e das quais depende o seu desenvolvimento e sucesso. São elas:

#### **- Identificação e Localização do Jardim**

---

<sup>31</sup> Citado por TABORDA, Claudia, *Jardins: Da História e Recuperação*, Relatório final da licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1993, policopiado, p. 92.

- **Definição da Extensão da Área a Incluir no Estudo**, onde se avalia a dimensão da área de conjunto essencial, tomando conhecimento, através de estudos documentais e/ou observações *in situ*, das áreas que foram criadas em determinada época da sua história e que conservam as características dessa criação; e percebendo a dimensão das áreas envolventes do jardim.
  
- **Estudo e Descrição do Jardim** - Este estudo inclui trabalhos de documentação e de levantamentos *in situ*, e aparece estruturado em três alíneas:
  - a) **análise histórica**
  - b) **condições e estado actual**, onde se apresentam, para além dos procedimentos normais num processo de análise do património arquitectónico:
    - . um relatório fitossanitário;
    - . o estudo das condições edafo-climáticas;
  - c) **estudo do valor paisagístico**, que fornece informações acerca das qualidades potenciais do jardim, donde constam:
    - . um estudo da zona envolvente;
    - . referência de pontos visuais com interesse;
    - . planos e perspectivas que evidenciam as relações visuais;
    - . estudo da vegetação;

- . estudo das relações histórico-botânicas;
  - . estudo analítico da história e da arte do jardim;
  - . estudo e plano dos acessos, da circulação e do estacionamento, existentes e desejáveis;
  - . estudo do uso e da função do jardim, existente e potencial.
- **Ponderação ou Avaliação do Jardim**, onde se podem avaliar o interesse e natureza do jardim, as suas condições, o seu carácter, a sua ocupação actual, o seu valor comparativo ou outros aspectos de interesse geral..

A avaliação do jardim é determinante no desenvolvimento da recuperação, porque condiciona a escolha das filosofias que definem a política de actuação.

É um processo sensível e requer particular cuidado em relação às preferências estéticas. Seja qual for o sentido do ideal de jardim que se possua, devem admitir-se todas as manifestações genuínas, para evitar a desvalorização de componentes que não se enquadram dentro daquele ideal.

O conhecimento da durabilidade dos componentes de um jardim, é um factor igualmente importante para a avaliação. Todos os seus componentes são importantes e devem ser considerados, independentemente da sua maior ou menor durabilidade.

Os critérios de avaliação a utilizar devem ser:

- . O tipo ou categoria onde se inclui o jardim.
- . O seu interesse sócio cultural.
- . O seu estado de conservação.
- . O contexto geográfico da avaliação.
- . O tempo.
- . O valor comparativo do jardim.

Decisões da importância relativa dos jardins históricos devem apresentar, e basear-se nos critérios que enunciam a forma como se traduzem, em combinação ou individualmente, aqueles valores.

- **Decisão da Localização das Acções e dos seus Responsáveis;**
- **Elaboração da Proposta de Recuperação**, que aparece estruturado em duas peças fundamentais:
  - . projecto geral de recuperação;
  - . projectos especiais de recuperação;
- **Elaboração dos Planos de Gestão e de Conservação**, que explicitam objectivamente as intenções e as políticas gerais de actuação, global e particular, para o jardim. Estes planos aparecem sob a forma de peças escritas, e da sua informação consta:

- . breve descrição do local e da sua evolução histórica;
- . avaliações e considerações sobre o local;
- . descrição sumária dos objectivos e das políticas propostas;
- . explicitação dos objectivos e das políticas propostas.

A sua implementação envolve um faseamento dos estudos e a execução dos projectos de recuperação;

- **Apresentação e Divulgação do Plano de Recuperação,**
- **Implementação e Execução do Plano de Recuperação;**
- **Gestão e Conservação do Jardim;**
- **Revisão Periódica da Gestão e da Conservação do Jardim.**

### **Espanha**

Para **Carmen Añon Feliú** a definição de uma metodologia de recuperação de jardins históricos resulta de uma intenção de estabelecer uma técnica rigorosa que conduza a critérios de recuperação que não sejam baseados numa simples intuição, nem numa aproximação frívola a parâmetros que não respeitem a

essência do jardim. Pretende estabelecer as diferenças da abordagem e da metodologia na recuperação de jardins históricos, relativamente a outros monumentos, que, naturalmente, se desenvolvem sobre uma base de conhecimento profunda. Considera este processo como um projecto interdisciplinar onde é necessário coordenar técnicos de várias especialidades para uma boa prossecução dos trabalhos.

Num projecto de recuperação destaca quatro ideias fundamentais. São elas:

**-Ser fiel à origem do jardim**, considerando este o melhor método para acentuar a sua essência, tornar mais clara a sua leitura e ressaltar o seu encanto particular.

**-Respeitar o tempo**, como elemento criador do jardim, o qual modifica a vegetação, actua sobre as esculturas, a arquitectura, sobre todo o jardim. Uma recuperação adequada deverá, em cada caso, proceder à solução mais discreta e menos traumática.

**-Valorizar os bens**, considerando e valorizando os bens que os distintos períodos da história tenham integrado no jardim, passando a ser parte da sua própria essência. Tratar com muito cuidado os elementos que, possivelmente, não estavam presentes na sua composição original, adquirindo um carácter romântico ao longo do tempo. Ter em consideração a nossa própria época para nos integrarmos também na sua vida.

**-Evitar as dissonâncias**, evitando qualquer elemento que seja dissonante estética ou historicamente. Perante uma dúvida estético-histórica, a componente estética deverá prevalecer sobre a componente histórica, uma vez que é a chave da harmonia que deve estar presente num jardim.

A metodologia definida por Carmen Añon Feliú estabelece quatro fases diferenciadas<sup>32</sup>, que são:

**Primeira Fase**, onde se desenvolvem os seguintes estudos:

### **1. Estudos Preliminares**

No âmbito do jardim histórico e dependendo da sua tipologia, superfície a tratar e disponibilidades económicas, far-se-á um primeiro estudo do estado actual do jardim em todas as suas vertentes. Isto não quer dizer que posteriormente não se faça um estudo real e metucioso da cada um dos seus componentes, ou dos aspectos que consideramos necessários para o desenvolvimento do projecto. É apenas a indicação de qual é a situação real do jardim desde o ponto de vista do seu estado físico e da sua história, evidenciando as suas carências.

Estes estudos preliminares, mostram-nos por um lado o estado do jardim, e por outro, a necessidade do projecto, a composição da equipa interdisciplinar que deve participar, as fases de actuação, os

---

<sup>32</sup> Veja-se *Jardins et Sites Historiques*, Journal Scientifique, ICOMOS, Madrid, 1993, p.312 a 318.

custos e as acções imediatas, estabelecendo os critérios básicos que assegurem o bom desenvolvimento do projecto. Todos estes estudos, conclusões e observações devem constituir um primeiro documento que será objecto de discussão prévia com o proprietário, relativamente a prazos e custos.

## **2. Critérios Básicos**

Com estes primeiros estudos podem-se estabelecer os critérios básicos que vão determinar o projecto e as linhas gerais de actuação, analisando os pontos de conflito e procurando as soluções mais adequadas.

## **3. Acções Complementares**

Paralelamente ao desenvolvimento do projecto estabelecer-se-á uma política de manutenção orientada com o objectivo de obter a imagem final do jardim e as acções complementares que se considerem adequadas em cada caso.

## **Segunda Fase**

### **Projecto**

## **Parte I - Análise e Documentação**

### **1.1. Documentação gráfica**

### **1.2. Antecedentes Históricos**

1.2.1. Ficha básica de catalogação. Legislação.

1.2.2. Descrição do jardim

1.2.3. Material gráfico-histórico

1.2.4. Arquivos, com o material adquirido vão-se formando

vários arquivos:

1.2.4.1. Arquivos de documentação

1.2.4.2. Arquivo fotográfico

1.2.4.3. Arquivo gráfico

1.2.4.4. Arquivo bibliográfico

1.2.4.5. Arquivo actualizado

1.2.5. Planos de recuperação das épocas mais representativas do jardim

1.2.6. Literatura

1.2.7. Bibliografia

### **1.3. Estado Actual**

1.3.1. Plano de situação

1.3.2. Levantamentos topográficos do estado actual do jardim

1.3.2.1. Levantamentos topográficos específicos.

1.3.3. Levantamento dos elementos arquitectónicos e escultóricos.

1.3.4. Estudo Botânico

1.3.5. Estudo fitopatológico

1.3.6. Condicionantes biofísicas.

1.3.6.1. Estudo geomorfológico.

1.3.6.2. Estudo edafológico.

1.3.6.3. Estudo climatológico.

1.3.6.4. Estudo Hidrográfico

1.3.7. Estudo da fauna

1.3.8. Infraestruturas.

1.3.8.1. Drenagem

1.3.8.2. Rede de rega

1.3.8.3. Elementos de Água

1.3.8.4. Iluminação

1.3.8.5. Equipamento

1.3.9. Aspectos legais.

1.3.10. Estudo ambiental e sociológico

## **Parte II. Estudo Paisagístico**

1. Estudo analítico histórico-artístico

2. Estudo analítico, histórico-estilista

3. Zonamento
4. Estudos de Acessos e Circulação
5. Perspectivas e Pontos de Interesse Paisagístico
6. Estudo da Vegetação
7. Estudo Botânico-Histórico
8. Estudo e Análise do Uso e Função do Jardim

### **Parte III. Estudo Arqueológico**

#### **Terceira Fase**

##### **1. Critérios de Recuperação**

- 1.1. Critérios gerais
- 1.2. Critérios específicos
- 1.3. Critérios pontuais

##### **2. Função do Jardim**

##### **3. Considerações Gerais**

Consiste numa primeira avaliação do tempo de execução do projecto, honorários, acções mais importantes de empreender. O projecto deve ser dividido em várias fases, economicamente independentes.

É este o momento em que devem surgir as reuniões conjuntas com os diversos técnicos intervenientes no processo, e com os responsáveis pelo jardim, para expor todos os dados e apresentar soluções, chegando a conclusões. Podem-se estabelecer linhas gerais do projecto, com um máximo de segurança e garantia, conhecendo bem a matéria sobre a qual se vai trabalhar, os meios e objectivos.

### **Quarta Fase**

#### **Projecto**

Obtida toda a documentação, de uma forma exaustiva, sobre o jardim, pode-se passar à fase de realização do projecto. O profundo conhecimento do jardim permitiu estabelecer critérios de acção, com toda a precisão, de acordo com as necessidades do jardim e com o orçamento disponível. O projecto deverá começar pelas zonas estabelecidas, da forma mais coerente e menos traumática possível. Pode-se começar, dependendo da extensão e custo, de uma forma global ou parcial. A solução parcial não exclui medidas globais, nomeadamente, tratamentos fitossanitários, pequenas acções pontuais, etc. Da mesma forma, o começo das obras e dos estudos, devem marcar uma nova etapa de consciencialização social da importância e do valor do jardim.

## Itália

**Mariachiara Pozzana**, apesar de não definir uma metodologia de recuperação de uma forma sistemática, à imagem das anteriores, aborda aspectos fundamentais, num processo de recuperação, que aqui consideramos como mais uma possível metodologia de recuperação<sup>33</sup>.

É de referir a forma detalhada com que descreve cada fase, próprio de um arquitecto, para quem este tipo de linguagem não é comum.

### **1. Análise**

- 1.1. Análise Histórica
- 1.2. Análise do Estado Actual
- 1.3. Arqueologia de Jardins
- 1.4. Inventariação

### **2. Projecto**

Num projecto de recuperação é essencial que o trabalho assente numa base de interdisciplinaridade.

A solução projectual assenta no conhecimento adquirido e compreende também os programas de manutenção ordinária e extraordinária, assim como as propostas ligadas à gestão e ao uso, sobretudo nos jardins privados ou de propriedade pública que estejam abertos ao público.

---

<sup>33</sup> POZZANA, Mariachiara, *Giardini Storici, Principi e tecniche della Conservazione*, Alinea Editrice, Florença, 1995, p.99.

Evidentemente que um projecto de recuperação se liga estreitamente a um projecto de gestão e de manutenção.

### **3. Fases da Intervenção**

Uma intervenção de recuperação deve ser programada em fases com uma sequência lógica, que não podem ser sempre constantes ou iguais, mas que se sugerem como referência. Predispor de um programa de intervenções, é indispensável para uma correcta articulação do trabalho e para uma previsão dos custos.

Podem-se esquematizar as principais fases da intervenção de recuperação tendo em conta que algumas delas podem conduzir-se em paralelo:

- . Limpeza da vegetação infestante.
- . Intervenção na arquitectura vegetal, árvores e mata.
- . Intervenção nas sebes.
- . Intervenção no sistema hidráulico.
- . Intervenção nos relvados
- . Intervenção nos caminhos.
- . Intervenção nos elementos decorativos.
- . Intervenção nas herbáceas (parterre, broderie, etc.)

A primeira fase de uma recuperação/conservação deve consistir numa acção de limpeza da vegetação existente, que em muitos casos, especialmente de abandono, contribui para acelerar a degradação, com consequências imprevistas e de interesse, como matéria de estudo.

O critério com o qual a limpeza deve ser feita é um critério projectual, que deve ser sempre feito, pelo menos preventivamente.

Sucessivamente pode-se intervir nas árvores, através da limpeza de ramos secos, de intervenções fitossanitárias, e, eventualmente, a subtracção de árvores mortas que subsistam em pé.

**- Intervenção sobre sebes e arquitectura vegetal**

**- Intervenção nos pomares e hortas**

**- Intervenção nas alamedas**

**- Intervenção sobre árvores monumentais**

. Poda

. Tree-climbing

. Visual Tree Assessment

. Dendrocronologia e Dendroecologia

. Dendrocirurgia

. Ancoragem

**- Intervenção em parterres e canteiros**

#### **4. Conservação das Obras de Arte num Jardim**

Na realidade de um jardim, arquitectonicamente idealizado e construído, a estrutura, constituída por muros, terraços, e elementos decorativos, onde se incluem os elementos arquitectónicos, fontes e obras de arte, constituem um capítulo particular da recuperação de jardins.

A variedade da arquitectura que popula os jardins nas diversas épocas e as infinitas criações artísticas que se ligam ao jardim, têm o problema da conservação tão complexo quanto os materiais constituintes dessas obras. O problema da exposição ao ar livre de obras de arte, em pedra, é amplamente estudado, em particular no que se refere à estatuária. No entanto é menos complicado que o da conservação de outros materiais, como a madeira ou os embrechados, no ambiente particular do jardim.

#### **5. Manutenção**

O termo manutenção aplicado aos jardins históricos define as operações de rotina, dia a dia, semana a semana, estação a estação, operações necessárias para a conservação da maioria dos jardins, tais como, a limpeza de infestantes, o controle do tamanho das sebes, a poda, etc. Um programa de manutenção inclui todas estas operações que podem ser

planificadas num determinado período, estabelecendo as operações que podem ser definidas por necessárias.

### **Operações de manutenção**

O projecto de manutenção define a organização e a planificação, a médio e a longo prazo, e é especialmente importante no caso dos jardins históricos, onde a conservação e a renovação são inevitáveis. Também deve incluir a organização de pessoal e de uma equipa para assegurar uma evolução adequada e a continuidade dos jardins históricos

O projecto de manutenção pode organizar-se num calendário de trabalhos, que mês a mês preveja as operações a seguir.

A manutenção compõe-se de um sistema de operações repetitivas, que nem sempre são idênticas, mas que podem em parte *standartizar-se*.

### **Manutenção ordinária e extraordinária**

A distinção entre uma manutenção ordinária e uma manutenção extraordinária, baseia-se apenas na prática quotidiana.

Na manutenção ordinária estão compreendidas todas as operações realmente necessárias e cíclicas para a manutenção do jardim, durante o ano. Imprevistos causados pelo mau tempo, danos na vegetação, necessidade de abatimentos, etc, fazem parte da manutenção extraordinária.

Na manutenção de jardins históricos as principais operações de rotina anual são as seguintes:

- . O corte de relvados, caso os haja, com uma periodicidade variável, conforme a estação.
- . A poda das sebes formais e a das sebes informais.
- . Adubação, segundo o tipo de planta.
- . Substituição das plantas de alto fuste - manutenção extraordinária.
- . Substituição de partes de sebes (segundo a quantidade pode entrar na manutenção extraordinária ou na recuperação)
- . Substituição de flores anuais, segundo o plano de manutenção. A substituição de flores perenes entra na manutenção extraordinária e por vezes no plano de recuperação, quando é necessário repor um plano global de plantação.
- . Poda de árvores.
- . Colheita e transporte de citrinos.
- . Limpeza das infestantes, nomeadamente dos percursos.
- . Limpeza da mata, segundo as condições da vegetação e o clima.
- . Limpeza das folhas secas.
- . Rega - periodicidade variável, segundo as estações.
- . Tratamento fitossanitário - periodicidade variável, segundo as condições gerais e o tipo da vegetação.
- . Manutenção dos percursos e ensaibramento, segundo a intensidade de uso e os meios utilizados.

.Manutenção de fontes, esculturas, elementos construídos, se se entenderem as pequenas intervenções de limpeza e reparação, de outro modo são consideradas intervenções de recuperação.

Todas as operações indicadas estão estritamente associadas à área geográfica e ao clima, é por isso evidente que a periodicidade pode variar. Muitas das operações referidas se não são efectuadas periodicamente, transformam-se rapidamente em operações de carácter extraordinário e sucessivamente em intervenções de recuperação, com substituições e plantações consistentes.

## **6.Trabalhos de Recuperação em Jardins Históricos**

A descrição de trabalhos de manutenção e recuperação mais frequentes e comuns, em jardins históricos não pode, naturalmente, como para todas as obras de recuperação, ser exaustivo e deverá ser adaptado consoante as várias circunstâncias. De um modo geral podem-se resumir nos seguintes trabalhos:

### **. Limpeza de infestantes**

- A limpeza da mata, quer manualmente, quer mecanicamente, consoante o tamanho das herbáceas e arbustos infestantes. Nesta operação deve-se ter o cuidado de deixar vegetação espontânea

suficiente, de modo a reconstituir a mata. O material resultante da limpeza deve ser recolhido e transportado para um local adequado.

- Limpeza das plantas infestantes das obras de arte e muretes, seguidas da limpeza de infestantes, líquenes e algas, do estuque; consolidação do material e tratamento preventivo.

#### **. Trabalhos no terreno**

- Corte de relvados com máquina com eventual acabamento manual.  
Recolha e transporte do material.
- Mobilização do terreno, compreendendo a fertilização com compostos naturais.
- Sacha dos canteiros de herbáceas, retirando as raízes de ervas infestantes.
- Limpeza das valetas com recolha e transporte do material.
- Limpeza das infestantes das áreas ensaibradas.
- Recolha das folhas secas.
- Ensaibramento dos caminhos.
- Instalação de relvados, com mobilização do terreno, sementeira e sucessiva manutenção.

### **. Poda de sebes e árvores**

- Poda das sebes formais, a efectuar-se uma vez por ano, com máquina e acabamento manual. Recolha do material resultante e limpeza da base das sebes, de infestantes, detritos, folhas secas, etc.
- Poda de sebes altas para regularização dos ramos. Recolha, limpeza e transporte do material.
- Poda de sebes informais (em altura), à mão (com tesoura), dos ramos e rebentos com vista a uma reflorescimento.
- Reordenação das sebes não geométricas, mediante talha a tesoura, de modo a conter o todo de forma livre.
- Poda formativa das plantas de porte médio.

### **. Plantações**

- Fornecimento e plantação de vegetação (árvores, arbustos e herbáceas).

### **. Abatimentos**

- Abatimento de árvores mortas, ainda de pé.

### **. Recuperação da arquitectura vegetal**

- Recuperação de túneis de vegetação, com a substituição dos tutores, com poda e ligação dos ramos da forma original, a eventual substituição de plantas doentes, a recolha e transporte do material.

## **7. Calendário de Trabalhos**

Um jardim requer um calendário de trabalhos variado que se modela consoante as suas necessidades específicas.

O esquema fornecido é puramente indicativo da sucessão de trabalhos a realizar num ano.

### **Jardim de herbáceas**

- . Plantação de bolbos consoante a sua época de floração.
- . Eliminação de bolbos consoante a sua época de floração.
- . Transporte dos citrinos, ou de outros vasos de estufa.
- . Sementeira de espécies consoante a época de floração.
- . Limpeza de caminhos.
- . Ensaibramento.
- . Manutenção diversa (sistema hidráulico, drenagem, etc)
- . Poda de sebes formais e informais.
- . Plantação de espécies arbustivas.
- . Plantação de citrinos.
- . Protecção dos citrinos ou de outras plantas que necessitem.
- . Protecção de obras de arte com coberturas provisórias.
- . Tratamento das plantas envasadas: tratamento fitossanitário, poda, estrumação, integração de terriço.
- . Corte dos relvados com frequência variável.

- . Reconstituição dos relvados com novo terriço, sementes e estrume.
- . Estrumação diversa.
- . Rega.
- . Aplicação de herbicida e limpeza de infestantes.

### **Alamedas, matas e arquitectura vegetal**

- . Replantação pontual nas sebes formais e informais.
- . Abatimento de plantas mortas, em pé, ou totalmente comprometidas.
- . Novas plantações.
- . Poda de árvores de alto fuste.
- . Manutenção dos elementos decorativos, estátuas, fontes e outros.
- . Protecção das obras de arte.
- . Plantação de bolbos consoante a época de floração.
- . Poda das sebes formais e livres.
- . Limpeza de infestantes na arquitectura vegetal.
- . Manutenção das alamedas e caminhos.
- . Estrumação.
- . Corte dos relvados.
- . Rega das plantas jovens, eventuais tutoragens e protecção contra os animais.

## **8. Gestão**

Gestão e manutenção são dois processos na vida de um jardim, a que se deve a responsabilidade dos trabalhos a vários níveis. Enquanto a manutenção ocupa a problemática quotidiana da vida de um jardim, a gestão interessa num período mais longo, pode-se considerar uma acção política, pois é relativa a decisões de fundo a vários níveis, quer seja do proprietário, quer seja do responsável do jardim.

Engloba decisões de carácter técnico, mas também económico, como a abertura do jardim ao público, o estabelecimento de um regulamento para os visitantes, bilhetes de acesso, organização do funcionamento a nível didáctico, definição do tipo de actividades a consentir no interior do jardim, etc.

A gestão visa a planificação a médio ou longo prazo da organização do jardim, da sua recuperação, da política de renovação, da selecção e organização do pessoal, etc. Um plano de gestão pode dar uma imagem de todos estes aspectos. Deve ter coerência política para assegurar a continuidade a longo prazo, indispensável a um jardim histórico.

### **A necessidade de pessoal especializado**

Nos jardins, tal como nos monumentos, em geral, só é possível a sua recuperação podendo contar com uma mão de obra especializada, que resolva os problemas extraordinários, mas também aquela do quotidiano, da manutenção e gestão do jardim

É de extrema importância para a vida do jardim e sua continuidade, que esteja presente, no jardim, um corpo de pessoal especializado, coordenado por um jardineiro-chefe que se responsabilize, nomeadamente:

- Pela parte vegetal. Área de mata, árvores, exemplares ou grupos, alamedas. Sebes, coníferas, árvores de fruto, silvados, faixas de protecção, trepadeiras, herbáceas, plantas anuais. Plantas de estufa e de vaso, etc.
- Pelos componentes estruturais. Edifícios do jardim, muros, gradeamentos, terraços, cantonarias, caminhos, jogos de água, estruturas rochosas. Reparações, renovações, modificações, tolerância ao uso, interface arquitectónica/paisagística.
- Pela organização. Pessoal, mão de obra, direcção de pessoal, comunicação, lista de empregados, capacidade, formação, plano a curto prazo e plano de gestão, nível e standartização do pessoal, incentivos, motivação, trabalho dependente, visitantes, venda de plantas, saúde e segurança.
- Pela economia, balanço e contabilidade. Selecção, uso de máquinas, material, produtos químicos, aspectos relativos à saúde e à segurança, propagação e estufas.
- Pelas implicações do projecto. Aspectos históricos, dimensões, características, estilos, personalidades do jardim, e tudo o que esteja relacionado com o supra descrito.

- Pelos visitantes – aspectos relativos à segurança.. Consumo e danos. Modificações na rotina do trabalho nos dias de abertura ao público. Aspectos relativos ao estacionamento, etc. Visitas guiadas e acolhimento.

Um estudo comparativo das metodologias apresentadas permite-nos retirar algumas conclusões, assim:.

A metodologia desenvolvida pelo Institute of Advanced Architectural Studies (IAAS) é a única que propõe explicitamente a necessidade de uma primeira fase, anterior à análise do objecto, onde se identifica e localiza o jardim, e outra imediatamente a seguir onde é definida a extensão da área a incluir no estudo, o que nos parece correcto enquanto sistematização do trabalho a desenvolver, saber até onde devemos levar a investigação.

Por outro lado e também num estadio antecedente à análise, Carmen Añon Feliú estabelece uma primeira fase - que nos parece da maior importância como primeira abordagem ao jardim - que consiste num primeiro estudo do estado do jardim em todas as suas vertentes, indicando a sua situação desde o seu estado físico à sua história, pondo em foco as suas carências; no estabelecimento de critérios básicos de actuação e linhas gerais de acção e de uma política das acções de manutenção que se definem com o objectivo de atingir a imagem final que se pretende no jardim, assegurando a sua manutenção. Esta fase revela-se de extrema

importância quando não existe uma base de dados consistente e consolidada, onde o projecto de recuperação se possa fundamentar.

Relativamente à fase de análise, considerada pelas três metodologias, como da maior importância, para um correcto processo de recuperação, podemos numa primeira aproximação considerar a fase de análise apresentada por Carmen Añon como a mais completa, relativamente ao desenvolvimento da cada *item* da análise, nomeadamente análise histórica e paisagística. No entanto, se olharmos de um modo mais atento a metodologia desenvolvida pelo IAAS, realizamos que por trás desta e fazendo parte, tanto quanto ela, do todo que é a protecção e a recuperação de jardins se encontram os inventários, instrumento fundamental, onde está levantada muita da informação que Carmen Añon ou Mariachiara Pozzana referem, na fase da análise, nomeadamente a análise arquitectónica, os levantamentos e cartografia, as técnicas utilizadas no registo rigoroso das espécies vegetais, no conhecimento da sua idade e na sua cartografia, etc.

Parece-nos que a metodologia de York, relativamente à fase de análise, é uma metodologia específica para Inglaterra, uma vez que é precedida do inventário, também definido pelo mesmo Instituto, que constitui um primeiro suporte cognitivo<sup>34</sup>. Esta metodologia pressupõe a existência de uma base de dados consistente, constituída pelo inventário, isto é são, dois processos cognitivos, que se completam, resultando numa fase da metodologia de recuperação. Noutros países onde o suporte cognitivo não seja tão consistente,

---

<sup>34</sup> Vidé ficha em anexo.

pensamos que a análise apontada por Carmen Añon será mais adequada, como um guia de procedimento. A importância da catalogação e do inventário num processo cognitivo, é reconhecida por Mariachira Pozzana quando os refere como fazendo parte de uma fase de análise.

Ainda na fase de análise, é apenas apontado por Mariachiara Pozzana a importância da representação gráfica na cartografia elaborada, que sublinhamos, uma vez que a informação deste modo apresentada constitui um documento importantíssimo, no processo de recuperação que está a decorrer, pela especificidade inerente ao objecto e por ser realizado por uma equipa interdisciplinar, que deverá ter acesso a toda a informação, inclusivamente à cartografia, seja qual for a especialidade de cada elemento. Enquanto documento de actualização no decorrer das intervenções revela-se também da maior importância e ainda como testemunho actualizado da vida do jardim, em futuras utilizações.

Relativamente a esta fase, é da nossa opinião que no caso específico da análise e estudo da paisagístico, seria essencial, enquanto factor determinante da qualidade da paisagem e tão importante quanto o estudo de perspectivas e pontos de vista, ou o uso e a função do jardim, uma análise dos componentes estéticos e poéticos da paisagem, uma vez que determinam ambiências, factor fundamental na vida de um jardim, pois todo e qualquer jardim é um símbolo que representa uma paisagem ideal, ou seja é uma meta-paisagem ideal.

Com a fase da análise concluída verificamos que cada metodologia estudada aponta uma sequência diferente nas fases seguintes de abordagem ao processo de recuperação. O Instituto inglês aponta, antes da proposta de recuperação, propriamente dita, em primeiro lugar para uma avaliação do jardim, processo que considera determinante no desenvolvimento da recuperação ao condicionar a escolha da filosofia que vai por sua vez definir a política de actuação. Num segundo passo estabelece que deve ter lugar a decisão da localização das acções e dos seus responsáveis.

Carmen Añon Feliú considera que, antes do projecto, deverá ter lugar uma terceira fase, no processo de recuperação, que deverá, incluir os critérios de recuperação que se deverão aplicar ao jardim, na sua globalidade e nas suas partes específicas; definir a função do jardim e proceder a uma primeira avaliação dos prazos, orçamento e acções mais importantes a empreender. Nesta fase podem ser estabelecidas as linhas gerais do projecto e, abordagem que consideramos extremamente importante, a definição de um plano de trabalhos de jardinagem, que se podem considerar de manutenção do jardim.

Tanto Mariachiara Pozzana, como o IAAS referem a importância deste plano, numa fase posterior ao projecto propriamente dito, que na metodologia inglesa é designada por planos de gestão e conservação; e constitui tema largamente explorado por Mariachiara Pozzana que o considera da maior importância num processo de recuperação.

Consideramos que as acções supra referidas deverão, efectivamente, ter lugar antes da elaboração do projecto de recuperação, nomeadamente o plano de

trabalhos que Carmen Añon defende, mas que os outros autores remetem para uma fase posterior.

Na fase de projecto de recuperação propriamente dito os autores são consensuais ao definirem que a proposta que resulta do projecto, é constituída por peças escritas e desenhadas aparecendo sob a forma de um projecto geral de recuperação e projectos especiais de recuperação que incidem sobre as diferentes partes do jardim ou dos seus componentes.

Mariachiara Pozzana tem como base a experiência Inglesa e Alemã, neste âmbito, e sublinha, acima de tudo, a interdisciplinaridade inerente a um projecto deste tipo<sup>35</sup>.

Carmen Añon acrescenta a necessidade de se manter o público informado sobre o que se está a passar no jardim, e de qual o seu novo uso, se for caso disso, de modo a que a população se sinta envolvida no processo e estabeleça relações

---

<sup>35</sup> Na Alemanha fala-se pela primeira vez, num plano deste tipo, em 1961. Em 1990 compilam-se as normas para a elaboração de um plano de recuperação. Os requisitos necessários são:

1. Objectivos.
2. Fundamentos Jurídicos.
3. Dimensão do Trabalho.
- a) Análise da qualidade do lugar e documentação histórica e científica.
  - Documentação da história do jardim.
  - Análise das fontes histórico-artísticas.
- b) Inventário do património
  - Realização de um levantamento topográfico.
  - Realização de um inventário e avaliação do estado de conservação.
- c) Análise da utilização.
- d) Avaliação e plano de intenções.
- e) Projecto: conceito de recuperação e reconstrução.
4. Elaboração do projecto de recuperação, por uma equipa multidisciplinar.
5. Prazos.
6. Orçamento

afectivas com o jardim. Considera ainda que a gestão e manutenção do jardim devem constituir o último capítulo desta fase de projecto.

Relativamente à apresentação e divulgação do plano de recuperação, que Carmen Añon inclui na fase de projecto, assim como a sua implementação e execução, o IAAS define duas fases distintas a este fim destinadas. Um tratamento individualizado, em fases distintas, também merecem a gestão e conservação do jardim e a sua revisão periódica.

No âmbito da manutenção e gestão parece-nos que Mariachiara Pozzana assume uma posição de destaque, quando dá mais relevância a este processo que ao projecto propriamente dito, estabelecendo inclusivamente um programa de intervenção faseado, onde são definidos os vários trabalhos sobre os vários tipos de vegetação, desde a arquitectura vegetal à poda das árvores monumentais e às técnicas mais recentes de intervenção na vegetação. A autora estabelece um capítulo específico relativo à conservação das obras de arte no jardim, que abarca, desde os embrechados, à estatuária. São ainda definidos, um programa de manutenção, onde são elencadas as operações ordinárias e extraordinárias a proceder, durante um ano, no jardim, um capítulo dedicado aos trabalhos de conservação, desde a limpeza de infestantes, à poda; um calendário estacional de trabalhos a levar a cabo num jardim e ainda um capítulo sobre a gestão do jardim onde dá especial ênfase ao uso do jardim e à necessidade de um encarregado especializado em jardins.

Esta preocupação constante de Mariachira Pozzana em incluir programas ou planos de manutenção e gestão do jardim detalhados, dando-lhes maior ênfase

que ao projecto de recuperação, demonstra uma grande percepção e clareza de quão importantes são estes planos principalmente em países onde a cultura de jardins não é fomentada, de um modo geral, onde não existem bases de conhecimento onde possam assentar propostas imediatas para a sua salvaguarda e onde estes planos, ou programas, constituem de facto a forma mais expedita e eficaz de suster o avanço inevitável da degradação.

Relativamente às metodologias apresentadas e estudadas, consideramos, de um modo geral que, a metodologia apresentada pelo IAAS, da Universidade de York nos parece ser a de maior consistência, revelando a herança e tradição nesta matéria. No entanto não podemos dizer que será esta a metodologia mais correcta, na situação actual, a aplicar nos jardins portugueses, ou em outros jardins onde o suporte cognitivo é escasso, quase inexistente e a cultura de jardins não se pratica, ou se pratica apenas por grupos restritos.

Da metodologia definida por Carmen Añon Feliú, apesar de ter como base a metodologia de York, consideramos que será mais aplicável a jardins nas condições acima referidas, onde se encontra incluído o jardim português e o espanhol, talvez daí uma certa distinção na abordagem, mais específica e orientada, por um lado no sentido do conhecimento através de uma análise extremamente detalhada e minuciosa, por outro lado pela existência de uma primeira fase onde se faz um primeiro reconhecimento do jardim, onde se definem critérios básicos e linhas gerais de actuação, e uma política de manutenção que tem como objectivo a salvaguarda da imagem do jardim. Quanto a nós esta fase preliminar é indispensável, pois constitui um plano orientador, onde o projecto de

recuperação se irá basear. No nosso país esta fase é prática corrente como adiante teremos oportunidade de verificar.

Da abordagem de Mariachiara Pozzana devemos reter todo o programa de intervenções de sustentação da degradação, de manutenção de trabalhos de jardinagem e de gestão, que a autora tão detalhada e minuciosamente nos propõe, porque, uma vez mais, no estado actual dos nossos jardins e da sua política de recuperação, estes trabalhos são fundamentais para que o jardim permaneça com determinada imagem, garantindo a existência deste património. Para além deste aspecto, a morosidade que leva a elaboração de um projecto de recuperação, principalmente da sua fase de análise, quando o suporte cognitivo é escasso, é de tal ordem, que são obrigatoriamente planos deste tipo integrados na política geral do plano de recuperação, que fazem com que o jardim não evolua até a um estado de degradação irreversível, a partir do qual não há nada a fazer.

Relativamente a este programa de trabalhos, pensamos que no caso do jardim português e pelas razões já referidas, deve ser estabelecido e definido numa fase anterior à análise, processo extremamente moroso, imediatamente a seguir à fase de estudo preliminar ou plano orientador do projecto de recuperação, apontado por Carmen Añon Feliú, onde são estabelecidos desde logo as linhas orientadoras do projecto e os critérios de recuperação.

**FASES DO PLANO DE RECUPERAÇÃO SEGUNDO AS DIFERENTES METODOLOGIAS CONSIDERADAS**

	<b>IAAS</b>	<b>Carmen Añon Feliú</b>	<b>Mariachiara Pozzana</b>
<b>Estudos Preliminares</b>			
<b>Identificação e Localização do Jardim</b>			
<b>Definição da Área a incluir no Estudo</b>			
<b>Análise:</b> - Histórica			
- Actual			
- Paisagística			
- Arqueológica			
<b>Avaliação do Jardim</b>			
<b>Crítérios de Recuperação</b>			
<b>Função do Jardim</b>			
<b>Projecto de Recuperação</b>			
<b>Plano de Gestão e Conservação</b>			
<b>Fases de Intervenção</b>			
<b>Trabalhos de Recuperação</b>			
<b>Calendário de Trabalhos</b>			
<b>Considerações Gerais</b>			
<b>Apresentação e Divulgação do Plano de Recuperação</b>			
<b>Implementação e Execução do Plano de Recuperação</b>			

**II PARTE**  
**O CASO PORTUGUÊS**

## 1. O JARDIM NA CULTURA PORTUGUESA

A matéria básica e fundamental de um jardim - a vegetação - é um elemento efémero e mutável, o tempo modifica esta matéria muitas vezes, até, um estágio onde não já não é possível o retorno, levando-o à sua destruição. Mas um jardim é algo mais complexo que a simples natureza trabalhada e transformada. Os elementos naturais não são mais que a matéria utilizada para transmitir uma ideia, um sentimento, ou provocar uma sensação, fazem parte de um programa, acentuam uma perspectiva, enfatizam um elemento arquitectónico, matizam um contraste, sugerem uma relação. Configuram ideias latentes com uma unidade e uma intenção num projecto.

Toda uma cultura ambiental, sociológica ou tradicional, a força pessoal de um génio, a harmonia de um espírito equilibrado, a técnica de um bom profissional, a sábia tradição de um povo conhecedor e amante das plantas, as mil e uma funções que ao longo dos séculos o jardim desempenhou, traduzem-se numa forma mais complexa do que nos pode parecer à primeira vista.

Reconhecer num jardim o seu valor como monumento cultural é o primeiro passo para compreender a mensagem que o jardim nos quer transmitir. É sentir-mo-nos identificados com a verdadeira *obra de arte* nesse ânimo inexplicável, denso, profundo e misterioso que todos sentimos algumas vezes. Há a beleza, a arte, aparentemente simples ou ingenuamente complexa e certamente

elaborada de uma forma sábia e ponderada. No seu todo não há uma só nota discordante a romper o encanto.

Apaixonados pela força da sua mensagem poética e do imenso testemunho cultural que representam dentro do riquíssimo e variado leque de tradições e culturas, pretendemos recuperar em muitos casos, e noutros, evitar que se perca este património singular. Num e noutro caso a recuperação da *imagem* do jardim, é o que nos levará ao âmago da *emoção* estética que o jardim nos sugere e onde estará a sua própria essência, pois a forma original é impossível de apreender pela mutabilidade temporal intrínseca à sua natureza.

A primeira noção da existência de um jardim, molda-se pela primeira vez na mente do Homem, na lembrança do paraíso perdido à qual se associam a fertilidade, a fecundidade, a paz e o clima suave.

O paraíso perdido mas recuperado, é uma das emoções matriciais inerentes do Homem.

Foram necessárias grandes transformações para que a noção paradisíaca tomasse forma, fosse apreendida e transmitida espiritualmente às gerações seguintes. Segundo Rubió Y Tudurí estas transformações devem ter correspondido ao primeiro glaciar<sup>36</sup>, o Homem vê desaparecer os frutos acessíveis e as árvores protectoras. Dá por si numa estepe fria, onde tem de disputar com todos os outros animais a escassa alimentação. O Homem havia perdido o seu paraíso.

---

<sup>36</sup> RUBIÓ Y TUDURÍ, *Del Paraíso al Jardín Latino*, Barcelona, Tusquets Editores, 1981, pag.25.

Assim, para Tudurí, a noção e a emoção dos jardins nasceu na pré-história, nas regiões onde o paraíso não se reproduzia com facilidade, devido ao excesso de frio, à seca, ou à aridez do solo. Os povos primitivos dos climas fáceis, com vegetação exuberante, ignoravam a jardinagem, uma vez que dela não necessitavam.

A vontade de transformar o mundo num jardim, de restituir à Terra o paraíso perdido, constitui um dos mitos mais obstinados da história da humanidade. A nostalgia do passado, lugar onde o encantamento não se perde, é reconhecido, como sendo a origem do culto do Homem pela arte dos jardins.

O arquétipo de paraíso representa-se num jardim de proporções limitadas e circunscritas, onde a vitalidade da Natureza se concretiza pela sua perfeição, oferece um clima suave, abundância de água, de frutos e de flores.

Ao longo da história foi tarefa árdua do Homem a tentativa de materialização deste paraíso perdido, através do significado religioso, da geometrização, da magia, da cosmogonia e de outras formas variadas, adaptando-o depois à sua maneira, nomeadamente à peculiar condição mediterrânica.

Ao longo dos séculos a evolução da jardinagem mediterrânica, onde se inclui a portuguesa, deu-se de um modo um pouco diferente da que ocorreu pela restante Europa, se bem que tenha sofrido um pouco de todas as influências decorrentes das transformações dos jardins ao longo do tempo. O espírito deste jardim sobrevive de um modo mais puro no vergel do pequeno agricultor e do artesão, no claustro plantado e preserva-se, ali, do ambiente que o rodeia.

Este apego ao artifício natural, natureza artificiosa, reconhecimento da estética inerente aos elementos naturais, deve-se seguramente às condicionantes naturais a que os países mediterrânicos, nomeadamente Portugal, estão sujeitos: clima irregular traduzido por períodos de secura e calor, com fraca pluviosidade, simultâneos, e solos pobres são as características naturais constantes, que não permitem o grande desenvolvimento das espécies vegetais e que vão determinar uma paisagem completamente distinta, dos países da Europa Central, de desenho irregular, de culturas variadas e agrossistemas multifuncionais.

Estes agrossistemas (campos, hortas, prados, matas) interpenetram-se de forma promíscua, adaptando-se aos condicionantes biofísicos (topografia do terreno, solos e clima), resultando assim um desenho de paisagem perfeitamente distinto da paisagem dos países atlânticos, onde estes mesmos factores (biofísicos), permitem um traçado regular da paisagem e a definição de cada um dos seus agrossistemas.

Considerando o jardim como um artifício da paisagem, paisagens distintas originarão, sem dúvida, jardins distintos. A uma paisagem organizada e regular do Centro da Europa, corresponderá, certamente, um traçado de jardim também regular, onde as funções não se misturam, assim como não se misturam os diversos componentes dos agrossistemas na paisagem. A uma paisagem multifuncional e imbricada, como a dos países mediterrânicos, corresponderá um jardim rico em contrastes, irregular, onde as funções se complementarizam.

Numa paisagem mediterrânica de verões secos, os cultivos estivais exigem a prática de regas que impõem o terraceamento das terras em tabuleiros quase horizontais, separados uns dos outros por socalcos. Aparece-nos então uma paisagem constituída geralmente por uma sucessão de terraços, a diferentes níveis ou desníveis, mais ou menos pronunciados conforme a inclinação original do terreno. Estes múltiplos terraços são suportados por muros de encosto a que frequentemente se apoiam fontes e tanques dos quais irradiam complexos sistemas de rega.

Pelo contrário, nos países do Centro da Europa onde as chuvas ocorrem distribuídas uniformemente ao longo de todo o ano, e onde predominam suaves ondulações do terreno, o terraceamento não tem qualquer justificação, e as obras de rega quase não existem, acumulando-se a água das chuvas nas depressões, onde aparecem pequenos lagos e pântanos ou valas. Os jardins mais famosos, franceses e ingleses, ostentam lagoas e canais, em vez de tanques e fontes, como elementos de recreio e composição paisagística. Para quebra da monotonia do relevo, recorrem a uma criteriosa distribuição de maciços de arvoredo que enquadram grandes espaços, para não se sofrer uma sensação de afogamento no âmago de uma floresta. Hortos, pomares, prados, bosques, pastagens sucedem-se num plano contínuo, separados, quando muito, por sebes ou cortinas de abrigo, que conferem uma maior plasticidade de composição.

Como refere Orlando Ribeiro<sup>37</sup>, as condições edafoclimáticas do nosso país, são as características naturais que o aproximam mais dos países mediterrânicos do que dos países de clima atlântico, apesar de se encontrar numa posição geográfica periférica relativamente àqueles.

Esta posição, que separa as regiões de clima mediterrânico e de clima atlântico, e que constitui um ecótono, faz com que se encontrem aqui as paisagens características dos países mediterrânicos.

Aquela posição geográfica, para além de conferir ao território português, como já foi referido, características naturais completamente distintas das da Europa Central, determina também um afastamento dos grandes centros culturais, mesmo relativamente aos países mediterrânicos. Este factor, mais que o das características naturais - que apesar de serem semelhantes às do nosso país revelam realidades perfeitamente distintas relativamente à arte dos jardins - contribui para a grande diferença e originalidade da especificidade do jardim português, que se traduz numa criação artística, única, com elementos vivos, uma vez que determina um afastamento e isolamento relativamente à restante Europa Mediterrânea e aos seus formulários artísticos, assegurando assim a continuidade da essência do jardim mediterrânico na Europa.

Em Portugal, os jardins mantiveram-se intimamente ligados aos hábitos vivenciais e ao imaginário profundo da alma dos portugueses. As transformações estilistas parecem apenas afectar o aspecto decorativo, revelando os nossos jardins

---

<sup>37</sup> RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Colecção "Nova Universidade", Livraria Sá da Costa Editora, Lisboa, 1987, pág. 41.

características permanentes ao nível profundo do conceito de espaço e de uma forma particular de sentir e viver esse universo.

Como é definido por Aurora Carapinha<sup>38</sup>, a Quinta de Recreio é o espaço mais característico da arte dos jardins em Portugal, e onde mais claramente se expressa o conceito de jardim na cultura portuguesa, que se revela um espaço descontínuo, intimista, valorizado nas partes que o constituem, estando, no entanto, ligadas e unificadas pelos elementos construídos e de carácter lúdico que surgem nas Quintas.

A água é um elemento unificador do espaço percorrendo toda a Quinta, proporcionando pontualmente locais de estadia.

As relações visuais estabelecidas através de caramanchões, casas de prazer, pavilhões, miradouros, situados em pontos de maior cota, contribuem também para a unificação do espaço. Quando o declive é menos acentuado, estas relações visuais são feitas através das aberturas nos muros, ou no rebaixamento dos mesmos.

Os azulejos são outro elemento de ligação, tanto dos diferentes espaços, como do exterior para o interior do edifício.

A vegetação tem também, na Quinta e no Jardim Português, um papel fundamental na unificação do todo, através de treliças, latadas, túneis de verdura, sebes onde se valoriza mais o carácter natural da espécie vegetal do que o seu

---

<sup>38</sup> CARAPINHA, Aurora, *Da Essência do Jardim Português*, vol. I, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de doutor no ramo de Artes e Técnicas da Paisagem. Especialidade de Arquitectura Paisagista e Arte dos Jardins, Universidade de Évora, Évora, 1995, pág. 23.

tratamento plástico, que se expandem e sucedem ininterruptamente por todo o espaço.

Sintetizando, pode-se caracterizar o Jardim Português como um todo organizado. É um espaço de muitos sub-espços feito - a mata, o pomar, a horta, o horto de recreio. Recreio e produção partilham o mesmo espaço, relacionando-se formal e funcionalmente.

Em áreas cuja função primordial é a produção, encontram-se elementos construídos, arquitectónicos e/ou escultóricos que marcam pontualmente lugares de estadia com um ambiente particular conferido pela água, luz, aroma, sons e sombra que se fazem sentir nestes espaços. Geralmente constituem miradouros sobre as áreas de produção, podendo estar presentes em elementos prioritariamente funcionais, como são os sistemas de rega, os quais são frequentemente acompanhados pela imagética e o cromatismo dos azulejos.

Pérgolas, caramanchões, e casas de prazer, próximo de pontos de água, de onde, recatados das vistas, se frui a paisagem envolvente, constituem fontes de sombra e frescura.

Surgem assim, pontualmente e de forma descontínua, pequenos espaços intimistas, feitos de momentos ou pequenas histórias, que se traduzem no valor fundamental do Jardim Português. A esta qualidade do desenho acresce o desenho mutável gerado pela luz/sombra e pelos aromas, ganhando o jardim português uma dimensão etérea.

A essência que fundamenta o desenho do jardim português determina que, uma atitude de recuperação seja uma operação muito delicada, pois atribuir um valor e perpetuar a luz (elemento de grande importância) subtil, delicada, tão própria de cada jardim e aos sons, aos perfumes, qualidades ambientais etéreas, é um objectivo difícil de alcançar.

## 2. PLANOS ORIENTADORES, PLANOS DE GESTÃO, PROJECTOS E INTERVENÇÕES DE RECUPERAÇÃO DE JARDINS HISTÓRICOS EM PORTUGAL

Dos trabalhos de recuperação que têm vindo a ser desenvolvidos no nosso país seleccionaram-se um conjunto de estudos e experiências, sobre os quais se apresentam e tecem algumas considerações, tanto pela sua abordagem distinta ao tema – recuperação, e ao objecto – jardim, como por serem estudos relativamente recentes ( da década de 90), como também por constituírem estudos já finalizados.

Para uma maior sistematização na análise foram divididos em três tipos de abordagem:

- Uns que se apresentam como planos orientadores de futuras acções de recuperação.
- Outros que se intitulam projectos de recuperação e planos de gestão.
- Outros ainda que se podem denominar como acções de recuperação.

Do primeiro conjunto foram estudados:

*O Parque de Monserrate, acerca do plano de recuperação*<sup>39</sup>. Constitui o relatório final da licenciatura de Arquitectura Paisagista, elaborado por Helena Gomes, em 1993. Estrutura-se da seguinte forma: Em primeiro lugar, é feita uma

---

<sup>39</sup> GOMES, Helena, *O Parque de Monserrate, Acerca do Plano de Recuperação*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura de Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1993.

análise do enquadramento histórico, da caracterização biofísica e paisagística, do estado de conservação e das suas causas. Em seguida faz uma abordagem ao espírito da recuperação, através da Carta de Veneza e da Carta de Florença e uma referência à recuperação de Jardins Históricos em Portugal. Estabelece, então, quais as condições prévias para a recuperação de um Jardim Histórico, a necessidade de algumas acções e decisões, das quais depende o êxito da recuperação, nomeadamente, a coordenação de esforços e de entendimento mútuo e inter-institucionais, a necessidade da designação de uma equipa técnica responsável, a admissão de pessoal especializado, as prioridades de intervenção e o estabelecimento de princípios regulamentares e de um regulamento interno, que permitam a implementação de um plano de recuperação, uno e contínuo, que prevejam e antecipem qualquer alteração.



Fot. 1 e 2 – Parque de Monserrate

Fonte: GIÕES, Claudia, *Aproximação a Metodologias de Reabilitação do Parque de Monserrate (Sistema de Caminhos e Sistema de Água)*, Relatório de Final de Curso da Licenciatura de Arquitectura Paisagista, Évora, 1998, p. 13 e 93.

*A Quinta dos Marquesses de Fronteira, um Jardim Português*<sup>40</sup>. Constitui o relatório final da licenciatura de Arquitectura Paisagista, elaborado por João Mateus, em 1995. Estrutura-se do seguinte modo: Primeiramente, é feita uma análise descritiva e interpretativa da Quinta, relativamente aos seus elementos estruturais e estruturantes, a saber; topografia, água, vegetação, percursos e das diferentes partes que constituem o Jardim (jardim formal, jardim de Vénus, pomar, horta, mata). Seguem-se depois recomendações e princípios orientadores para futuras intervenções, nomeadamente são definidas as filosofias de intervenção a seguir e quais os conceitos subjacentes, tendo em conta o princípio geral de fazer veicular uma cultura, conciliando o programa original que se pretende implementar, conducente a uma vivência efectiva do espaço. Refere ainda a importância das causas da degradação e da sua sustentação através de medidas prioritárias e de carácter pontual que dêem resposta urgente à recuperação de alguns elementos em avançado estado de degradação, antes da recuperação, de todo o espaço, propriamente dita. Fazem-se ainda algumas recomendações de como agir no futuro plano de recuperação. Sublinha a importância das articulações na organização do espaço e as funções que poderá vir a ter, tendo em conta que a especificidade e a autonomia de cada espaço proporcionará uma utilização actual compatível com o seu programa original, garantindo a sua continuidade de objecto erudito e de prazer, minimizando o afastamento indesejável entre o programa original e o programa de utilização contemporâneo que se pretende implementar.

---

<sup>40</sup> MATEUS, João, *A Quinta de Recreio dos Marquesses de Fronteira, um Jardim Português*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura de Arquitectura Paisagista, Évora, 1995.



Fot. 3 – Quinta dos Marquês de Fronteira.

Fonte: CARDOSO, CARITA, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, Lisboa 1990, p. 92 e 93

*A Quinta do Paço de Valverde, contributos para o estudo de um Jardim Histórico*<sup>41</sup>. Constitui também o relatório final da licenciatura de Arquitectura Paisagista, elaborado por Rafael Domingos, em 1995. Organiza-se da seguinte forma: Em primeiro lugar faz uma breve abordagem às recomendações estabelecidas na Carta de Florença, que é seguida de uma análise descritiva e interpretativa do espaço, nomeadamente, dos seus elementos de composição, topografia e caracterização dos espaços constituintes, (pomar, deserto, hortas e horto de recreio). Seguidamente estabelece os princípios orientadores para futuras intervenções, refere as causas da degradação e propõe um uso para o espaço que assenta em primeiro lugar, num espaço de recreio e contemplação, e só depois

---

<sup>41</sup> DOMINGOS, Rafael, *A Quinta do Paço de Valverde, Contributos para o Estudo de um Jardim Histórico*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Évora, 1995.

num *Centro de Estudos da Arte da Paisagem e dos Jardins Históricos*. Propõe alguns trabalhos pontuais, nomeadamente trabalhos arqueológicos, trabalhos de manutenção e a permanência da vegetação mediterrânica. Faz referência ao tipo de filosofias de intervenção a aplicar com base numa utilização de recreio com produção sucedânea. Estabelece um conjunto de ambiências a preservar com uma leitura objectiva do espaço. Finalmente, com o objectivo de manter uma universalidade inerente a este Jardim e de perdurar o espírito do local propõe uma série de princípios assentes num programa de ludicidade/produção para cada um dos espaços constituintes deste Jardim (pomar, mata, horta, horto de recreio), tendo em atenção a volumetria inerte e as suas condicionantes, os corredores de luz/sombra, a inviolabilidade do sistema hídrico, o intimismo e recolhimento próprio desta Quinta.



Fot. 4 – Quinta do Paço de Valverde

Fonte: CARDOSO, CARITA, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, Lisboa, 1990, p. 131.

*O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Acerca da Cerca, contributos para a definição de princípios orientadores para uma proposta de recuperação*<sup>42</sup>.

É também o relatório final da licenciatura de Arquitectura Paisagista, elaborado por Elisabete Ferreira em 1997. Estrutura-se do seguinte modo: Em primeiro lugar apresenta a metodologia que utiliza e uma análise do contexto sócio-cultural, da caracterização biofísica, da histórica, dos espaços constituintes da Cerca e dos seus sistemas, nomeadamente, do topográfico, hídrico, vegetal e de percursos. Refere a articulação dos sistemas constituintes deste espaço e faz uma caracterização espacial da Cerca actual. Numa segunda parte apresenta um plano director de futuros trabalhos de recuperação onde inclui, os princípios orientadores, a constatação das patologias e suas causas. Faz uma série de considerações acerca das filosofias de intervenção, questionando conceitos, estabelecendo o que é essencial preservar num Jardim, avançando de como deverão ser as acções de recuperação. Estabelece um critério hierárquico e as razões que determinam uma prioridade na recuperação, assim como as advertências definidas por uma filosofia geral de intervenção, abrangida por directivas de recuperação. Finalmente define um programa para futuras utilizações, acautelando a salvaguarda dos espaços da Cerca, garantindo a sua perpetuação, indiferentemente do uso que possam vir a ter, quer seja de carácter pedagógico, cultural ou meramente de recreio, estabelecendo funções diferentes para cada espaço, consoante as suas características.

---

<sup>42</sup> FERREIRA, Elisabete, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Acerca da Cerca, Contributos para a Definição de Princípios Orientadores para um Proposta de Recuperação*, Évora, 1997.

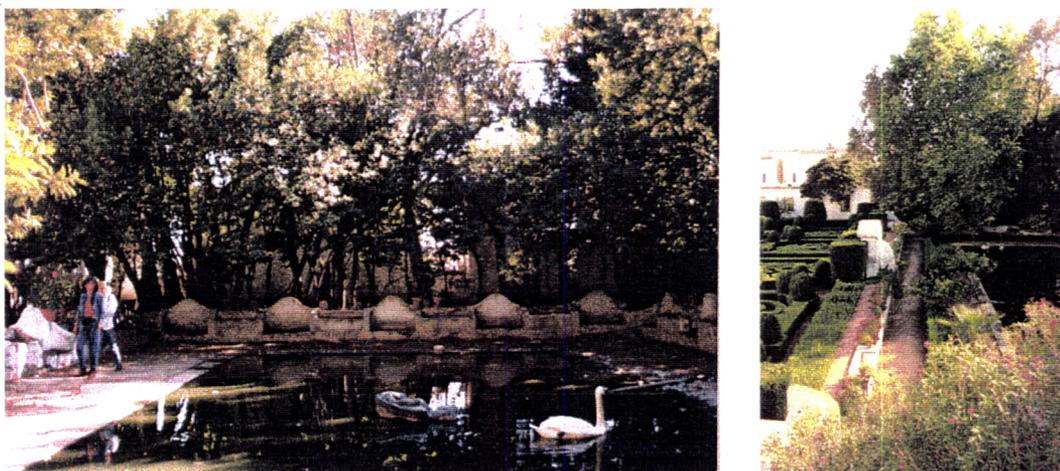


Fot. 5 e 6 – A Cerca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça

Fonte: FERREIRA, Elisabete, *Acerca da Cerca, O Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Contributos para a Definição de Princípios Ordenadores para uma Proposta de Recuperação*, Évora, 1997, Anexos.

*A Evolução e Revalorização do Reguengo e dos Jardins do Paço Ducal de Vila Viçosa*<sup>43</sup>, Constitui a dissertação final de mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, elaborado por José Manuel Perdigão, em 1994. Estrutura-se do seguinte modo: Inicia-se com uma breve análise do local para em seguida apresentar as bases para a proposta de revalorização, que consistem em analogias estabelecidas entre os Jardins em questão e outros da mesma época. Seguem-se algumas propostas de acções pontuais, no Reguengo, em geral, na rede de drenagem, nos caminhos, muros e outras construções, e nas estruturas e mecanismos hidráulicos. São ainda referidas acções pontuais de intervenção para cada um dos espaços constituintes destes Jardins.

<sup>43</sup> PERDIGÃO, José, *Evolução e Revalorização do Reguengo e dos Jardins de Vila Viçosa*, Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Artístico, Évora, 1994.



Fot. 7 e 8 – Jardins do Paço Ducal de Vila-Viçosa

No âmbito dos Projectos de Recuperação e Planos de Gestão foram considerados os seguintes trabalhos:

*A Recuperação do Jardim de Estói, Projecto de Execução*<sup>44</sup>, elaborado pelo Arquitecto Paisagista João Cerejeiro, em 1994. Este projecto de execução segue-se a um estudo elaborado pelo mesmo autor, e que pensamos ser relevante abordar, uma vez que constitui uma base para a elaboração deste projecto de execução. Assim sendo este primeiro estudo estrutura-se do seguinte modo: em primeiro lugar surge-nos uma análise do jardim, relativamente à sua caracterização biofísica, à sua história, ao seu levantamento e à definição de acções prioritárias, no que diz respeito à água, à vegetação e aos pavimentos e elementos construídos presentes no jardim. Em seguida é feita uma análise dos diferentes espaços constituintes do jardim, onde são já feitas algumas propostas de intervenção e de utilização futura. Para terminar surge-nos o caderno de encargos

---

<sup>44</sup> CEREJEIRO, João, *Recuperação do Jardim de Estói – Projecto de Execução*, Lisboa, 1994.

relativo à vegetação (plantações, podas, limpezas de árvores e arbustos e transplantações).

Após este estudo surge o projecto de execução, propriamente dito, que se faseia da seguinte forma: inicia com uma pequena caracterização do Jardim, para em seguida se debruçar sobre o tema da recuperação, referenciando a metodologia utilizada, a filosofia subjacente, a relação programa proposto/capacidade de carga e a especificação do programa propriamente dito. Neste ponto são referidas particularmente as infraestruturas, a facilidade da manutenção do programa, a rentabilização da Quinta e a sua gestão. É ainda feita uma abordagem no que respeita à implantação de medidas de segurança e preservação do local, às acções de restauro e de conservação em inertes e às primeiras acções que devem ser implementadas no processo da recuperação. Este projecto conclui-se com a apresentação de um plano de acompanhamento da obra, de um organigrama e de um caderno de encargos e orçamento.



Fot. 9 e 10 - Jardim de Estói

*O Jardim Das Damas*<sup>45</sup>, trabalho levado a cabo pelos Arquitectos Paisagistas Mário Fortes e Rita Gonçalves, em 1995.

O Jardim das Damas, localizado a Norte do Palácio Nacional da Ajuda, foi construído nos finais do séc. XVIII como espaço de recreio destinado a senhoras da corte. Posteriormente, após a construção do actual palácio no séc. XIX, foi utilizado como horta e pomar. Já neste século, permaneceu vários anos como depósito e estaleiro de obras.

De estrutura invulgar, ocupa uma área de 3000 m<sup>2</sup>, distribuindo-se por duas plataformas dominadas por um mirante. Do jardim original, subsistiu um invulgar conjunto de lagos e cascatas, que tal como as restantes estruturas se encontrava bastante degradado.

O programa de recuperação do jardim atendeu a uma vasta pesquisa histórica, apoiada localmente por pesquisa arqueológica de estruturas e sistemas subterrâneos.

O projecto desenvolvido a partir de todos os elementos compilados, procurou recriar o Jardim segundo os conceitos estéticos, portugueses, de finais do séc. XVIII, atendendo à recuperação de estruturas subsistentes, à reintegração actualizada de elementos perdidos (evitando falsear a veracidade histórica do local) e redução das exigências de manutenção.

A obra de recriação do Jardim teve, portanto, que cumprir os objectivos projectuais, recorrendo a materiais e técnicas adequadas no sentido de assegurar a qualidade da obra e o controle de custos finais.

---

<sup>45</sup> Esta informação resultou de uma conversa com os autores do projecto.

Para além do restauro dos elementos e estruturas setecentistas, foram integralmente preservadas todas as pré-existências anteriores à transformação do Jardim em estaleiro de obras, justificado pelos estudos preliminares. O restauro das peças existentes, só se iniciou após a realização de um estudo rigoroso por técnicos de restauro, a partir do qual e com a colaboração dos projectistas foi definida a estratégia final da intervenção.

A impossibilidade de reactivação do importante sistema de condução de águas não impediu a sua conservação, todos os elementos subterrâneos escavados foram soterrados após escavação de forma a garantir a sua preservação integral.



Fot. 11 e 12 - Jardim das Damas

*O Jardim Botânico da Ajuda , Projecto de Recuperação<sup>46</sup>*, elaborado em 1995, pela Professora Doutora Cristina Castel-Branco, com a colaboração da Arquitecta Paisagista Ana Luísa Soares e a Arquitecta Paisagista Teresa Chambel, tendo constituído o estudo histórico, a inventariação e a proposta de recuperação

---

<sup>46</sup> CHAMBEL, T. e SOARES, A., *Jardim Botânico da Ajuda, História, Inventariação, Proposta de Recuperação do Material Vegetal*, Relatório do Trabalho de Fim de Curso de Arquitectura Paisagista, Lisboa, 1995.

do material vegetal, o relatório apresentado para a obtenção do grau de licenciatura de Ana Luísa Soares e Teresa Chambel..

Dadas as características deste jardim – jardim com grande valor didáctico-cultural, aberto ao público - e as sucessivas alterações que o seu desenho foi sofrendo ao longo do tempo, o trabalho de recuperação incide grandemente numa pesquisa histórica que revela a sua adaptação aos gostos e necessidades das diferentes épocas que foi atravessando. A análise histórica e do estado actual, levou à conclusão de que o mais grave problema detectado neste jardim era o do empobrecimento da sua colecção botânica devido ao facto do jardim apresentar, para além da função didáctica do coleccionismo botânico, também a função de lazer e recreio que se sobrepôs à primeira, sendo esta diluída.

Assim sendo o projecto de recuperação deste jardim contemplou as duas funções, a didáctica e de investigação ligada à botânica e ao coleccionismo e a de lazer, função primeira de qualquer jardim. Tendo como objectivo os pressupostos enunciados, os trabalhos propostos foram:

- . A recuperação de todos os elementos construídos que participem na definição e enquadramento espacial do jardim.
- . A recriação do traçado original dos canteiros do tabuleiro superior e reposição da colecção botânica, onde cada planta fica individualizada num pequeno canteiro de 1mx1m.
- . A criação de um jardim de plantas aromáticas para invisuais, onde existem linhas condutoras no chão e as plantas estão identificadas em braille.
- . A reactivação das estufas, reintroduzindo a produção de plantas.

- . A recuperação da zona da mata com associações da flora portuguesa.
- . A etiquetagem das espécies expostas e edição do respectivo catálogo.
- . A criação das condições essenciais para o acolhimento, apoio e enquadramento de visitantes.
- . O estabelecimento dos meios necessários para permitir a obtenção de receitas que venham a garantir a manutenção do jardim.

A estratégia de intervenção definiu as seguintes acções:

- . A implantação de uma rede de rega.
- . A implantação de uma rede de drenagem, considerando e utilizando a existente.
- . A reconstituição dos pavimentos.
- . O restauro de elementos arquitectónicos e escultóricos.
- . A reposição das canalizações e bicos que alimentam os lagos.
- . A introdução de mobiliário e iluminação funcional e cenográfica.
- . O restauro do chalet da entrada como ponto de recepção e centro de informação didáctica do jardim.
- . A reconversão de uma das estufas em restaurante/casa de chá.
- . A compatibilização das instalações existentes para um adequado apoio ao ensino e à investigação.
- . A formação de pessoal especializado para conservação do elenco florístico introduzido.
- . A formação de pessoal especializado para acompanhar os visitantes.

Um dos pontos mais importantes deste processo de recuperação é, segundo as autoras, a reconstituição da colecção botânica, que se instalou no tabuleiro superior por áreas fitogeográficas, tendo em consideração à história da sua introdução em Portugal e à sua associação aos descobrimentos.

A escolha das espécies vegetais introduzidas nos canteiros foi determinada pelas espécies arbóreas já existentes, que condicionaram, sempre que possível, a zona geográfica representada. Em cada uma destas zonas geográficas o critério que presidiu à escolha das espécies foi a sua menor vulnerabilidade ao nosso clima. A ordenação destas mesmas espécies foi estabelecida segundo a classificação de Cronquist, considerado um dos sistemas de classificação mais moderno, que agrupa as angiospérmicas em várias subclasses, tendo em conta inúmeros caracteres e a filogenia dos taxa.



Fot. 11 e 12 – O Jardim Botânico da Ajuda

*A Mata dos Sete Montes, Plano de Ordenamento e Gestão*<sup>47</sup>, elaborado pelo Arquitecto Paisagista João Mateus, em 1996. Este plano, tal como o primeiro, é antecedido de um outro estudo que contempla a caracterização e o diagnóstico deste espaço<sup>48</sup>. É feita numa primeira abordagem uma referência à metodologia utilizada, à construção da paisagem e ao modo como se insere no território, à sua história e ao espaço em si, nomeadamente, à sua morfologia, água, vegetação, percursos e a um diagnóstico de avaliação do estado de degradação, com o objectivo de determinar prioridades e o tipo de intervenções a efectuar. Para tal foram delimitados pequenos espaços, dentro do todo que é a Mata dos Sete Montes, e caracterizados, formalmente e estruturalmente. Foi ainda estabelecida uma escala de avaliação da degradação encontrada, de acordo com o seu grau.

Na sequência deste estudo surge-nos o plano de ordenamento que compreende uma caracterização geral do espaço e o estabelecimento das filosofias de intervenção. São depois analisados individualmente os sistemas constituintes do espaço, nomeadamente, o sistema topográfico, da água, da vegetação, dos percursos e relações visuais, relativamente à sua caracterização, estado de conservação, filosofias de intervenção e acções previstas. Em seguida são referidas as intervenções localizadas nos espaços, onde se incluem, para cada espaço, o conceito da proposta, os materiais e técnicas construtivas a utilizar e uma estimativa de custos.

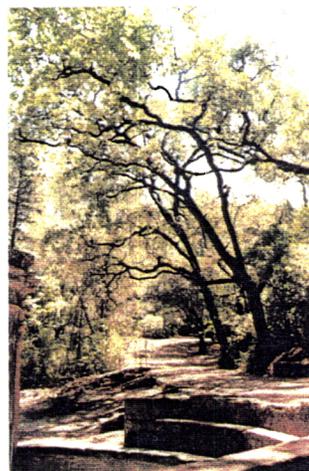
---

<sup>47</sup> MATEUS, João, *Mata dos Sete Montes, Plano de Ordenamento e Gestão*, Tomar, 1996.

<sup>48</sup> Este estudo teve a colaboração dos Arquitectos Paisagistas Claudia Taborda, João Gomes da Silva e Inês Norton de Matos.



Fot. 13 – Aqueduto que alimenta o sistema de água da Mata dos Sete Montes



Fot. 14 – Mata dos sete Montes

*O Projecto de Execução para a Recuperação do Jardim de Olivã*<sup>49</sup>, elaborado por Elsa Barroso, em 1997, e que constitui parte do seu relatório final da licenciatura de Arquitectura Paisagista. Em primeiro lugar, é apresentada a metodologia a utilizar no projecto de recuperação do Jardim, com base em critérios definidos por Carmen Añon Feliú e apresentados por Claudia Taborda. Faz, em seguida, o enquadramento e localização do Jardim, assim como a sua caracterização e um estudo paisagístico. Desenvolve um estudo do uso e função do jardim, existente e potencial, que se traduz em propostas de utilização, com base numa análise do estado de conservação do espaço e tendo em consideração alguns princípios conceptuais, nomeadamente a adequação a novos usos, enfatizando as vertentes lúdicas e pedagógicas. Explana das técnicas de conservação a utilizar, assim como dos problemas a elas inerentes. Refere ainda algumas filosofias e conceitos base de atitudes e políticas de protecção utilizados.

---

<sup>49</sup> BARROSO, E., *Uma Experiência em Arquitectura Paisagista,...*, *Projecto de Execução para a Recuperação do Jardim de Olivã*, Relatório de Fim de Curso de Arquitectura paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1997.



Fot. 15,16 e 17 – Jardim de Olivã

Fonte: BARROSO, Elsa, *Projecto de Execução para a Recuperação do Jardim de Olivã*, Évora, 1997, p. 98.

No terceiro caso, acções de recuperação, foram estudados os seguintes trabalhos:

*A Quinta de Ribafria*<sup>50</sup>, (intervenções levadas a cabo pela empresa de jardinagem *Vadeca*), O início destes trabalhos foi a análise do estado de conservação em que se encontrava a Quinta, de onde se concluiu que as causas da degradação verificada era em grande parte decorrente do crescimento descontrolado da vegetação e abandono do sistema de produção. Eram, contudo, perceptíveis os diversos espaços e sistemas, à excepção de grande parte do sistema de água (caleiras embutidas nos muros que foram encontradas com a limpeza).

Os intervenientes directos no processo, tanto no estabelecimento do programa, como na metodologia a utilizar, foram os proprietários (interessados

---

<sup>50</sup> Esta informação resultou de uma conversa com alguns dos intervenientes no processo.

em vender a propriedade) e os potenciais compradores, uma empresa estrangeira interessada em recuperar a Quinta como um local de refúgio aprazível e incentivador da criação intelectual, considerando nomeadamente, a recuperação da horta, com produção biológica e o pomar de laranjeiras.

Foram, entretanto, realizados trabalhos no jardim de buxo, onde não havia referência de desenho, pelo que após uma limpeza geral das infestantes (heras e silvas), foi feito um corte superior e detectadas as linhas formadas pelos pés de buxo, o que permitiu com alguma dificuldade, interpretar o desenho existente que se tentou manter<sup>51</sup>, não tendo sido colmatadas algumas falhas por falta de verba<sup>52</sup>. O buxo estava bastante debilitado o que implicou uma adubação para lhe aumentar a resistência. Embora o jardineiro (responsável pela manutenção da Quinta) dissesse que um corte por ano era suficiente para a manutenção do jardim de buxo, constataram que seriam necessários, no mínimo, quatro cortes por ano.

Na horta foi feita a limpeza e a implantação de uma *horta biológica*, respeitando a estrutura de caminhos e caleiras existentes, foram feitos trabalhos de limpezas, podas e tratamentos no pomar de laranjeiras e outros citrinos e introduzido um sistema de rega gota a gota e por aspersão.

Na mata procedeu-se à limpeza da vegetação, dos caminhos e das minas.

---

<sup>51</sup> Entendemos que este trabalho deveria ter sido baseado num levantamento prévio e numa definição da intervenção.

<sup>52</sup> Embora o jardineiro (responsável pela manutenção da Quinta) dissesse que um corte por ano era suficiente para a manutenção do jardim de buxo, constataram que seriam necessários, no mínimo, quatro cortes por ano.

Nos caminhos procedeu-se a uma limpeza selectiva, no sentido de desobstruir a passagem e de garantir a não deterioração dos materiais, mantendo a ambiência.

Nos muros e caleiras (geralmente em alvenaria com as caleiras revestidas a pedra) foi feita uma limpeza total no sentido de tornar visíveis os elementos e de controlar posteriormente o crescimento da vegetação, musgos, fetos, etc. Foram retiradas as infestantes, com extremo cuidado, uma vez que não era previsível a reposição/recuperação das estruturas construídas. Finalmente foram escovadas com escovas de aço e de nylon duro, para evitar a danificação da pedra.

No sistema de água a circulação era feita, antigamente, por gravidade, actualmente é feita por bombagem (sistema introduzido para alimentar o tanque, a fonte da horta e o pomar). Quanto ao tanque da horta, tal como as caleiras, foi sujeito a uma limpeza dos muros, sem recorrer a processos químicos.



Fot. 18 e 19 – Quinta de Ribafria

Fonte: CARDOSO, CARITA, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, Lisboa 1990, p- 47.

*A Cerca do Mosteiro de Tibães*<sup>53</sup>, trabalho elaborado pela Arquitecta Paisagista Maria João Costa.

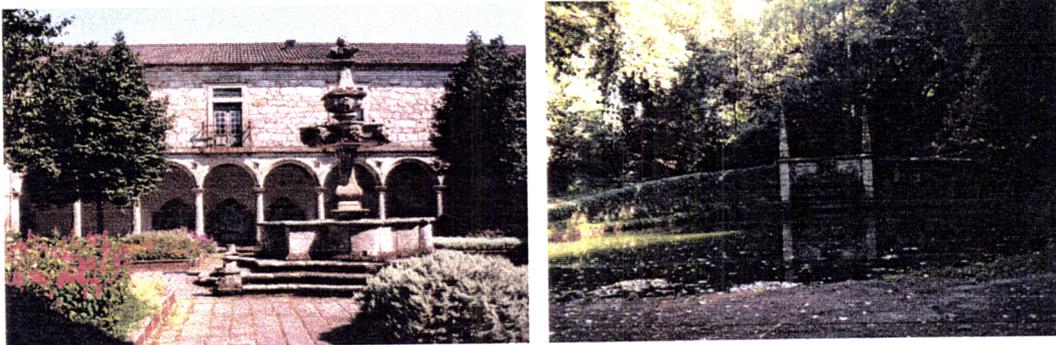
Os trabalhos na Cerca de Tibães assentam em cinco grandes pontos fundamentais:

- . A sustentação do estado de degradação.
- . A protecção contra o risco de incêndio, onde se encontram incluídos, numa primeira fase, a limpeza da mata, a vigilância e a educação dos visitantes. Numa segunda fase, mas já implementado, um estudo hidrogeológico, com o objectivo de localizar e abrir dois furos, com depósitos, na mata.
- . A minimização da degradação introduzida pelos visitantes e funcionários, onde se incluem acções como, a orientação dos utilizadores para determinados percursos; a localização estratégica de planos de plantação, para chamar a atenção para as intervenções que estão a decorrer; a distribuição de folhetos aos visitantes, elucidando-os do que é este espaço e da sua importância; e a identificação das plantas com pequenas placas, para que os visitantes se sintam envolvidos nas acções de salvaguarda.
- . A recuperação do circuito hidráulico que inclui a inventariação da localização, o sistema de distribuição e causas da degradação; a recolha e análise de amostras de água; a não substituição do circuito hidráulico existente, mantendo-o como testemunho e procurando criar alternativas (um outro paralelo).

---

<sup>53</sup> Esta informação resultou de uma conversa com a responsável pelas intervenções.

. A limpeza da mata que inclui uma divisão em zonas, a zona histórica, cuja mata sofreu uma invasão de acácias, que está a ser controlada, mas de um modo muito lento; e a mata climácica, repovoada com pinheiros e sobreiros e outras árvores de corte.



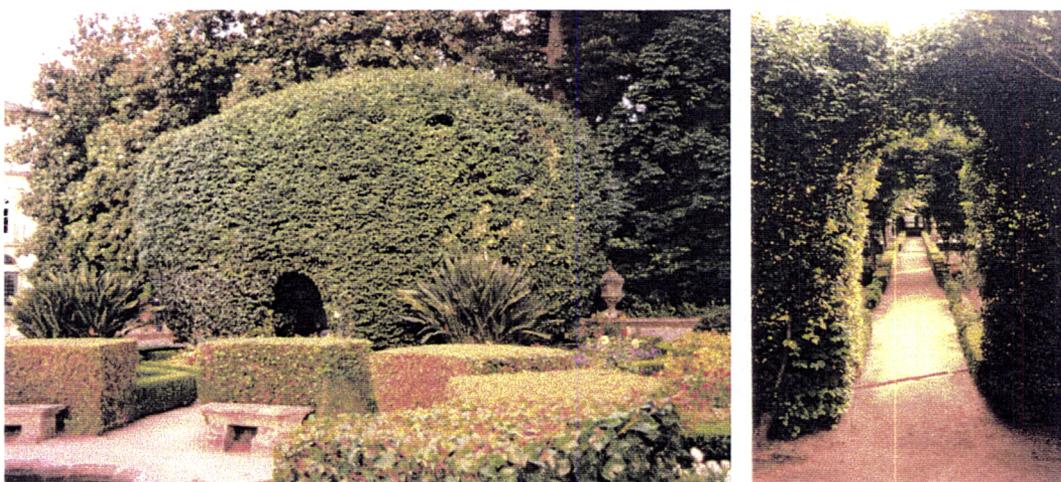
Fot. 20 e 21 – Cerca do Mosteiro de Tibães.

*O Jardim dos Biscainhos*<sup>54</sup>, trabalho iniciado pela Arquitecta Paisagista Maria João Costa.

Dos trabalhos que se iniciaram neste Jardim, mas que por diversas razões, que excedem o âmbito deste trabalho, não tiveram continuidade, são de referir, a análise do seu estado de conservação, o levantamento das infraestruturas, a verificação da autenticidade dos elementos presentes, um estudo da viabilidade da recuperação, a instalação de uma rede de rega e de uma rede de drenagem, a consolidação de pavimentos, e a poda, plantação e abate de alguns elementos vegetais.

---

<sup>54</sup> Esta informação resultou de uma conversa com a responsável pelos trabalhos.



Fot. 22 e 23 – Jardim dos Biscainhos

De um modo geral podemos considerar que os trabalhos elaborados por Helena Gomes, João Mateus, Rafael Domingos e Elisabete Ferreira, incluídos no grupo de trabalhos designados como planos orientadores de futuras acções de recuperação, se identificam com a primeira fase da metodologia de recuperação definida por Carmen Añon Feliú, correspondente, segundo a autora, aos estudos prévios, aos critérios básicos e às acções complementares. Qualquer dos estudos referidos cumprem o que está elencado em cada um destes procedimentos, indo muitas vezes mais longe, inclusivamente optando por atitudes de uma fase de análise propriamente dita, veja-se o levantamento da vegetação efectuado por Rafael Domingos<sup>55</sup>. Em todos estes trabalhos é caracterizado o estado actual do jardim, em todas as suas vertentes, de uma forma não exaustiva, são postas em evidência as suas carências, é sublinhada a necessidade da elaboração do projecto de recuperação por uma equipa multidisciplinar, são indicadas quais as fases de

---

<sup>55</sup> Vidé DOMINGOS, Rafael, *A Quinta do Paço de Valverde, Herbário das Plantas Ornamentais e Frutíferas*, relatório de fim de curso da licenciatura de arquitectura paisagista, Évora, 1995.

actuação, os custos e as acções imediatas, são estabelecidos os critérios básicos que vão determinar o projecto e as linhas gerais de actuação, procurando as soluções mais adequadas, assim como as acções complementares que se consideram adequadas para assegurar a conservação e manutenção do jardim.

Apesar de corresponderem a uma primeira fase de uma metodologia de recuperação de jardins históricos, estes estudos revestem-se da maior importância, uma vez que constituem um primeiro reconhecimento do objecto sobre o qual se irão aprofundar conhecimentos e posteriormente intervir. Tal como refere Carmen Añon: *Estos estudios previos, sin los cuales es desaconsejable emprender el proyecto real de rehabilitación, nos mostrarán por una parte el estado del jardín, y por otra, las necesidades del proyecto...*<sup>56</sup>.

Nos casos considerados estes planos orientadores não tiveram como consequência o projecto de recuperação propriamente dito, à excepção do caso de Monserrate, (cujo projecto de recuperação está a decorrer passados cinco anos da elaboração do estudo referido, o que faz com que a realidade com que se depara a equipa, seja bastante distinta, principalmente ao nível do estado de degradação do objecto), e da intervenção no Jardim de Vénus na Quinta dos Marqueses de Fronteira.

A abordagem e a metodologia utilizada por este grupo de trabalhos revela e acresce algo de novo às metodologias consideradas e analisadas.

Tanto a metodologia definida pelo IAAS, da Universidade de York, como a metodologia apontada por Carmen Añon Feliú e como a abordagem de

---

<sup>56</sup> FELIÚ, Carmen, *Jardins et Sites Historiques*, Journal Scientifique, ICOMOS, Madrid, 1993, p.312.

Mariachira Pozzana, apresentam-se-nos de uma forma sectorial, por desmontagem do objecto, senão vejamos: no que se refere à vegetação ela é analisada por um lado as espécies arbóreas, por outro lado os arbustos e por outro ainda as herbáceas, depois são analisadas as obras de arte, onde se incluem as fontes, as esculturas e os elementos arquitectónicos, e depois ainda são analisadas a rede de rega e a de drenagem. Nenhuma destas metodologias mostra, analisa ou dá ênfase à forma de como estes elementos se relacionam e interagem, num todo, que constitui no fim de contas o jardim.

O que os trabalhos em questão (planos orientadores) trazem de novo, de uma forma bastante positiva, a estas metodologias é uma abordagem por sistemas, que permite uma visão de conjunto; o sistema da vegetação (das árvores, arbustos e herbáceas, da mata, do pomar e horta e do horto de recreio), o sistema hídrico e hidráulico (rega, drenagem e elementos de água), o sistema topográfico e o sistema de percursos, de que forma se estruturam e são estruturantes, de que forma se articulam e interagem, de modo a constituir o organismo complexo que é o jardim. Esta é uma abordagem que, podemos dizer, teve o seu princípio e é desenvolvida na Universidade de Évora, desde 1984, e que, segundo Aurora Carapinha – a orientadora destes trabalhos – resulta de uma interpretação das definições e objectivos da Carta de Florença, que refere no seu art. 4:

*Intervêm na composição arquitectónica do jardim histórico:*

- *a sua planta e os diversos perfis do terreno;*
- *as massas vegetais: essência, volume, jogo cromático, espaço e alturas respectivas;*

- *os elementos construídos e decorativos;*
- *as águas móveis ou estagnadas que reflectam o céu.*

Resultando a composição arquitectónica do jardim histórico da interacção destes sistemas entre si e com os momentos culturais presentes na construção de cada jardim.

Do trabalho efectuado por José Manuel Perdigão, cabe-nos dizer que não se inclui em alguma das metodologias estudadas. A análise que faz é exclusivamente historicista e por analogia com outros jardins da mesma época, o que, relativamente a uma fase de análise demonstra grandes lacunas no que diz respeito ao seu estado actual, ao seu estudo paisagístico e à própria avaliação do Jardim, que não podem ser ignorados. Relativamente às intervenções que propõe, são destituídas de um plano que as fundamente e organize de uma forma sistemática, abordando-as de uma forma pouco científica, digamos mesmo, empírica.

Do grupo de trabalhos designado por Projectos de Recuperação e Planos de Gestão, podemos dizer que é característica comum nos projectos de recuperação do Jardim de Estói, do Jardim Botânico da Ajuda e do Jardim de Olivã, a intensificação do seu uso, o que levou os seus autores a tentar conciliar uma atitude de recuperação com a criação de infraestruturas funcionais que reduzissem os encargos de manutenção, tarefa sempre difícil, dada a vocação do jardim à contemplação, quietude ou a uma ou outra actividade orientada. Nestes projectos de recuperação, a utilização do jardim foi orientada no sentido da

rentabilização dos investimentos, foram definidas áreas de utilização diferenciada e criadas condições necessárias que assegurassem um programa regular de animação, permitindo uma gestão eficaz dos espaços. Dos três jardins em questão, apenas o Jardim Botânico da Ajuda apresenta características de utilização pública, ainda que muito orientadas num sentido didáctico e de investigação, que a proposta de recuperação mantém e intensifica.

Consideramos que a utilização pública deste tipo de espaços deve ser bem equacionada. O espectáculo, a festa, a feira, devem ser organizados em jardins que apresentem as infraestruturas adequadas (quiosques, anfiteatros, cafés, restaurantes...) a concertos, espectáculos de teatro, e animações a céu aberto, onde o número de participantes é limitado quer por um sistema de convites, quer por um pagamento da entrada. As outras manifestações públicas que se considerem incompatíveis com a essência do jardim, devem ser organizadas fora, e se possível longe dos jardins históricos, de modo que, tanto o carácter contemplativo do jardim, como o carácter do evento cultural sejam usufruídos, sem interferir um com o outro. Segundo Rosario Assunto<sup>57</sup>, para uma correcta recuperação de um jardim histórico, devemos chegar a uma conclusão acerca da definição da finalidade e do uso do jardim, que geralmente se deve destinar à vivência exclusiva da contemplação. Apreciar o jardim apenas como a obra de arte que é, pelo prazer estético, não é um acto passivo mas uma acção que encontra a sua motivação e os seus objectivos na contemplação. Isto não se verifica numa obra de arquitectura, que geralmente tem uma função prática. Na obra de arte jardim,

---

<sup>57</sup> ASSUNTO, Rosario, *Téléologie des Jardins, Jardins et Sites Historiques*, Journal Scientifique, ICOMOS, Madrid, 1993, pág. 241.

pelo contrário, constitui precisamente o motivo pelo qual foi concebido e realizado.

O usufruto do jardim como a arte na natureza e a natureza na arte, é, com efeito, incompatível com qualquer programa de uso que defina este tipo de monumento como um espaço destinado à organização de manifestações, espectáculos, animações, feiras, etc.

Pela sua essência, o jardim é incompatível com todas e quaisquer manifestações de massas. As instalações que são requeridas por este tipo de evento, são com efeito, prejudiciais à vegetação, aos traçados dos caminhos mais sensíveis, aos elementos decorativos e a eventuais esculturas, a taças de água e fontes, o que pode fazer com que o jardim perca, por um período mais ou menos longo, a sua identidade cenográfica e arquitectónica. Por outro lado, o ruído deste tipo de manifestação, substituirá o silêncio próprio do jardim e da contemplação estética e poética, da obra de arte donde fazem parte integrante o murmúrio da folhagem, o canto dos pássaros, e o marulhar da água. O som causado por estes eventos, impedirá quem deseje passar um momento mais ou menos prolongado no jardim, num acto de contemplação meditativa. Insurgir-se-á como um atentado à liberdade individual, pois os seus utilizadores habituais vêm-se obrigados a evitar o jardim, que não é mais que um local de encontro, recolhimento e de meditação.

No projecto do Jardim das Damas procura-se uma reconstituição histórica dos finais do séc. XVIII, pelo que o processo de análise utilizado assenta numa vasta pesquisa histórica, apoiada por uma pesquisa arqueológica.

O plano da Mata dos Sete Montes, apesar de abordar alguns aspectos de uma fase de análise, nomeadamente no rigor com que foi levantada e estudada a vegetação, e duma fase de projecto, quando avança com alguns projectos específicos para partes do Jardim, é como o próprio nome indica, um plano de gestão, que se enquadra perfeitamente na fase da metodologia proposta pelo IAAS como a elaboração dos planos de gestão e conservação. É um plano que indica de um modo objectivo as políticas gerais de actuação, a um nível geral e particular, informando do local e da sua evolução histórica, das avaliações feitas e de considerações acerca do local, dos objectivos e políticas propostas e da sua explicitação.

O projecto de recuperação, segundo as metodologias estudadas, deve assentar numa análise exhaustiva de todas as vertentes do jardim, desde a histórica, à paisagística e numa avaliação do jardim, que nos dê um conhecimento profundo do mesmo, que permita o estabelecimento de linhas de orientação e critérios de intervenção, quase inquestionáveis, com a segurança de quem é detentor de um grande conhecimento do objecto em causa e de acordo com as necessidades do jardim. Parece-nos que aos projectos apresentados, apesar de apresentarem análises exhaustivas nalgumas vertentes, apresentam algumas carências noutras, assim como na avaliação do próprio jardim. Daqui resultam, por um lado, projectos cujos critérios de utilização e filosofia de intervenção não nos parecem seguramente justificados, por outro lado, projectos que deveriam constituir parte de um plano, seguramente mais vasto que o apresentado.

Dos projectos considerados apenas o Jardim das Damas e o Jardim Botânico da Ajuda estão executados, os restantes não foram implementados nem considerados pelo que se assiste a um abandono e uma degradação progressiva destes espaços devida, essencialmente, à falta de manutenção e substituições adequadas, sem que sejam tomadas quaisquer medidas em contrário. Podemos considerar que o sucesso destes planos possa estar condicionado pelo seu contexto administrativo/político, ou pela disponibilidade financeira; no entanto, pensamos que, a estes planos deveria estar subjacente um programa, que englobasse medidas globais ou pontuais imediatas, nomeadamente, tratamentos fitossanitários, contenção da degradação em elementos construídos, isto é, pequenas acções pontuais, de menores custos, que não entrassem em conflito com o projecto de recuperação e que permitissem uma intervenção expedita e imediata, com vista à melhoria das condições de gestão e conservação e, enfim, à salvaguarda deste património.

Relativamente aos trabalhos designados por Acções de Recuperação, não os podemos incluir em alguma das metodologias estudadas, nem tão pouco numa das suas fases, uma vez que resultam apenas de acções de sustenção da degradação realizadas sem um plano que as sustente ou fundamente, quase que se pode dizer intuitivamente e que englobam trabalhos de limpeza da vegetação, dos caminhos, dos elementos construídos e do sistema hídrico. Não se pode dizer que seja a metodologia mais correcta, pois a todas as acções praticadas falta uma base de sustentabilidade que as justifique ou as enquadre em determinado objectivo.

Podemos considerar que, por exemplo, no caso de Tibães são estas acções, levadas a cabo por Maria João Costa, ainda que sem plano ou programa definido<sup>58</sup>, que impedem que a degradação do Jardim evolua até um ponto praticamente irreversível, e que por isso se revestem de um enorme valor. No entanto, temos também de reconhecer que, seria necessário a inclusão destes trabalhos num programa de acções/manutenção, integrado num plano de recuperação, para que a sua continuidade fosse assegurada e conseqüentemente a do Jardim, independentemente de quem fosse o seu técnico responsável.

Pelo carácter das acções aqui consideradas e que designamos de manutenção ou sustença da degradação, não podemos considerar que condicionem a existência futura de um plano de recuperação adequado. Deveriam sim ser incluídas em programas de trabalhos que ocorreriam durante a elaboração dos respectivos planos de recuperação e integradas nos mesmos, após a sua realização, como planos de manutenção e gestão dos jardins.

---

<sup>58</sup> Tal como a sua coordenadora nos referiu.

### 3. CONTRIBUTOS PARA A DEFINIÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE RECUPERAÇÃO EM JARDINS HISTÓRICOS PORTUGUESES

Da análise e estudo das metodologias e trabalhos referidos e da leitura de vasta bibliografia sobre o assunto, surge-nos a seguinte questão: Serão estes planos de recuperação adequados ao jardim português? Como recuperar perante a situação actual, caracterizada, por um lado, pela falta de conhecimento relativamente ao objecto<sup>59</sup>, por outro lado pela especificidade deste jardim, pelas características do seu desenho, pelo contexto sócio-cultural em que surgiu, pela sua história e pelo seu elenco vegetal, já referido anteriormente, e que faz com que não se ajuste, por analogia, a regras e planos estabelecidos para outros jardins da Europa. Por sua vez a metodologia de análise, frequentemente utilizada no conhecimento do património edificado não se aplica mimeticamente ao património paisagístico, dado o estágio primário em que se encontram as políticas de salvaguarda (por exemplo, falta de conhecimento teórico e prático do objecto em estudo).

Senão vejamos: o jardim na cultura portuguesa e tomando a quinta de recreio como paradigma do mesmo, constrói-se a partir de três tipologias de

---

<sup>59</sup> É preciso não esquecer que só agora se iniciou o trabalho de inventariação de jardins históricos portugueses e que até agora pouco ou nada se sabia sobre cada jardim em particular, o que faz com que a sua análise, instrumento fundamental de um plano de recuperação, seja longo. Entretanto os jardins continuam o seu processo de evolução biológica, equivalente ao processo de degradação se considerados enquanto artefacto da Natureza.

espaço, mata, pomar e horto de recreio, que se inter-relacionam. É curioso notar que a subdivisão em partes parece ser, efectivamente, uma característica do jardim português que faz parte da sua concepção e ideia, tanto hoje, como no passado, e que constitui uma chave de leitura indispensável para a compreensão de um jardim histórico. As partes componentes de um jardim vêm-se constituindo desde a origem da sua criação, na antiguidade, e vêm-se especializando nos séculos sucessivos, nomeadamente em relação às diversas categorias de plantas cultivadas.

Instala-se uma relação de causa/efeito relativamente à arquitectura vegetal e à forma das determinadas partes componentes do jardim, de tal modo que parece canónica.

Podemos quase reconhecer o jardim formal pelo desenho dos canteiros, o pomar, pela linearidade e geometria das plantações, a mata, pela forma da plantação e sua relação com a topografia.

Pode-se dizer que existe uma relação muito estreita entre a forma e a função da cada parte do jardim.

Muitas vezes os estudos sobre jardins históricos não contemplam os aspectos práticos e produtivos próprios do jardim, considerando-os afectos à agricultura, como se esta se tratasse de um caso distinto.

Estes elementos constituintes do jardim, analisados na sua especificidade técnica, do material orgânico e inorgânico que o forma, são a base de conhecimento necessária à introdução de uma metodologia no jardim, que permite

um correcto plano recuperação. Constitui também uma chave de leitura objectiva que permite, o mais possível, uma aproximação científica do jardim histórico.

É oportuno sublinhar que dada a particularidade e a especificidade de um jardim, é praticamente impossível o seu tratamento, através do estudo e da pesquisa preliminar da recuperação de outro tipo de património, tal reside na especificidade da matéria que o compõe e das fontes através das quais se podem fazer referências, nesta fase. Assim o plano de recuperação vai-se diferenciar consoante as particularidades intrínsecas do jardim, enquanto obra de arte viva, polimétrica, que compreende sempre elementos utilitários, ligados com a produção e elementos, puramente estéticos, ligados ao lazer. Esta dupla identidade que o jardim português oferece, o que dificilmente o enquadra em esquemas pré-estabelecidos, pode ajudar à compreensão do modo de construção do jardim e por conseguinte à sua recuperação.

O jardim pode ser concebido como um organismo equilibrado produtivamente, esteticamente, construído segundo um raciocínio próprio.

Estamos certos de que um plano de recuperação é fundamental para a preservação de Jardins Históricos; no entanto, pensamos que, no caso do Jardim Português, o plano de recuperação, dada a sua morosidade, pelos factores que acima referimos, deveria ser antecedido por um programa de manutenção que estabelecesse intervenções pontuais de sustenção da degradação, não se afastando, contudo, das linhas orientadoras estabelecidas pelo plano de recuperação, permitindo assim a salvaguarda deste nosso património que são os Jardins Históricos.

As considerações que se apresentam em seguida são o resultado da análise das metodologias estudadas e que pensamos poder servir de ajuda como um correcto ponto de partida de trabalho a realizar. Estamos conscientes de que nada de novo é proposto; é simplesmente uma intenção de pegar nas metodologias analisadas, que consideramos correctas e com maior valor, e tentar aplicá-las ao jardim português, com as suas características específicas e condicionantes já referidas, que o tornam um caso singular, estabelecendo uma abordagem rigorosa que nos conduza a critérios que não se baseiem na simples intuição nem na aproximação frívola a uns parâmetros que não respeitem a essência do jardim.

No entanto, este processo não pode nem deve ser reduzido a uma fórmula, pois cada jardim é único, com atributos específicos que devem ser sempre considerados na opção a tomar.

Num processo de recuperação de um jardim deve ser garantida a continuidade do seu *genius loci*, respeitada a sua dinâmica, própria de um ser vivo, ponderado o seu valor histórico e como objecto, evitadas dissonâncias estéticas e históricas.

## Diagnose e Plano de intenções

Dado o, ainda, pouco e sistematizado conhecimento que se tem do Jardim Português e a tradição numa cultura frágil do mesmo, consideramos essencial a existência de uma primeira fase, estabelecida por Carmen Añon Feliú<sup>60</sup>, que consiste, efectivamente, num primeiro reconhecimento do objecto, nomeadamente do estado actual de todos os seus componentes, desde o seu estado físico à sua história, pondo em evidencia as suas carências. Será nesta fase que se faz um primeiro diagnóstico do objecto em causa, quer ao nível das fontes, quer do objecto em causa. Podemos apontar como exemplo, se existe realizada alguma investigação histórica ou arqueológica e apontar a sua necessidade, se existem planos anteriores e, em caso afirmativo, enumerá-los, especificar cada elemento arquitectónico e indicar o seu estado de conservação, dar indicações sobre o sistema hídrico e hidráulico, sobre o sistema da vegetação, o sistema de percursos e sobre o sistema topográfico. É muito importante indagar sobre a existência de um levantamento topográfico actualizado e rigoroso e, caso não exista, proceder à sua imediata realização, uma vez que consiste num instrumento indispensável à elaboração do projecto de recuperação.

Este primeiro reconhecimento informa-nos, por um lado do estado do jardim, por outro lado das necessidades em termos projectuais, nomeadamente a composição da equipa que deve realizar o plano, as fases de actuação, os custos e as acções imediatas a empreender, estabelecendo desde logo os critérios básicos

---

<sup>60</sup> FELIÚ, Carmen, ob.cit. pág. 315

que assegurem o bom andamento e sucesso do plano, as linhas gerais de actuação analisando os pontos que suscitem conflito e procurando as soluções mais adequadas. Este estudo deverá consistir num primeiro documento que deverá ser objecto de discussão prévia com o proprietário, relativamente a prazos e custos.

### **Programa de acções de salvaguarda**

Pensamos que com este primeiro reconhecimento nos encontramos em condições de estabelecer um programa de acções globais e pontuais imediatas, essencial para a salvaguarda da imagem do jardim que se pretende, dada a morosidade da fase seguinte do plano – a análise.

Mariachiara Pozzana<sup>61</sup> refere este programa na sua abordagem metodológica, designando-o por:

- . Fases de intervenção, que engloba os procedimentos a efectuar sobre as sebes e a arquitectura vegetal, os pomares, os caminhos, as árvores monumentais relativamente à poda e às técnicas fitopatológicas a utilizar e os parterres.
- . Conservação das obras de arte num jardim, que inclui uma abordagem aos embrechados, às esculturas e aos elementos decorativos.
- . Manutenção, indicando as operações de manutenção a efectuar num jardim, inclusivamente as de carácter ordinário e extraordinário.
- . Trabalhos de recuperação em jardins históricos.
- . Calendário de trabalhos.

---

<sup>61</sup> POZZANA, Mariachiara, ob. cit. pag. 168

## . Gestão.

Este programa, já referido neste estudo<sup>62</sup> e estabelecido pela autora, na sequência do projecto de recuperação, corresponderá, de um modo geral, ao por nós proposto, na fase inicial, imediatamente após o primeiro reconhecimento do jardim. Deverá ser implementado no decorrer de todo o processo de recuperação, com as devidas actualizações a que a análise obriga, até à execução do projecto de recuperação propriamente dito, altura em que será substituído pelos planos de manutenção e gestão.

É de sublinhar que desde esta fase inicial, a abordagem ao jardim não deve ser feita sectorialmente, na perspectiva do arquitecto ou do engenheiro, mas sim pelos sistemas constituintes do jardim, o sistema da água, da vegetação, dos percursos, das vistas, etc, que se relacionam e interagem continuamente e de uma forma indissociável, oferecendo-nos uma visão de conjunto do jardim, como nos mostraram, claramente, nos seus estudos João Mateus, Rafael Domingos e Elizabete Ferreira.

## **Análise**

De uma forma não mimética, a análise e estudo dos jardins históricos pode ser comparável à análise levada a cabo para os monumentos, de um modo geral.

---

<sup>62</sup> Vidé supra pág. 136

Não se pode recuperar o que não se conhece, ou seja o que é e qual é o valor do objecto alvo da acção. Não se deve actuar, apenas, pelo gosto estético ou logístico.

O processo cognitivo articulado que deve constituir a base de um projecto de recuperação de um jardim histórico, pode ser considerado como uma fase preliminar indispensável. Este processo articula-se em várias etapas, desde a história do jardim até ao seu estado actual, segundo um plano que se fundamenta num sistema de informação, e que pode ser comparado a qualquer método utilizado em monumentos arquitectónicos e em obras de arte em geral. A importância da fase cognitiva não é apenas para o projecto de recuperação, mas também para a constituição de uma base de programação e gestão de jardins. Trata-se de constituir um arquivo que forneça um corpo indispensável de conhecimento, pelo que deve ser progressivamente actualizado.

Da fase de análise das metodologias estudadas, parece-nos ser a definida pelo Institute of Advanced Architectural Studies (IAAS) – Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens, da Universidade de York, a mais consistente e assente numa base teórica e de experiência mais sólida. No entanto, e como já foi neste estudo referido, esta fase pressupõe a existência de inventários, também elaborados por este Instituto, que informam um conjunto de conhecimentos, bastante sólido, que revela só por si uma grande análise e pesquisa sobre o jardim em questão. Podemos então dizer que a fase relativa à análise, é um processo de completar e aprofundar, de uma forma exaustiva, os conhecimentos adquiridos através do inventário. Dada a fase incipiente de

conhecimentos sobre o jardim português e a falta do tal suporte cognitivo fundamental nesta metodologia, é evidente que esta não pode ser a metodologia exclusiva a seguir numa fase de análise.

Pensamos que, talvez pelas semelhanças definidas pelo carácter mediterrânico do jardim português e do jardim espanhol, pela sua proximidade geográfica, ou pelo lugar que ocupam no património cultural dos países respectivos, seja a fase de análise da metodologia estabelecida por Carmen Añon Feliú a que mais se adequa ao jardim português<sup>63</sup>.

A fase de análise deverá então consistir numa pesquisa profunda e exaustiva, podendo ser dividida em quatro temas, para uma melhor sistematização do processo: a análise histórica, a análise do estado actual, a análise paisagística e a análise arqueológica. Esta fase já foi referida neste estudo<sup>64</sup>, pelo que iremos apenas acrescentar, ao elenco referido pela autora, alguns estudos que consideramos importantes efectuar num processo de análise do jardim português.

Na fase da análise do estado actual, quando de todos os levantamentos a efectuar e respectiva representação gráfica, deveria ser tida em conta a preocupação demonstrada por Mariachira Pozzana<sup>65</sup>, nesta fase, quando refere que as representações gráficas devem ser bastante claras, precisas e expressivas, para que possam permitir a sua interpretação imediata por qualquer elemento da equipa multidisciplinar constituinte do processo. Deverá por isso ser dada tanta

---

<sup>63</sup> FELIÚ, Carmen, ob. cit. pag. 316.

<sup>64</sup> Vidé supra pag. 108, 109 e 110

<sup>65</sup> POZZANA, Mariachira, op. cit. Pag. 114.

importância a este ponto, como a qualquer outra fase do processo de recuperação, devendo ser estudados, com rigor e exaustão os métodos gráficos adequados a uma boa comunicabilidade.

À fase da análise paisagística deveria ser acrescida:

- O estudo fisiográfico do jardim, nomeadamente das situações que pode incluir (festo, encosta, meia-encosta e vale), do seu modelado, declives e exposições de encostas, uma vez que determinam, em grande parte, as características do próprio jardim.

- Um estudo dos factores ecológicos que, de algum modo, possam ter relevância no ecossistema que constitui o jardim.

- A análise dos componentes estéticos<sup>66</sup> e poéticos<sup>67</sup> da paisagem, nomeadamente a luz e cor, o céu, a grandeza, a figura, o movimento, a vida e o cultivo, que consideramos da maior importância, uma vez que são eles que determinam as ambiências sentidas num jardim, paisagem ideal, e consequentemente, o seu espírito, a sua essência e a sua vivência.

Da luz e cor podemos dizer que constituem o elemento básico para a contemplação da paisagem. Estão para a paisagem como a vida em sociedade está para o Homem.

---

<sup>66</sup> MUNIAIN, Sánchez, *estética del Paisaje Natural*, Madrid, 1965.

<sup>67</sup> LAROZE, Catherine, *Histoire Sensuelle des Jardins*, Paris, 1990.

O céu é o elemento que introduz contrastes e a noção de profundidade na paisagem. Determina a sensação de infinito.

A grandeza é o elemento que agrada e intimida, simultaneamente, os observadores da paisagem.

A figura introduz uma perspectiva ordenada dos componentes da paisagem. É única em cada paisagem, variando segundo uma larga diversidade de perspectivas.

O movimento realça e vivifica os componentes da paisagem. É sinónimo da paisagem em mutação permanente, plena de vitalidade.

A vida é o elemento crucial de uma paisagem que lhe confere harmonia e diversidade.

O cultivo é o elemento ordenador da paisagem, através da manipulação artística. Estabelece a harmonia entre a técnica e a natureza.

O aroma que nos oferece as qualidades dos momentos da paisagem, das estações e do dia.<sup>68</sup>

A sonoridade, expressão audível da paisagem e dos seres que a habitam referindo espaços e distâncias.<sup>69</sup>

A tactilidade como percepção de temperaturas, aragens e humidades, do tempo e estado atmosférico<sup>70</sup>.

---

<sup>68</sup> MENDOÇA, Nuno, *Para uma Poética da Paisagem, I*, Évora, 1989, p. 312.

<sup>69</sup> MENDOÇA, ob. cit. p. 312

<sup>70</sup> MENDOÇA, ob. cit. p.312.

Durante esta fase extremamente morosa, no nosso país seguramente superior a um ano, é essencial que a implementação do programa de intervenções pontuais de sustentação da degradação se continue a aplicar, podendo, no decorrer da análise ser actualizado, consoante o conhecimento sobre o jardim vá evoluindo. É da implementação deste programa que resultará uma maior contenção da degradação, impedindo por um lado a sua evolução até um estágio irreversível e permitindo, por outro lado, uma maior rapidez na obtenção de resultados, quando da implementação do projecto de recuperação.

### **Avaliação do jardim**

Esta fase é apontada na metodologia definida pelo IAAS, que a considera como determinante no desenvolvimento do processo da recuperação, uma vez que condiciona a escolha das filosofias que definem as políticas de actuação.

Do procedimento referido por este Instituto, para esta fase, é de sublinhar, pela importância que detém nos jardins portugueses, o estudo das causas da degradação do jardim que, de um modo geral, no nosso caso, se devem ao facto de se encontrarem, na sua maioria, em regime de propriedade privada.

As causas de degradação em Portugal, são reduzidas às seguintes situações tipo:

. Jardins com uma degradação total, com a completa anulação do traçado geométrico, onde raras presenças arquitectónicas confirmam a existência

da implantação originária. Nestas condições podemos encontrar partes de jardins que já não existem, num complexo desmembrado e subdividido. Semelhantes a estes são os casos de jardins transformados em hortas ou terreiros, onde se perdeu o desenho original. Este é um caso onde a arqueologia pode ser o mais seguro instrumento para a definição de uma hipótese de intervenção. Como exemplo temos o Jardim das Damas, cujo desenho original se perdeu, pela sobreposição de usos ao longo do tempo, desde pomar a hortas, passando inclusivamente pela construção destinada a habitações precárias.



Fot. 24 e 25 – Jardim das Damas

. Jardins com degradação parcial devida à introdução casual de plantas, ou com tamanhos e portes não correctos, cujo exemplo é o Horto do Reguengo em Vila Viçosa. É uma situação muito frequente e que confere ao local uma divergência, particularmente no sistema do porte arbóreo que pode modificar substancialmente a imagem do jardim.



Fot. 26 e 27 – Jardins do Paço Ducal de Vila-Viçosa.

. Jardins num estado de conservação precário, existentes, mas reduzidos ao esqueleto, empobrecidos pela falta de manutenção e de substituições adequadas, danificados pelo vandalismo, mas onde é possível ler a estrutura originária, como é o caso dos jardins de Estói.



Fot. 28 e 29 – Jardim de Estói

. Jardins completamente abandonados, em estado de total degradação e onde é impossível qualquer leitura do traçado original, pois está completamente transformado devido a um uso impróprio, como é o caso da Cerca do Convento de Santa Maria de Alcobaça.



Fot. 30 – Cerca do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça.

Fonte: FERREIRA, Elisabete, *Acerca da Cerca, Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça*, ob. cit. Anexo

. Jardins em estado de abandono com possibilidade de leitura imediata em algumas partes. Como exemplo temos a Cerca do Mosteiro de Tibães, antes das acções de sustentação da degradação. Muitos jardins nesta categoria tiveram o mesmo abandono que o edifício. Vegetação abandonada e com crescimento desmesurado, plantas infestantes, muros destruídos, são elementos muito evidentes. A limpeza de infestantes e redimensionamento de sebes e arbustos de alto fuste são as primeiras operações a efectuar.



Fot. 31 e 32 – Cerca do Mosteiro de Tibães.

. Jardim com manutenção contínua de base, no qual se lê a estrutura originária, como é o exemplo da Quinta dos Marqueses de Fronteira.



Fot. 33 e 34 – Quinta dos Marqueses de Fronteira

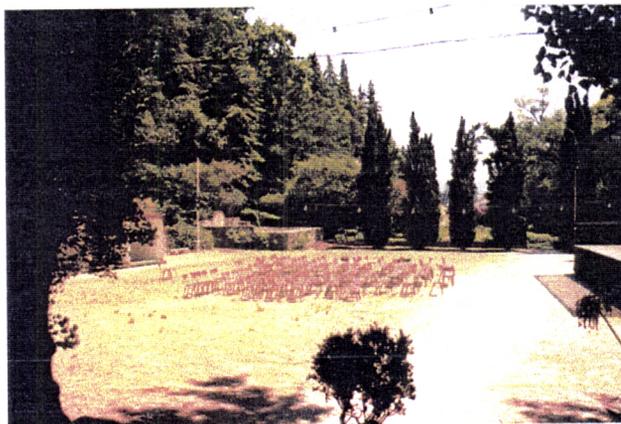
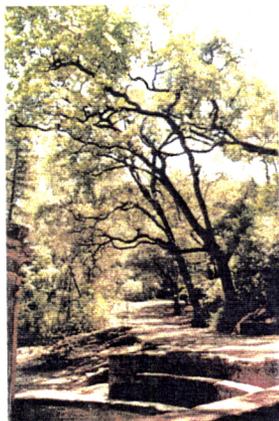
Fonte: CARDOSO, CARITA, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal* Lisboa, 1990, p. 83 e 87.

. Jardim com continuidade de manutenção, mas com notáveis problemas de conservação, seja vegetal, seja de elementos construídos. Temos como exemplo a Quinta do General, em Borba, é disso exemplo.



Fot. 35 e 36 – Quinta do General

. Jardins com manutenção efectiva, mas com problemas de direcção, em particular no domínio da vegetação. Exemplo disto é a Mata dos Sete Montes, em Tomar. Muitos jardins privados estão nesta situação, com variações no estado de conservação.



Fot. 37 e 38 – Mata dos Sete Montes

. Jardins em razoável estado de conservação. Como exemplo temos a Quinta da Bacalhoa em Azeitão.



Fot. 39 e 40 – Quinta da Bacalhoa

Fonte: CARDOSO, CARITA, *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal*, Lisboa, 1990, p. 63 e 58.

## **Definição de critérios e acções**

Nesta fase, adoptamos a terceira fase da metodologia definida por Carmen Añon Feliú, onde devem ser definidos os critérios de recuperação que articularão a recuperação do jardim e estabelecido um uso e função, do mesmo, e como se deve desenvolver o processo de implementação do uso.

Relativamente à função a atribuir ao jardim esta advém, sem dúvida, da análise efectuada, das necessidades do jardim e do seu conteúdo programático. Deverá resultar de uma decisão segura de quem detém um conhecimento profundo do jardim, dos meios de que dispõe para actuar e dos objectivos a atingir. No entanto, e dadas as características do jardim português, raros são os que apresentam, ao longo da sua história, infraestruturas adequadas ao uso público. Lembremos que dos estudos em jardins portugueses aqui referidos, apenas o Jardim Botânico da Ajuda, é desde há muito, aberto ao público, ainda que orientado numa perspectiva didáctica e de investigação.

Apesar da necessidade da atribuição de um uso que rentabilize estes espaços e assegure a sua manutenção, pensamos que é essencial a abstenção de qualquer uso que possa afectar a natureza do jardim, interditando toda a utilização que vise um aspecto exclusivamente consumista, uma vez que entra em contradição com o usufruto da contemplação, perfeitamente oposto ao consumo. Segundo Rosario Assunto<sup>71</sup> torna-se necessário fazer uma distinção entre o consumo privado, que pode ser lúdico e o consumo social. A implantação num

---

<sup>71</sup> ASSUNTO, Rosario, ob. cit. pag. 243

jardim privado, de equipamentos desportivos (campos de ténis ou piscinas, como é corrente hoje em dia), podem constituir um grave atentado à identidade estética. Pensamos que a restrição, o mais rigorosa possível, nos jardins abertos ao público de outras actividades que não aquelas muito específicas das obras de arte que constituem, deveria implicar ao nível das autoridades públicas uma ajuda financeira aos proprietários que o receberam como património, ou simplesmente como jardim, com vista a assegurar a salvaguarda da individualidade estética.

Não se pode falar, de um bom, ou de um mau tipo de perspectiva exclusiva de consumo; quer seja social, quer seja privado, o consumo exclusivo nos jardins é sempre prejudicial e deve ser combatido por todos os meios, mesmo se a pretensão a um consumo privado se justifique pelo seu uso, será sempre inaceitável para os jardins históricos, pois, mesmo que não sejam acessíveis ao público, constituem sempre um objecto de desfrute universal. Mesmo os jardins privados são considerados um bem público, enquanto obras de arte perceptíveis pelo seu sentido estético, se bem que de uma forma diferente dos jardins abertos ao público. São perceptíveis do seu exterior, a partir da rua ou dos prédios vizinhos, possíveis de apreciar pelo apelo aos sentidos, pelo barulho da água nas fontes e do vento nas árvores, ou pelo simples muro, atrás do qual, se adivinha a silhueta da vegetação.

Estas considerações devem igualmente valer para os pequenos jardins dos meios rurais, onde é comum o abuso do solo, com fins geralmente produtivos; dever-se-á, pelo contrário, protegê-los e salvaguardá-los como um bem público de uso contemplativo, entrando em acordo com os proprietários, tentando usufruir de

benefícios fiscais, nomeadamente isenções. O mesmo se põe para os jardins incluídos na malha urbana, sejam eles de grande ou pequena dimensão, mais ou menos antigos, onde, nas últimas décadas se viu uma implantação de construções desregrada e irreflectida. Estes jardins privados devem ser protegidos, para bem de todos. Porque todos nós, inclusivamente os que estão de passagem, devem usufruir do que é uma porta aberta para uma vegetação abundante, de onde é perceptível o perfume das flores e ervas aromáticas, que varia consoante as estações, e que, apesar do barulho que se faz ouvir, na rua, se consegue ouvir o barulho da água a correr e o canto dos pássaros. É necessário, por todos os meios, garantir a sobrevivência dos jardins, onde eles ainda existem.

O uso público indiscriminado dos jardins resulta em degradações que se reflectem nos vários componentes do jardim. Antes de pensar em recuperação, é necessário reprimir severamente todos os atentados aos jardins, todas as perturbações à contemplação meditativa nestes locais, nomeadamente os atentados às plantações e às esculturas, o acesso aos parterres, o arrancar de ramos, os gritos e barulho, a presença de cães sem trela. Todos estes são aspectos do consumo dos jardins abertos ao público. Ao nível dos jardins privados, estas degradações podem corresponder à supressão de uma ou outra árvore de alto fuste, por vezes secular, à secagem de uma fonte, à supressão de *parterres*, para a implantação de equipamentos desportivos, perturbadores da calma privada e pública, porque o jardim, mesmo não sendo acessível, é uma paisagem, onde a vista é uma fonte de prazer, que proporciona momentos de paz. Sejam eles públicos ou privados, os jardins devem ser um local de educação estética, onde cada indivíduo que faz

parte de um grupo de visitantes é induzido a comportar-se ao nível da beleza do local. O jardim pode ser definido como um meio de educação estética, que dá liberdade através da liberdade. Para o uso contemplativo e para a percepção da beleza do local, a liberdade a que conduz o jardim é a liberdade de cada um, condicionada e limitada pela liberdade de todos.

É nesta fase que, após estabelecidos os critérios gerais do Plano de Recuperação por mútuo acordo das entidades envolvidas, deverá ser designado um corpo técnico encarregado de superintender a execução dos trabalhos.

Por razões burocráticas e administrativas, a base desta equipa deverá ser constituída por técnicos pertencentes aos diferentes organismos.

Esta equipa, de composição pluridisciplinar, deverá ser formada por indivíduos qualificados na área da recuperação e/ou anteriormente ligados ao processo, os quais deverão dispôr de exclusividade para efectuar o trabalho proposto.

Para que na prática esta proposta tenha viabilidade é necessário dotar a equipa de certo poder de decisão e margem para manobra na gestão dos recursos financeiros e humanos. Deverá prever-se uma certa liquidez, por forma a que cada vez que é necessário empreender uma obra não seja necessário uma série de morosas e hierárquicas aprovações. Acerca da gestão e administração destes recursos, bem como do desenrolar de todas as operações, deverá ser periodicamente apresentado, a todas as entidades, um mesmo relatório conjunto

de actividades, focando as diversas fases do processo. Só assim se poderão explicitar e posteriormente atribuir responsabilidades.

### **. Projecto de recuperação**

Nesta fase, após a análise exaustiva a que se procedeu, a avaliação do jardim, a discussão de critérios de recuperação e a definição de um uso, podemos proceder ao projecto de recuperação, propriamente dito, que deve assentar num conhecimento profundo do jardim.

Como é definido pela metodologia estabelecida pelo IAAS<sup>72</sup>, o projecto de recuperação deve surgir na forma de duas peças fundamentais, o projecto geral de recuperação e os projectos específicos das diferentes partes do jardim. Como qualquer projecto de arquitectura paisagista deve ser constituído por peças escritas e desenhadas.

Poderá, como defende Carmen Añon Feliú<sup>73</sup>, ser implementado de uma forma global ou por fases, consoante a dimensão do jardim, dos custos do projecto e da verba disponível.

Também , de acordo com esta autora pensamos que é de grande importância o envolvimento da população neste processo, através de uma informação actualizada sobre o que está a acontecer no jardim

Defendemos que neste projecto sejam incluídos capítulos acerca da manutenção e gestão do jardim, que forneçam indicações precisas que garantam o

---

<sup>72</sup> vidé TABORDA, Claudia, ob. cit. pag. 97.

<sup>73</sup> FELIÚ, Carmen, ob. cit. pag. 323.

futuro do jardim, embora consideremos que, dada a sua importância, deverá haver uma fase posterior, exclusiva deste tema. Estas indicações acerca da manutenção e gestão do jardim não serão mais que a evolução, face à análise realizada e aos conhecimentos adquiridos ao longo do processo, do programa de intervenções de sustentação da degradação, estabelecido desde a fase inicial de todo o processo.

### **Planos de manutenção e gestão do jardim**

A contínua transformação do jardim desde a sua implantação, até à maturidade da vegetação, a certeza desta transformação no tempo, implica na criação do jardim a actuação das leis da natureza, que age como um artista, trabalha em tempo real, tendo como consequência uma maior complexidade na transposição lógica dos princípios da recuperação monumental para os jardins históricos. Os jardins necessitam continuamente de uma sistematização, de substituições e intervenções de renovação. Não nos estamos a ocupar exclusivamente de um objecto, mas de plantas que têm uma vida própria, interactuante com o clima, com o lugar, com a cultura.

O único meio eficaz para conservar um jardim é a gestão da mutação inevitável, de acordo com uma política coerente de intervenção. Esta política, ou plano de gestão, deve ser baseada num conhecimento completo do lugar, da sua história e das personagens que o realizaram, do seu valor, motivação e interesse - o modo de viver do jardim e do seu estilo de jardinagem.

A vida do jardim é garantida por uma série de operações contínuas que se transformam em conservação, na vontade deliberada de preservar uma imagem e uma matéria determinada. Uma conservação na mudança, que é a mudança quotidiana, partindo do princípio que a conservação é um restabelecimento contínuo.

Estes planos são extremamente importantes para a continuidade do jardim. Apesar de serem incluídos, não de forma tão extensiva, no plano de recuperação, pela importância que detêm num jardim, devem ser considerados, por si só, numa fase da metodologia de recuperação de jardins históricos.

Para além da informação que estes planos devem fornecer, segundo o IAAS, e já descritas neste estudo<sup>74</sup>, deve ser estabelecido um programa, à imagem do que se estabeleceu inicialmente, agora actualizado com um maior conhecimento do jardim. Para este programa consideramos fundamental, como já foi referido, o elencar de intervenções e trabalhos propostos por Mariachiara Pozzana e já neste estudo descritos<sup>75</sup>.

Para um total sucesso do plano de recuperação falta-nos referir, de acordo com a metodologia de York, a necessidade da revisão periódica da manutenção e gestão do jardim, uma vez que este é um organismo vivo em constante mutação, segundo as leis biológicas e genéticas do mundo vegetal que obriga a uma actualização frequente, da sua análise e consequentes intervenções.

---

<sup>74</sup> Vidé supra pag. 103 e 104

<sup>75</sup> Vidé supra pag. 111 a 125

De um modo sucinto podemos referir que o sucesso na implementação dos planos de recuperação de jardins históricos, está condicionado por diversas informações e acções.

Das informações podem-se referir:

- . A história do jardim, particularmente, a sua evolução física.
- . As condições e o estado de conservação.
- . A titularidade e a administração.
- . O uso e as funções presentes.
- . As disponibilidades financeiras, ou outros recursos.
- . As ameaças e os riscos.
- . O contexto geográfico, administrativo e político.
- . As atitudes, os interesses e as capacidades profissionais envolvidas, que podem ou influenciam quaisquer tomadas de posição afectas ao jardim.

Das acções referem-se:

- . Os estudos de análise (levantamentos no local e trabalhos de documentação).
- . A orientação e informação dos proprietários, ocupantes, órgãos administrativos locais, instituições governamentais e não governamentais.

- . As campanhas de sensibilização, para influenciar as opiniões, as decisões e as políticas de intervenção de todos, quantos estejam envolvidos no processo;
- . As acções legais, utilizando a legislação existente e aplicável à protecção do património paisagístico, nomeadamente aos jardins históricos;
- . A melhoria das condições de gestão e de conservação.

Sumariamente, e para finalizar este estudo, podemos elencar as fases de uma metodologia de recuperação de jardins históricos portugueses, neste trabalho proposta, do seguinte modo:

- **Diagnose e Plano de Intenções**
- **Programa de Acções de Salvaguarda**
- **Análise**
- **Avaliação do Jardim**
- **Definição de Critérios e Acções**
- **Projecto de Recuperação**
- **Planos de Manutenção e Gestão**

**CONCLUSÃO**

Os jardins são uma criação das sociedades, que se traduz na transformação da Natureza numa expressão artística e poética. Esta transformação não é sinónimo de subjugação da Natureza ao Homem, mas sim da sua condução e adaptação, dentro do seu dinamismo.

É um lugar artificial, forma simbólica da relação do homem com a natureza e com a paisagem. É a Primavera Eterna, natureza idealizada, humanizada e transformada em objecto de contemplação, para deleite do olhar e de outros sentidos, inspirada pelas correntes conceptuais e pelos conceitos estéticos, de cada época.

É um sistema arquitectónico complexo e de composição conjunta: vegetal e inerte, que o torna um local vivo. A presença fundamental e primordial da sua composição - a vegetação - torna-o uma obra de arte efémera.

Os jardins históricos, para além de tudo o que encerra o conceito de jardim, são reflexo da história das sociedades e diferentes culturas que foram o

seu berço e que conhecem e desfrutam do valor das plantas. São o seu testemunho vivo, do passar dos tempos e da relação do Homem com a Natureza e com a Paisagem.

São *monumentos vivos* que nunca se concluem, pelo contrário evoluem e adaptam-se, oferecendo eterno deleite ao Homem, assegurando-lhe a poética, a contemplação e o romantismo na sua vida do dia a dia.

A salvaguarda deste património assenta necessariamente no seu reconhecimento enquanto parte integrante e fundamental do património cultural e deve-se expressar pela existência de uma vontade comum, em seguir princípios e recomendações de salvaguarda, estabelecidas internacionalmente, em atribuir competências e definir políticas e critérios de protecção e conservação, em identificar, divulgar e sensibilizar o público, em geral, do valor e significado dos jardins históricos e da importância da sua salvaguarda.

A protecção dos jardins históricos está directamente relacionada e dependente de instrumentos fundamentais que são, por um lado, a existência de uma legislação específica e adequada, o que implica fazer, em Portugal, uma revisão global à existente e algumas alterações, nomeadamente ao nível fiscal e financeiro, de modo a promover incentivos neste âmbito. A inventariação, outro dos instrumentos de protecção, que está actualmente a decorrer no nosso país, e que constitui o primeiro passo no que se refere à identificação, quantificação e divulgação de jardins, à aferição da sua qualidade, do seu estado, da sua tutela, e à

reunião de informações que se podem revelar preciosas e decisivas à prossecução de estudos de recuperação, deverá ser continuada, ampliada e apoiada, construindo-se como uma verdadeira base de dados. As acções de formação e de divulgação, são fundamentais também no processo de conservação/salv guarda. Apesar de, no âmbito da formação, Portugal se encontrar bem provido de instituições, que o fazem, ainda que a um número restrito de um público bem específico, e de se fazer sentir actualmente uma preocupação crescente e generalizada no campo da recuperação de jardins históricos, existe uma lacuna na divulgação deste património. É indispensável consciencializar a sociedade portuguesa do valor excepcional do seu património, nomeadamente dos jardins históricos, sensibilizar e estimular o público para a apreensão e apropriação destes espaços sem, contudo, os descaracterizar. A sua protecção deveria tornar-se um assunto comum, sendo alargada a sua divulgação ao público em geral. Deveria ser estabelecida uma organização não governamental que orientasse os proprietários e responsáveis pela tutela, no sentido da sua promoção, divulgação, valorização e protecção.

Reabilitação, restauro, manutenção, gestão, conservação, são princípios e filosofias que se incluem na recuperação. Actualmente, em Portugal, são indiscriminadamente chamados de recuperação, ainda que constituam apenas acções pontuais de sustentação da degradação, ou planos orientadores de projectos de recuperação. É importante a sua discussão e definição em termos conceptuais e

terminológicos, que permita a utilização correcta das filosofias que apoiam a recuperação e de uma linguagem única e universal.

As metodologias aqui desenvolvidas e analisadas foram definidas pelo Institute of Advanced Architectural Studies (IAAS) – Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens (CCHPG), da Universidade de York, em Inglaterra, por Carmen Anñón Feliú, em Espanha, por Mariachiara Pozzana, em Itália.

Podemos dizer que todas elas têm um mesmo princípio, os trabalhos e estudos realizados em Inglaterra e na Alemanha, ao longo do tempo e que constituem uma herança de um valor enorme no campo da recuperação de jardins, que é necessário considerar. A metodologia definida pelo IAAS surge-nos como a mais consistente, resultado de um profundo conhecimento dos jardins e da cultura de jardins que se sente neste país e que constituem uma base fundamental para a definição e implementação de uma metodologia de recuperação de jardins históricos. No entanto, dada a incipiência de conhecimentos que se tem sobre o jardim português e a fase, ainda inicial, de pesquisa e inventariação do património paisagístico, esta metodologia não pode ser aplicada integralmente à sua especificidade. Podemos, contudo, utilizá-la como princípio orientador na definição de uma metodologia própria.

Da metodologia definida por Carmen Anñón Feliú, cabe-nos dizer que é a que mais se aproxima da nossa realidade, pela proximidade geográfica, pelo carácter mediterrânico comum a ambos os jardins, ou pela sua semelhança no contexto político-cultural de ambos os países. Da abordagem estabelecida por

Mariachiara Pozzana é inovador, e de grande importância, o elencar de trabalhos que estabelece num programa de intervenções a implementar no jardim, e nos planos de manutenção e gestão, essenciais à continuidade da imagem que se pretende no jardim.

Ainda que reconheçamos nas metodologias estudadas a sua qualidade e valor na sistematização do processo, é fundamental recordar que os valores, as tradições e os costumes portugueses imprimiram à arte da jardinagem um destino diferente, pelo que a sua abordagem terá que ser necessariamente diferente.

A utilização exclusiva de uma destas metodologias, considerando o estado em que se encontram os trabalhos referentes à salvaguarda dos jardins históricos em Portugal, comprometeria inevitavelmente o desenvolvimento da recuperação, sem qualquer garantia de se estar a desenvolver o melhor trabalho.

Dada a especificidade e particularidade do Jardim Português que não se ajusta a planos e regras pré-estabelecidas para outras realidades, e a situação actual, caracterizada pela falta de conhecimento relativamente ao objecto, pelo desconhecimento, inexistência, destruição, desaparecimento ou dispersão de informação, que pode ter uma importância excepcional, e pela falta de uma base de dados consistente, que nos permita, num curto espaço de tempo e sem grandes custos e riscos, partir de certos princípios, à partida definidos e que são lugar comum num processo de recuperação, consideramos se não se deve proceder à utilização exclusiva de alguma destas metodologias.

Considerando os estudos aqui analisados, o modo como se apresentam e o que tem sido realmente feito, na prática, em termos de recuperação, julgamos que não se pode chamar a estes trabalhos *planos de recuperação*, mas que se constituem, como, fases desses mesmos planos, que se revestem da maior importância, quando integrados num plano que articule os trabalhos definidos.

Os casos aqui enunciados que se apresentam como planos orientadores de futuras acções de recuperação, constituem estudos extremamente válidos e pioneiros no âmbito da recuperação de jardins em Portugal. É de referir a evolução, em termos de abordagem, que se denota desde o primeiro estudo a ser elaborado por Helena Barros Gomes, o Parque de Monserrate, que se apresenta como o resultado de uma resposta prática e relativamente expedita para a resolução dos problemas constatados no objecto estudado. São enunciados princípios e actuações a estabelecer que nos parecem de extrema importância e de carácter bastante geral, que tanto podem ser aplicados no caso específico de Monserrate, como noutro jardim, como é o caso, por exemplo, da referência à necessidade de uma coordenação de esforços e entendimento mútuo e interinstitucional, à necessidade da admissão de pessoal especializado, à necessidade de princípios regulamentares, ou ainda do estabelecimento de prioridades de intervenção.

Os trabalhos que se seguem, de João Mateus, acerca do Jardim dos Marqueses de Fronteira, e de Rafael Domingos, sobre o Horto da Mitra, têm um carácter menos generalista; debruçam-se fundamentalmente sobre o objecto em estudo, de onde resultam trabalhos mais específicos, de acordo com a escala dos

espaços a que se referem. Em ambos se denota uma grande preocupação, com a análise dos espaços, com as filosofias de intervenção e com a definição de uma metodologia de trabalho. No entanto, são pouco claras as medidas imediatas e necessárias à manutenção destes espaços.

No trabalho de Elisabete Ferreira, o último a ser elaborado e portanto, fruto de experiências anteriores, nota-se uma certa consistência na apresentação do trabalho, nomeadamente no equilíbrio que consegue atingir numa abordagem mais prática e generalista e numa abordagem mais específica ao objecto estudado e aos princípios teóricos e filosofias que vão sustentar as suas propostas.

É de salientar, nestes trabalhos, uma vez que não surgem nas metodologias estudadas, a análise e a abordagem por sistemas, essencial num jardim, uma vez que nos permite uma visão holística do objecto. Também nesta abordagem se nota uma evolução nos trabalhos analisados; no trabalho de João Mateus esta abordagem é ensaiada, no de Rafael Domingos é perfeitamente reconhecida e na de Elisabete Ferreira, surge-nos de uma forma bastante consistente.

Dos planos de recuperação analisados, podemos referir que tanto o trabalho de Elsa Barroso, o projecto de execução de recuperação da Quinta de Olivã, como o trabalho de João Ceregeiro, o projecto de execução dos jardins de Estói, resultam em trabalhos fundamentalmente práticos, de resposta aos problemas que se lhes depara, faltando-lhes, contudo, um suporte teórico que lhes sustente e justifique as propostas apresentadas. Por outro lado, no trabalho de João Mateus sobre a Mata dos Sete Montes encontra-se um suporte teórico às intervenções de recuperação propostas, que se traduz numa preocupação

metodológica e na procura de filosofias e princípios que se adequem ao objecto. Este maior cuidado na abordagem que efectua é reflexo de experiências e estudos anteriores, levados a cabo pelo autor. Relativamente ao Jardim das Damas e ao Jardim Botânico da Ajuda, ambos executados, revelam uma grande pesquisa histórica, uma vez que se baseiam, de facto, em reconstituições históricas. No caso do Jardim Botânico da Ajuda, são criadas infraestruturas que permitem a intensificação do uso e a rentabilização do jardim, integradas numa vertente didáctica, de investigação e cultural, que constitui o princípio básico da sua recuperação.

As acções de recuperação que se apresentaram e que constituem, afinal, acções pontuais de conservação, manutenção e gestão, são muito raramente utilizados em Portugal, e quando o são, como é o caso da Cerca do Mosteiro de Tibães, da Quinta de Ribafria e do Jardim dos Biscainhos, verifica-se a total ausência de um plano que oriente estes trabalhos, que no fundo se podem incluir na recuperação. No entanto, é nestes Jardins, onde se verifica um estado de degradação menos acentuado e onde é possível a leitura da imagem do jardim. Estes trabalhos, quanto a nós, para além de não poderem nem deverem dispensar a elaboração de um plano de recuperação, onde se integrem, deveriam constituir programas de intervenções, estabelecidos logo na fase inicial do processo, de modo a assegurar a imagem final que se pretende do jardim e a sua perpetuação no tempo.

Nos jardins portugueses, de um modo geral, apesar de se verificar a existência de projectos de recuperação, ou de estudos que constituem bases de

trabalho directoras para futuros projectos de recuperação, falta-lhes a implementação de um programa de intervenções de sustentção da degradação, integrado num plano, que consideramos essencial para a preservação deste património, enquanto artificio da Natureza, e que resulta num estado de abandono e de degradação, que a existência de um projecto de recuperação elaborado não impede; veja-se o caso de Estói, onde um programa de acções pontuais de sustentção de degradação, que funcionasse integrado no projecto de recuperação existente, permitiria certamente uma melhor leitura da imagem do Jardim e a sua salvaguarda, objectivo fundamental de qualquer plano ou acção de salvaguarda.

Com base nos estudos efectuados tentamos, então, estabelecer uma metodologia de recuperação que se adequasse à especificidade do jardim português, onde consideramos fundamental, a existência de uma primeira fase de trabalhos que constituam um primeiro reconhecimento do jardim, baseado no qual se definirá um elenco de trabalhos incluídos num programa de intervenções que se implementará desde logo e durante todo o processo de recuperação até à implementação do projecto de recuperação ou dos planos de manutenção e gestão. Deste modo a evolução da degradação inevitável no decorrer da elaboração do plano de recuperação, processo extremamente moroso, seria sustida, evitando a irreversibilidade da degradação.

A segunda fase do plano corresponderá a uma análise exhaustiva do jardim que permitisse o seu conhecimento profundo e conduzisse a decisões seguras e correctas na fase de proposta de utilização. Numa terceira fase será feita uma

avaliação do jardim, que determinará a utilização das filosofias de intervenção. A Quarta fase determina a definição dos critérios e das acções a desenvolver, devendo ser dado especial interesse à utilização e função a atribuir ao jardim. Seguir-se-á a fase correspondente ao projecto de recuperação propriamente dito, e finalizar-se-á com a definição de planos de manutenção e gestão de jardim, que substituirão o programa definido na fase inicial. Estes planos, dadas as características do jardim – um ser vivo em constante mutação – devem ser revistos e actualizados periodicamente.

As acções e processos de recuperação de jardins históricos, no nosso país e de um modo geral, não devem constituir acções muito radicais, em detrimento do passado para que se assegurem os interesses do presente e do futuro, ou excessivamente conservacionistas, deixando o passado limitar o presente e o futuro. Têm preferencialmente de integrar os melhores aspectos do passado com as melhores acções possíveis no presente, garantindo a flexibilidade necessária ao futuro.

## **BIBLIOGRAFIA**

AA. VV., *Direito do Património Cultural*, Instituto Nacional de Administração, Lisboa, 1996.

AA. VV., *Garden History. Issues, Approaches, Methods. Proceedings of the XIII Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture*, Harward University Press, Washington, DC, EEUU, 1992.

AA.VV., *Giardino e Paesaggio. Conoscenza, Conservazione, Progetto*, Alinea, Florença, 1996.

AA. VV., *Histoire de la Restauration*, Proceedings of the Symposium of Interlaken, Worms, Wernersche, Verlagsgesellschaft, 1991.

AA. VV., *Historic Gardens. Safeguarding a European Heritage*, European Commission, Luxemburgo, 1996.

AA.VV., *Intorno al Giardino. Lezioni di Storia, Arte, Botânica*, a cargo de Giuliana Baldan Zenoni-Politeo, Ed. Guerini e Associati, colec. Kepos Quaderni, 4, Milão, 1993.

AA. VV., *Jardins et Sites Historiques*, Journal Scientifique, organizado por ICOMOS, Madrid, 1993.

AA. VV., *Paesaggi e Giardini del Mediterraneo, La Conoscenza*. Proceedings of the Second International Symposium, Ministero per i Beni Culturali ed Ambientali, Salerno, 1993.

AA. VV., *Parchi e Giardini Storici, Parchi Letterari. Conoscenza, Tutela e Valorizzazione*; Proceedings of Symposium, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali e Comitato Nazionale per lo Studio e la Conservazione dei Giardini Storici, Monza-Villa Reale, 1992.

AA.VV., *Parchi e Giardini Storici, Parchi Letterari. Conoscenza, Tutela e Valorizzazione – La Conoscenza*, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali e Comitato Nazionale per lo Studio e la Conservazione dei Giardini Storici, Salerno, 1993.

AA.VV., *Parchi e Giardini Storici, Parchi Letterari. Conoscenza, Tutela e Valorizzazione – La Valorizzazione*, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali e Comitato Nazionale per lo Studio e la Conservazione dei Giardini Storici, Salerno, 1993.

AA. VV., *Parchi e Giardini Storici, Parchi Letterari. Conoscenza, Tutela e Valorizzazione – La Tutela*, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali e Comitato Nazionale per lo Studio e la Conservazione dei Giardini Storici, Salerno, 1993.

AA. VV., *Politiques des Jardins, Rapport et Textes du Colloque International*, Marseille, 16-18 Octobre 1985, organizado por Association pour L'Art des Paysages et des Jardins, Marseille, ARPEJ, 1986.

AA. VV., *Protection and Restoration of Historical Gardens*, International Symposium Report 1st Fontainebleu, Fontainebleau, 13-18 September 1971, organizado por ICOMOS, Paris, ICOMOS, 1973.

AA. VV., *Protection and Restoration of Historic Gardens*, International Symposium Report, Zeist, 8-13 September 1975, organizado por ICOMOS, Amsterdam, ICOMOS, 1977.

AA. VV., *Restauro: Conservazione Integrata e Giardini Storici*, Quaderni di Restauro dei Monumenti e di Urbanistica dei Centri Antichi, Napoli, Ed. Scientifiche Italiane, 1994.

AA. VV., *Sperimentazioni. Restauro di Giardini e Parchi Storici*, Regione Toscana, Firenze, 1996.

AA. VV., *The Art of Garden Design and the Preservation of Monuments*, Proceedings of an International Symposium, Bruhl, 25-29 May 1987, organizado por ICOMOS, Mainz, ICOMOS, 1988.

AA. VV., *The Conservation of Historic Gardens*, Symposium Report, London, 9th May, 1984, organizado por Garden History Society & Ancient Monuments Society, London, Garden History Society, 1984.

AA, VV., *Tutela dei Giardini Storici - Bilanci e Prospettive*, Tutela dei Giardini Storici - Quaderni, organizado por Vincenzo Cazzato, Roma, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali, 1989.

ADAMS, William Howard, *Nature Perfected. Gardens Trough History*, Ed. Abbeville Press, New York; London; Paris, 1991.

AÑON, C. *Los Jardines Históricos en la Provincia de Madrid*. III Jornadas de Estudio sobre la Provincia de Madrid. Diputacion de Madrid, Delegación de Cultura. 1982.

ARAÚJO, Ilídio, *Arte Paisagista e dos Jardins em Portugal*, M.O.P., D.G.S.U., Lisboa 1962.

ARAÚJO, *Quintas de Recreio (Breve introdução ao seu estudo, com especial consideração das que em Portugal foram ordenadas durante o século XVIII)*, Braga, 1974.

ASSUNTO, Rosario, *Arte dei Giardini. Storia e Restauro*, Firenze, 1991.

ASSUNTO, Rosario, *Ontologia e Teleologia del Giardino*, Kepos 2, Guerini e Associati, Milão, 1988.

BANKS, Elisabeth, *Creating Period Gardens*, Phaidon, Oxford, 1991.

BARROSO, Elsa, *Uma Experiência em Arquitectura Paisagista, Participação no Processo de Elaboração do PDM de Sousel, Projecto de Execução para a Recuperação do Jardim de Olivã*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura de Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1997, (policopiado).

BAZIN, Germain, *Paradeisos: the Art of the Garden*, London, Cassell, 1990.

BELLI, G., *Sperimentazioni. Restauro di Giardini e Parchi Storici*, Centro Stampa, Giunta Regionale, Florença, 1996.

BOISSET, Caroline M, *Management of Historic Gardens. Their Role in the Present and the Future as Public Amenity Areas*, *Arboricultural Journal*, vol. IV nº1, April 1980.

BORIANI, M., SCAZZOSI, L., *Il Giardino ed il Tempo. Conservazione e Manutenzione delle Architetture Vegetali*, Kepos Quaderni nº1, Milano, Guerini e Associati, 1st edition, 1992.

BORIANI, M., SCAZZOSI, L., *Natura e Architettura. La Conservazione del Patrimonio Paesistico*, Citta Studi, Milão, 1992.

BRAUDEL, Fernand, *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II*, 2 vols, 2ª ed., Dom Quixote, Lisboa, 1983.

CARAPINHA, Aurora, *Da Essência do Jardim Português*, vol. I, Dissertação apresentada à Universidade de Évora para a obtenção do grau de doutor no ramo de Artes e técnicas da Paisagem. Especialidade de Arquitectura Paisagista e arte dos Jardins, Évora, 1995, (policopiado).

CARAPINHA, Aurora, *Inventário da Arte Paisagista em Portugal*, Trabalho Síntese das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica realizadas na Universidade de Évora, Évora, 1986, (policopiado).

CASTEL-BRANCO, Cristina, *O Lugar e o Significado, os Jardins dos Vice-Reis*, Dissertação de Doutoramento em Arquitectura paisagista,

apresentada ao Instituto Superior de Agronomia, da Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1992, (policopiado).

CASTEL-BRANCO, CORREIA, FURTADO, *Os Quatro Rios do Paraíso*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1994.

CATALANO, Mario e PANZINI, Franco, *Giardini Storici: Teoria e Tecniche di Conservazione e Restauro*, Roma, Officina Edizioni, 1985.

CAZZATO, Vincenzo, *Ville, Parchi e Giardini, per un Atlante del Patrimonio Vincolato*, Ministero per i Beni Culturali e Ambientali – Ufficio Studi, d'intensa com il Comitato Nazionale per lo Studio e la Conservazione dei Giardini Storici, Istituto Poligrafico e Zecca dello Stato, 1992.

CEREGEIRO, João, *Recuperação do Jardim de Estói – Projecto de Execução*, Lisboa, 1994.

CLARCK, H. F., *The Restoration and Reclamation of Gardens*, Garden History Society Occasional Paper, nº1, October, 1969.

CLÉMENT, Gilles, *Le Jardin en Mouvement*, Pandora Editions, Paris, 1990.

COLSON, Carol, *Preparing Restoration Schemes: a Guide for Professional Advisors*, London, English Heritage, 1988.

DELUMEAU, Jean, *Uma História do Paraíso, o Jardim das Delícias*, Terramar, Lisboa, 1994.

DOMINGOS, Rafael, *A Quinta do Paço de Valverde, Contributos para o Estudo de um Jardim Histórico*, relatório de Fim de Curso da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1995, (policopiado).

FERREIRA, Elisabete, *Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, Acerca da Cerca, Contributos para a Definição de Princípios Orientadores para uma Proposta de Recuperação*, Relatório de Fim de Curso em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1997, (policopiado).

GIÕES, Claudia, *Aproximação a metodologias de Reabilitação do Parque de Monserrate (Sistema de Caminhos e Sistema de Água)*, Relatório de Fim de Curso em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1998.

GOODCHILD, Peter H. *Surveying and recording historic parks and gardens in the United Kingdom*, Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens, University of York, 1989.

GOMES, Helena, *O Parque de Monserrate, Acerca do Plano de Recuperação*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura de Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1993, (policopiado).

GRUFFYD, J. ST. Bodfan, *Protecting Historic Landscapes: Gardens and Parks*, S.I. Cheltenham Landscape Institute, 1977.

IPPAR, *Cartas e Convenções Internacionais*, Informar para Proteger, Património Arquitectónico e Arqueológico, Ministério da Cultura, Lisboa 1996.

JELLCOE, GOODE, LANCASTER, *The Oxford Companion to Gardens*, Oxford University Press, New York, 1986.

LAMBERT, David, *Researching a Garden's History from documentary, and published sources*. Centre for the Conservation of Historic Parks and Gardens, Landscape Design, Trust, surrey, 1991.

LAROZE, Catherine, *Une Histoire Sensuelle des Jardins*, Oliver Orban, 1990.

MACDOUGALL, Elisabeth, B. ETTINGHAUSEN, Richard, (eds.), *The Islamic Garden*, Dumbarton Oaks Colloquium on the History of Landscape Architecture, IV, Trustees for Harvard University, Washington, District of Columbia, 1976.

MACKELLAR, G. S., *Heritage Gardens. Care, Conservation and Management*, London, Routledge, 1st edition, 1993.

MANIERO, F., *Restauro Conservativo di Parchi e Giardini Storici. Metodiche Operative*, Caldiero (VE), L'Informatore Agrario, 1990.

MATEUS, João, *A Quinta de Recreio dos Marqueses de Fronteira, um Jardim Português*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura de Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1995, (policopiado).

MATEUS, João, *Mata dos Sete Montes, Plano de Ordenamento e Gestão*, Tomar, 1997.

MENDOÇA, Nuno, *Para uma Poética da Paisagem*, 2 vols., Dissertação apresentada à Universidade de Évora para obtenção do grau de Doutor em Artes e Técnica da Paisagem, Évora, 1989, (policopiado).

MUNIAIN, Sanchez, *Estética del Paisaje Natural*, Madrid, 1965.

NORBERG-SCHULZ, Christian, *Genius Loci, Paysage, Ambiance, Architecture*, (trad. Odile Seyler), Pierre Mardaga Editeur, Bruxelas, 1981.

PERDIGÃO, José Manuel, *Evolução e Revalorização do Reguengo e dos Jardins de Vila-Viçosa*, Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico, Trabalho Final para Dissertação, Universidade de Évora, Évora, 1994, (policopiado).

PHILIPPOT, Paul, *Historic Preservation: Philosophy, Criteria, Guidelines*, em TIMONS, S. (Ed) *Preservation and Conservation, Principles and Practices*, The Preservation Press, Washington, D.C., 1976.

POZZANA, Mariachiara, *Materia e Cultura dei Giardini Storici: Conservazione, Restauro, Manutenzione*, Firenze, Alinea Editrice, 1989.

POZZANA, Mariachiara, *Giardini Storici, Principi e Tecniche della Conservazione*, Firenze, Alinea Editrice, 1996.

PREGILL, Philip; VOLKMAN, Nancy, *Landscapes in History. Design and Planning in the Western Tradition*, Ed. Van Nostrand Reinhold, New York, 1993.

RIBEIRO, Orlando, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, 5ª ed., Livraria Sá da Costa Editores, Lisboa, 1987.

ROSE, Graham, *Il Giardino Tradizionale. Come Creare Oggi L'Atmosfera del Giardino di Ieri*, Ed. Giorgio Mondadori, Milan, 1990.

ROSE, G., *Il Giardino Opera Aperta: La Conservazione delle Architetture Vegetali*, Firenze, Alinea Editrice, 1993.

SCAZZOSI, Lionella, *Il Giardino Opera Aperta: la Conservazione delle Architetture vegetali*, Alinea Editrice, Florencia, 1993.

SHARMAN, Frank A., *The Preservation of Historic Gardens*, London, Sweet & Maxwell, 1980.

TABORDA, Cláudia, *Jardins, da História e Recuperação*, Relatório de Fim de Curso da Licenciatura em Arquitectura Paisagista, Universidade de Évora, Évora, 1993, (policopiado)

TAYLOR, Christopher, *The Archaeology of Gardens*, Aylesbury, Shire Archaeology, 1983.

THÉBAUD, Philippe; CAMUS, Anne, *Dicovert, Dictionnaire des Jardins et Paysages*. Ed. Arcature, Région d'Île –de-France, 1993

WRIGHT, Thomas, *Large Gardens and Parks Maintenance, Management and Design*, London, Granada, 1982.

TUDURÍ Y. RUBIÓ, *Del Paraíso al Jardín Latino*, Tusquets, Barcelona, 1989.

## **CARTA DE FLORENÇA**

### **Carta dos Jardins Históricos (1981)**

O Comité Internacional dos Jardins Históricos do ICOMOS-IFLA reunido em Florença em 21 de Maio de 1981 decidiu elaborar uma carta relativa à salvaguarda dos jardins históricos que assumirá o nome desta cidade. Esta carta foi redigida pelo Comité e registada pelo ICOMOS em 15 de Dezembro de 1982 como complemento da Carta de Veneza neste domínio particular.

#### **Definições e objectivos**

Artigo 1 – “Um jardim histórico é uma composição arquitectónica e vegetal que apresenta interesse público dos pontos de vista histórico e artístico”. Nesse sentido deve ser entendido como "monumento".

Artigo 2 - "Um jardim histórico é uma composição de arquitectura cujo material constituinte é principalmente de origem vegetal, consequentemente vivo, e como tal perecível e renovável". O seu aspecto resulta de um equilíbrio perpétuo entre o movimento cíclico das estações, do desenvolvimento e decadência da Natureza e da vontade artística e compositiva que tende a perpetuar a sua condição.

Artigo 3 - Enquanto monumento o jardim histórico deve ser salvaguardado de acordo com o espírito da Carta de Veneza. Todavia, como "monumento vivo", a sua salvaguarda decorre de regras específicas que constituem a presente Carta.

Artigo 4 - Intervêm na composição arquitectónica do jardim histórico:

- a sua planta e os diversos perfis do terreno;
- as massas vegetais: essência, volume, jogo cromático, espaço e alturas respectivas;
- os elementos construídos e decorativos
- as águas móveis ou estagnadas, que reflectam o céu.

Artigo 5 - Expressão das relações estreitas entre a civilização e a Natureza, lugar de deleite, próprio à meditação ou ao sonho, o jardim assume assim o sentido cósmico de uma imagem idealizada do mundo, um "paraíso" no sentido etimológico do termo, mas que é testemunho de uma cultura, de um estilo, de uma época, eventualmente dependente da originalidade do seu criador.

Artigo 6 - A denominação de jardim histórico aplica-se de igual forma tanto aos jardins modestos como aos parques monumentais ou ornamentais.

Artigo 7 - Quer esteja ligado ou não a um edifício, do qual é um complemento inseparável, o jardim histórico não pode ser afastado do seu contexto urbano ou rural, artificial ou natural.

Artigo 8 - Um sítio histórico é uma paisagem definida, evocativa de um facto memorável: local de um grande acontecimento histórico, origem de um mito ilustre ou de um combate épico, tema de um quadro célebre, etc.

Artigo 9 - A salvaguarda dos jardins históricos exige que sejam identificados e inventariados. Impõe intervenções diferenciadas tais como a manutenção, a conservação ou o restauro. Pode ser eventualmente considerada a sua reconstituição. A "autenticidade" de um jardim histórico compreende tanto o desenho e o volume das suas partes, como a sua decoração ou a escolha dos componentes vegetais e minerais que o constituam.

#### **Manutenção, conservação, restauro e reconstituição**

Artigo 10 - Qualquer operação de manutenção, conservação, restauro ou reconstituição de um jardim histórico ou de uma das suas partes deve ter em conta, simultaneamente, o conjunto de todos os seus elementos. A diferenciação dos tratamentos poderia propiciar uma alteração do efeito geral do jardim.

#### **Manutenção e conservação**

Artigo 11 - A manutenção dos jardins históricos é uma operação fundamental e necessariamente contínua. Uma vez que o seu constituinte principal é vegetal, os trabalhos de manutenção deverão ser conduzidos através de substituições pontuais e, a longo prazo, por renovações cíclicas (corte e replantação de espécies já formadas).

Artigo 12 - A escolha das árvores, arbustos, plantas e flores de substituição periódica deve ser efectuada de acordo com os usos estabelecidos e reconhecidos para diferentes zonas botânicas e culturais, num propósito de manutenção e investigação das espécies de origem.

Artigo 13 - Os elementos de arquitectura, de escultura e de decoração fixos ou móveis que façam parte integrante de um jardim histórico não devem ser retirados ou deslocados dos seus locais, excepto por exigências da sua própria conservação ou restauro. A substituição ou o restauro de elementos em risco deve ser efectuada segundo os princípios da Carta de Veneza, indicando a data de qualquer substituição.

Artigo 14 - O jardim histórico deve ser conservado num contexto apropriado. Qualquer modificação do meio físico que ponha em risco o equilíbrio ecológico deve ser proscrita. Essas medidas dizem respeito ao conjunto das infra-estruturas, quer internas, quer externas (canalizações, sistemas de irrigação, estradas, estacionamento, recintos, dispositivos de vigilância, de exploração, etc.).

#### **Restauro e reconstituição**

Artigo 15 - Qualquer restauro e, sobretudo, qualquer reconstituição de um jardim histórico só deverá realizar-se após um estudo aprofundado que contemple a escavação e a recolha de todos os documentos relativos ao jardim em análise e a outros semelhantes, susceptível de assegurar o carácter científico da intervenção. Antes de ser executado, esse estudo deve ser objecto de um projecto a ser analisado por um conjunto de peritos.

Artigo 16 - As operações de restauro devem respeitar a evolução do jardim. Em princípio, os trabalhos não devem privilegiar uma dada época em detrimento de outra, excepto se o estado de degradação ou de ruína de certas partes aconselhe efectuar uma reconstituição de carácter excepcional, apoiada em vestígios ou em documentação irrefutável. As partes do jardim mais próximas de um edifício poderão ser objecto de uma reconstituição mais específica, por forma a salientar a sua coerência global.

Artigo 17 - Se um jardim deixou de existir completamente ou se apenas existem elementos conjecturais dos seus estados anteriores, não deve ser efectuada qualquer tentativa de reconstituição baseada na noção de jardim histórico.

Neste caso, os trabalhos inspirados nas formas tradicionais executados no local de implantação de um jardim antigo ou num local onde não tenha existido qualquer jardim, ligam-se à noção de "evocação" ou de "criação", excluindo qualquer qualificação como jardim histórico.

### **Utilização**

Artigo 18 - Se um jardim histórico for destinado a ser visitado e percorrido, o seu acesso deve ser limitado em função da sua extensão e da sua fragilidade, por forma a conservar a sua substância e a sua mensagem cultural.

Artigo 19 - Por natureza e vocação, o jardim histórico é um local apazível que favorece o contacto, o silêncio e a escuta da natureza. Esta abordagem quotidiana contrasta com o uso excepcional do jardim histórico como local de festa.

É conveniente definir as condições de visita dos jardins históricos por forma a que uma festa, realizada com carácter excepcional, possa exaltar o espectáculo do jardim e não contribuir para o desnaturar ou degradar.

Artigo 20 - Muito embora, na vida quotidiana, os jardins possam adaptar-se à prática de jogos pacíficos, é conveniente criar em paralelo aos jardins históricos locais apropriados a jogos movimentados e violentos e ao desporto, por forma a dar resposta a essa exigência social sem que tal possa danificar a conservação dos jardins e dos sítios históricos.

Artigo 21 - A prática da manutenção ou da conservação decorrentes das condicionantes sazonais, ou as pequenas intervenções que contribuam para restituir a autenticidade devem ter sempre prioridade sobre os vínculos de utilização. A organização de visitas de um jardim histórico deve ser submetida a regras de conveniência próprias à manutenção do espírito do local.

Artigo 22 - Quando um jardim está cercado por muros, não se deve proceder à sua remoção sem considerar todas as implicações negativas decorrentes da modificação do seu ambiente e das possíveis consequências para a sua conservação.

### **Protecção legal e administrativa**

Artigo 23 - Compete às autoridades responsáveis, depois de ouvidos os especialistas competentes, tomar as disposições legais e administrativas adequadas a identificar, inventariar e proteger os jardins históricos. A sua salvaguarda deve ser integrada nos planos de ocupação dos solos e nos documentos de planificação e ordenamento do território. É também competência das autoridades responsáveis, com base no parecer de especialistas, criar as medidas financeiras adequadas para favorecerem a manutenção, a conservação, o restauro e eventualmente a reconstituição dos jardins históricos.

Artigo 24 - Pela sua natureza, o jardim histórico é um dos elementos do património cuja sobrevivência exige maiores cuidados permanentes de pessoas qualificadas. É portanto conveniente implementar uma pedagogia adequada que permita assegurar a formação dessas pessoas, quer se tratem de historiadores, arquitectos, arquitectos paisagistas, jardineiros ou botânicos. Por outro lado, deve

assegurar-se a produção regular das espécies vegetais susceptíveis de entrar na composição dos jardins históricos.

Artigo 25 - O interesse pelos jardins históricos deve ser estimulado por todas as acções adequadas à valorização deste património e a torná-lo mais conhecido e apreciado: promoção da investigação científica, contactos internacionais e difusão de informação, publicação e divulgação, encorajamento da abertura controlada dos jardins ao público, sensibilização dos meios de comunicação social para o respeito pela Natureza e pelo património histórico. Os jardins históricos mais importantes poderão ser propostos para figurar na Lista do Património Mundial.

#### **Nota**

Estas recomendações adequam-se ao conjunto dos jardins históricos do mundo. Esta Carta será posteriormente susceptível de complementos específicos aos diversos tipos de jardins, descrevendo de forma sucinta as suas tipologias.

Fonte: *Cadernos SPPC, Textos Fundamentais, Sociedade para a Preservação do Património Construído*, nº 1, Évora, 1996, p. 9-14

17-12-1997

01 IPAP=Paisagem

02 N° IPAP=111104

03 CODIGO TIPO=DC

04 DESIGNAÇÃO=Quinta do Marquês

05 LOCALIZAÇÃO=Lisboa, Sintra, Belas

06 ACESSO=Frente ao palácio de Setais.

07 PROTECÇÃO=IIP, Dec. n° 32 973, DG 175 de 18 Agosto 1943

08 GRAU=

09 ENQUADRAMENTO=

10 DESCRIÇÃO=Nos terrenos circundantes à casa reconhece-se a S. a capela do Senhor da Serra (arruinada), de planta rectangular, sem cobertura e apresentando revestimento azulejar. Igualmente a S. da casa, junto ao rio Jamor, reconhece-se um obelisco comemorativo de visita dos príncipes regentes (futuros D. João VI e rainha D. Carlota Joaquina), o qual, integralmente em calcário, é constituído por plinto de secção quadrada sobre o qual se eleva um corpo piramidal, ostentando na sua face S. um grupo escultórico marmóreo composto por uma fama suportando um medalhão com as efígies do príncipes, da autoria do escultor Joaquim José Barros Laborão (1762 - 1820). O conjunto é complementado pela presença nos jardins de elementos (grutas, fontes), evidenciando uma organização e tratamento românticos.

11 DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR=

12 UTILIZAÇÃO INICIAL=

13 UTILIZAÇÃO ACTUAL=

14 UTILIZAÇÃO POSSIVEL=

15 PROPRIEDADE=Privada

16 PROPRIETARIO=

17 AFECTAÇÃO=

18 UTENTE=Escola de Ténis e Centro Hípico

19 EPOCA CONSTRUÇÃO=Sécs. 16 / 18

20 ARQUITECTO/CONSTRUTOR/AUTOR=

21 CRONOLOGIA=Depois de 1147 - doação de D. Afonso Henriques das povoações de Atouguia e Belas a Robert Lacorne, pelos serviços prestados na conquista de Lisboa; 1316 - Gonçalo Eanes Robertes, 4° alcaide-mor de Atouguia, morre sem descendência directa, deixando a quinta ao mosteiro de Santos; 1334 - a quinta passa para a posse de Lopo Fernandes Pacheco, que a lega a seu filho Diogo Lopes Pacheco; 1364 / 1365 / 1366 - o rei D. Pedro I (proprietário da quinta por expropriação dos Pachecos) passa temporadas em Belas, procedendo mesmo à edificação de uma torre e outras construções na propriedade; 1367 - restituição por D. Fernando I a Diogo Lopes Pacheco dos seus bens, entre os quais se contava a quinta de Belas; 1398 - sob a acusação de traição Diogo Lopes Pacheco é expulso do reino e vê os seus bens confiscados pela coroa; 1412 - aquisição da quinta por D. João I à viúva do conselheiro Gonçalo Peres de Malafaia, a quem o monarca a havia anteriormente doado; 1424 - doação da quinta ao infante D. João, filho de D. João I; 1442 - morte do infante D. João, passando a quinta para a duquesa de Viseu D. Beatriz (sua filha), a qual terá empreendido uma campanha de obras (construção da capela); 1506 - morte de D. Beatriz, sendo a quinta doada a Rodrigo Afonso de Atouguia; 1619 - o rei D. Filipe II é recebido na quinta de Belas pelos seus proprietários D. António de Castelo Branco da Cunha e D. Maria da Silva, 11° senhores de Pombeiro; 2ª metade do

17-12-1997

séc. XVII - a propriedade recebe importantes obras e melhoramentos (realização do baixo-relevo sobre o tanque), empreendidos pelo 1º conde de Pombeiro, D. Pedro Castelo Branco da Cunha; Década de 40 séc. XVIII - provável edificação da ermida do Senhor da Serra pelo 4º conde de Pombeiro, D. Luís de Castelo Branco; 1755 - terramoto causa danos, que implicam uma reconstrução, passando o alçado principal do palácio para a frente E.; 1770 - transformação dos jardins por acção de D. António de Castelo Branco (5º conde de Pombeiro), que procede igualmente à aquisição da famosa fonte de Neptuno, proveniente do palácio lisboeta dos condes da Ericeira; 1793 - casamento de D. Maria Rita Castelo Branco Correia e Cunha, 6ª condessa de Pombeiro (filha e herdeira dos 5º condes) com D. José Luís de Vasconcelos e Sousa (1740 - 1812, segundogénito dos 1º marqueses de Castelo Melhor), tornando-se 1º marqueses de Belas, realizando substanciais melhoramentos na sua propriedade (pintura de alguns tectos por Cirilo Volkmar Machado), que acolhe então numerosos artistas e intelectuais, designadamente os membros da Nova Arcádia; 1795 - visita do príncipe regente e de sua esposa D. Carlota Joaquina é celebrada por um obelisco colocado no jardim, ostentando um grupo escultórico da autoria de José Joaquim Barros Laborão; 1821 - regresso a Portugal de D. António Maria Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa, 2º marquês de Belas; 1878 - venda da propriedade, pelo 3º marquês de Belas, D. António de Castelo Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Sousa, a D. Virgínia Ferreira de Almeida, casada com José Borges de Almeida; 1942 - aquisição da quinta, aos herdeiros de José Borges de Almeida, pelo industrial Júlio Martins, o qual promove uma remodelação do palácio, sob orientação do Arq. Raul Lino; 1968 - 1969 - cheias; 1975 - saque dos edifícios da propriedade, desaparecendo parte dos revestimentos azulejares e sendo danificado o grupo escultórico do obelisco; 1994 - 1995 - obras da CREL fazem passar viaduto rodoviário sobre parte da quinta

22 TIPOLOGIA=Quinta de Recreio.

23 CARACTERISTICAS PARTICULARES=

24 DADOS TECNICOS=

25 MATERIAIS=

26 CONSERVAÇÃO COBERTURA EXT=

27 CONSERVAÇÃO ESTRUTURA=

28 CONSERVAÇÃO ELEMENTOS SECUND=

29 CONSERVAÇÃO COBERTURA INT=

30 CONSERVAÇÃO PAVIMENTOS=

31 CONSERVAÇÃO DECORAÇÃO=

32 CONSERVAÇÃO VEGETAÇÃO=

33 ADULTERAÇÃO=

34 PERIGOS POTENCIAIS=

35 BIBLIOGRAFIA=COSTA, Pe. António Carvalho da, *Chorographia Portuguesa*, Lisboa, 1712; BARBOSA, Domingos Caldas, *Descrição da Grandiosa Quinta dos Senhores de Bellas e Notícia do Seu Melhoramento*, Lisboa, 1799; BARBOSA, Inácio de Vilhena, *A Quinta de Belas*, in *Anuario do Archivo Pittoresco*, Vol. V, 1862 e Vol. VI, 1863; *Novo Guia do Viajante em Lisboa e Seus Arredores*, Lisboa, 1863; *Descrição Histórica da Quinta de Bellas*, Lisboa, 1898; MACHADO, Cirilo Volkmar, *Collecção de Memórias Relativas às Vidas dos Pintores e Escultores, Architectos e Gravadores*

17-12-1997

Portuquezes e dos Estrangeiros que Estiverão em Portugal, Coimbra, 1922 (1ª edição 1823); PROENÇA, Raul, (dir. de), Guia de Portugal, Vol. I, Lisboa, 1924; CASTILHO, Júlio de, Lisboa Antiga. Os Bairros Orientais, Vol. III, Lisboa, 1935-39; SANCHEZ, José Dias, Romarias Tradicionais Estremenhas : o Senhor da Serra, in Boletim da Província da Estremadura, N° 3, 1943; AZEVEDO, Carlos de, FERRÃO, Julieta, GUSMÃO, Adriano de, Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa, Vol. II, Lisboa, 1963; ARAÚJO, Ilídio Rocha, Quintas de Recreio, in Bracara Augusta, Vol. XXVII, Fasc. 63, 1973; MATTA, António, Quinta dos Condes de Pombeiro, Belas, 1977; SIMÕES, J. M. dos Santos, A Azulejaria em Portugal no Século XVIII, Lisboa, 1979; ALMEIDA, Maria Isabel, ANTUNES, Almerinda Rosa, A Arte em Belas Dos Séculos XVIII a XX, Lisboa, 1981 (texto policopiado, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); STOOP, Anne De, Quintas e Palácios nos Arredores de Lisboa, Porto, 1986; AZEVEDO, Carlos de, Solares Portuquezes, Lisboa, 1988 (1ª edição 1969); SERRÃO, Vítor, Sintra, Lisboa, 1989; LEMOS, Ana Cristina dos Santos, FIGUEIREDO, Ana Paula Vicente, PIRES, Paula Alexandre Coelho, O Palácio dos Senhores de Belas, Lisboa, 1989 (texto policopiado); LOPES, Flávio, (coord. de), Património Arquitectónico e Arqueológico Classificado. Distrito de Lisboa, Lisboa, 1993; CARDOSO, Francisco Hipólito, A Fénix de Belas, in O Independente, Lisboa, 21.05.1993

36 DOCUMENTAÇÃO GRAFICA=

37 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA=

38 DOCUMENTAÇÃO ADMINISTRATIVA=

39 AREA BRUTA=

40 AREA UTIL=

41 AREA ENVOLVENTE=

42 INTERVENÇÃO REALIZADA=1991 - 1993 - obras de consolidação, restauro e reparações diversas nos edifícios da quinta, segundo projecto do Arq. José António Martins Victorino e do Arq. João Rito Afonso

43 INTERVENÇÃO NECESSARIA=

44 OBSERVAÇÕES=A classificação como IIP inclui Palácio, capela, duas fontes, obelisco e capela do Senhor da Serra. Ver ficha 111104018 da DGEMN.

45 AUTOR DATA=

46 REVISOR DATA CODIGO=

47 ACTUALIZAÇÃO=AGO 97

# CENTRE FOR THE CONSERVATION OF HISTORIC PARKS AND GARDENS

The Institute of Advanced Architectural Studies, University of York,

## SURVEY AND INVENTORY FORM 1

### Site Recommendation

I wish to recommend this site to the Survey and Inventory (England and Wales)

Name of Site		
Address		
Occupier		
County Council		
District Co./London Bor.		
Office Use		
O.S. 1:50,000 scale	Series:	Sheet:
	Grid Letters:	Grid Ref:
Approx Area (Hectares)		Office Use:
Type of Site (Describe)		

**BRIEF CHECKLIST OF ASPECTS OF A SITE TO BE CONSIDERED:**

- MAIN DIVISIONS: Principal building; Pleasure grounds and ornamental gardens; Kitchen or productive gardens; Park and other land within site boundary; Land beyond the site boundary.
- ITEMS OF INTEREST: Key periods or dates; Designers; Styles of design; Main areas in each division, views; Landform, earthworks, rocks, soil; Water features; Plants, plantings; Constructions, buildings, ornaments.
- NATURE OF INTEREST: Historic; Aesthetic; Horticultural; Amenity value (public).

History and Description of Principal Existing Features, Special Interest:

Current Use and Condition:

Opening or Viewing Arrangements:

Sources of Information:

Please give details of any additional items submitted with this form, e.g. plans, photographs, guide books, photocopies of illustrations etc.

NAME OF PROPOSER		
ADDRESS (CAPITALS)		
TELEPHONE		DATE:

Are you willing to be contacted about this site when it is investigated further?	YES:
	NO:

THANK YOU FOR YOUR ASSISTANCE. PLEASE RETURN THE COMPLETED FORM TO:  
The Coordinator, Survey of Parks and Gardens of Historic Interest,  
University of York, King's Manor, York YO1 2EP.  
Telephone: York (0904) 59861 ext 868 or 865.

# CENTRE FOR THE CONSERVATION OF HISTORIC PARKS AND GARDENS

The Institute of Advanced Architectural Studies, University of York.

## SURVEY AND INVENTORY

FORM 2

### Site Report

This form is for recording information about historic parks and gardens in England and Wales, and will require a site visit and some background research before being filled in. The information will be stored in the Centre's Inventory of Parks and Gardens of Historic Interest. For details about the Survey and Inventory, and for further guidance on how to complete this form, refer to the 'Introductory Notes' and 'Notes on Form 2'.

#### 1.0 NAME AND LOCATION OF SITE, AREA AND TYPE

1.1	Name of Site		
1.2	Address		
1.3	County Council		
1.4	District Co./London Bor.		
1.5	Civil Parish/Town		
1.6	Office Use		
1.7	Former County		
1.8	O.S. 1:50,000 scale	Series:	Sheet:
		Grid Letters:	Grid Ref:
1.9	Approx Area (Hectares)		Office Use:
1.10	Type of Site (Describe)		

#### 2.0 CURRENT OCCUPIERS AND OWNERS

##### 2.1 Main Occupiers: Identity Numbers refer to Areas of Occupation:

A1:
A2:
A3:
A4:
A5:

##### 2.2 Main Owners, if different from Occupiers:

A1:
A2:
A3:
A4:
A5:

#### 3.0 OPENING OR VIEWING ARRANGEMENTS




5.0 CHARACTER AND MAIN CURRENT USE

CHARACTER: In the column headed 'Contr.' (ie Contribution) give your assessment of the contribution that is currently made by each division of the site to its overall historic character. Use the following scale; 4 = very important 3 = important 2 = quite important 1 = not important 0 = none, absent.  
 CURRENT USE: Give the main current uses that operate within each division of the site.

Division of Site	Contr.	Main Current Uses
Principal Building		
Pleasure Grounds		
Productive Garden		
Parkland		
Other Land on Site		
Land beyond Site		

6.0 OFFICIAL DESIGNATIONS

Make a list of any official protective designations that apply within the separate divisions of the site or to the site as a whole. Relevant designations include: Conservation Areas; Listed Buildings (with grades); Scheduled Monuments; HBMC Register; Tree Preservation Orders; SSSI; National Park; AONB; etc.

Whole Site	
Principal Building	
Pleasure Grounds	
Productive Garden	
Parkland	
Other Land on Site	
Land beyond Site	

7.0 PLANS

Tick opposite to indicate you have attached the following:

Tick

7.1	PLAN showing: <ul style="list-style-type: none"> <li>the location of the site and its principal building</li> <li>the apparent boundary of the site, i.e. its historical boundary</li> <li>the apparent occupancy and ownership boundaries of divided sites (mark each area with the identity number used in Section 2.0)</li> <li>points of entry to the site</li> </ul>	
7.2	PLAN showing the location of existing features listed in Section 4.0	
7.3	PLAN showing the direction of views that extend beyond the site boundary and the points from which they may be seen	

8.0 NOTES

Tick opposite to indicate you have attached the following:

Tick

8.1	A GENERAL AND CURRENT DESCRIPTION OF THE SITE	
8.2	NOTES ON THE PRESENT MANAGEMENT AND MAINTENANCE OF THE SITE	
8.3	A SHORT GENERAL HISTORY OF THE SITE	
8.4	HISTORICAL AND DESCRIPTIVE NOTES ON INDIVIDUAL FEATURES, as listed in Section 4.0	
8.5	LIST OF FURTHER SOURCES OF INFORMATION ABOUT THE SITE	

9.0 ADDITIONAL ITEMS

Tick opposite to indicate that you are sending:

Tick

ADDITIONAL ITEMS, eg photographs, photocopied illustrations, sketches etc. A list of these items should also be sent.	
---	--

10.0 HISTORICAL ANALYSIS

10.1 Main dates or periods of features of particular interest in each division

Give either specific years or historical periods. For historical periods Centuries or thirds of Centuries are preferred, eg C18 - 18th Century; early C18 - 1700-1733; mid C18 - 1734-1766; Late C18 - 1767-1799.

Principal Building	
Pleasure Grounds	
Productive Garden	
Parkland	
Other Land on Site	
Land beyond the Site	

10.2 Names of designers of main features within each division of the Site

Principal Building	
Pleasure Grounds	
Productive Garden	
Other Land on Site	

10.3 Other people and events particularly associated with the Site

Names	Details of event or association	Dates

10.4 Main styles of design to be found within each division of the Site

List the main styles of the layout and main features within each division. Terms that might be used include; Natural, Naturalistic ('informal'), Geometric ('formal'), Abstract; Medieval, Renaissance, Classical, Baroque, Picturesque; Arts and Crafts; Gothic, Gothick, Palladian; American, Chinese, French, Italian, Japanese; Bridgemanic, Brownian, Reptonian (ie in the style of a well known designer).

Principal Building	
Pleasure Grounds	
Productive Garden	
Parkland	
Other Land on Site	

11.0 NAME AND ADDRESS OF RECORDER (IN CAPITAL LETTERS)

NAME	
ADDRESS	
TELEPHONE	DATE:

THANK YOU FOR YOUR ASSISTANCE. PLEASE RETURN THE COMPLETED FORM TO:  
 The Coordinator, Survey of Parks and Gardens of Historic Interest  
 University of York, The King's Manor, York YO1 2EP  
 Telephone: York (0904) 433966

FONTE: TABORDA, CLAUDIA, "JARDINS : DA HISTÓRIA E RECUPERAÇÃO", ÉVORA, 1993